O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Sexta-feira 10 de MARÇO de 2023 • R$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47260
estadão.com.br

INÊS249

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Cavalos de raça voltam à Água Branca, berço da equinocultura

Exposição reúne mais de 130 cavalos árabes até domingo no Parque da Água Branca, há 23 anos sem eventos desse tipo. __A18

E&N **Orçamento das famílias sob pressão** __B1 e B2

Número de inadimplentes é recorde e chega a 70 milhões

__ Total na lista do calote é o maior da série histórica da Serasa

Em cenário de juros altos e renda das famílias corroída pela inflação, o total de inadimplentes com bancos, empresas de cartão de crédito, financeiras, lojas e serviços de utilidades pública, como água e luz, chegou em janeiro deste ano a 70,1 milhões de pessoas. As dívidas em atraso somavam R$ 323,3 bilhões. Os dois números são recordes da série iniciada em março de 2016 pela Serasa. O crescimento da inadimplência tem levado os bancos a adotar critérios mais rígidos na concessão de empréstimos e as famílias a recorrer mais ao cheque especial e ao cartão de crédito, que cobram juros mais altos.

5,3 milhões
de pessoas, o equivalente à população da Noruega, entraram na lista do calote entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023

Notas e Informações __A3
CPI é atestado de fraqueza do governo

Eliane Cantanhêde __A9
As joias e o racha na máquina pública

Celso Ming __B2
Pressões sobre o Banco Central

Marcelo Rubens Paiva __C3
A discussão sobre o Holocausto animal

Política externa __A8

Complacência do Brasil com regime de Ortega divide base de Lula

O PSB, do vice-presidente Geraldo Alckmin, divulgou ontem nota de repúdio à ditadura na Nicarágua.

Sentença de 1,6 mil páginas __A12

Cristina Kirchner cometeu 'corrupção de Estado', dizem juízes argentinos

Magistrados afirmam que ex-presidente, condenada a 6 anos, lesou Estado em R$ 2 bilhões e negam perseguição judicial.

Presentes sauditas __ A11

Bolsonaro ordenou cadastro de joias de R$ 16 milhões como acervo privado

Ex-presidente alegou que se tratava de presente do governo saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

C2 **Musical no teatro** __C1

LUIZ OTÁVIO MOTA / LZMOTA STUDIO

Um 'Bonnie & Clyde' versão Beto Sargentelli e Eline Porto

Reciprocidade vs. turismo __A17
Brasil volta a exigir visto de EUA, Austrália, Canadá e Japão

Tempo em SP
21° Mín. 29° Máx.

ISSN - 1516-293-1

financiamento

PRA VOCÊ FAZER O MAIS FÁCIL, A GENTE NEM PRECISA FALAR O NOME.

Homenagem da aldeiah pelos 80 anos da marca que você sabe qual é.

ESCANEIE AQUI.

MARIANA CARNEIRO
COM JULIA LINDNER, GUSTAVO CÔRTES E BEATRIZ BULLA
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/MARIANA-CARNEIRO/

Coluna do Estadão

Ruralistas buscam ministros para elevar mistura do biodiesel na próxima semana

Produtores rurais e deputados ligados ao agronegócio estão procurando os 14 ministros que integram o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para assegurar que a reunião prevista para a semana que vem não seja adiada pela pasta de Minas e Energia. Geraldo Alckmin, Marina Silva e Carlos Fávaro estão na lista. No dia 17, será discutida a elevação do porcentual do biodiesel no diesel dos atuais 10% para 13%, como deseja a cadeia da soja. O discurso é o de que, apesar de elevar o preço do diesel, a mistura aumentaria o esmagamento da soja em território nacional, incentivando a exportação de farelo (um produto de maior valor agregado do que o grão), o que também poderia ajudar a baixar o preço da carne.

● **FREIO.** Produtores identificaram resistência no ministério de Alexandre Silveira em razão das conexões mineiras do ministro com Clésio Andrade, presidente da Confederação Nacional do Transporte. A entidade é crítica da medida e arregimentou o apoio de associações como a Abimaq (máquinas) e a Anfavea.

● **VIROU.** Os ruralistas dizem que o preço final do litro do diesel deve aumentar em R$ 0,03 com a nova mistura. A Frente Parlamentar do Biodiesel, liderada pelo bolsonarista Alceu Moreira (MDB-RS), foi reforçada por Orlando Silva (PCdoB-SP), que tem ajudado os ruralistas a transitar na Esplanada no governo PT.

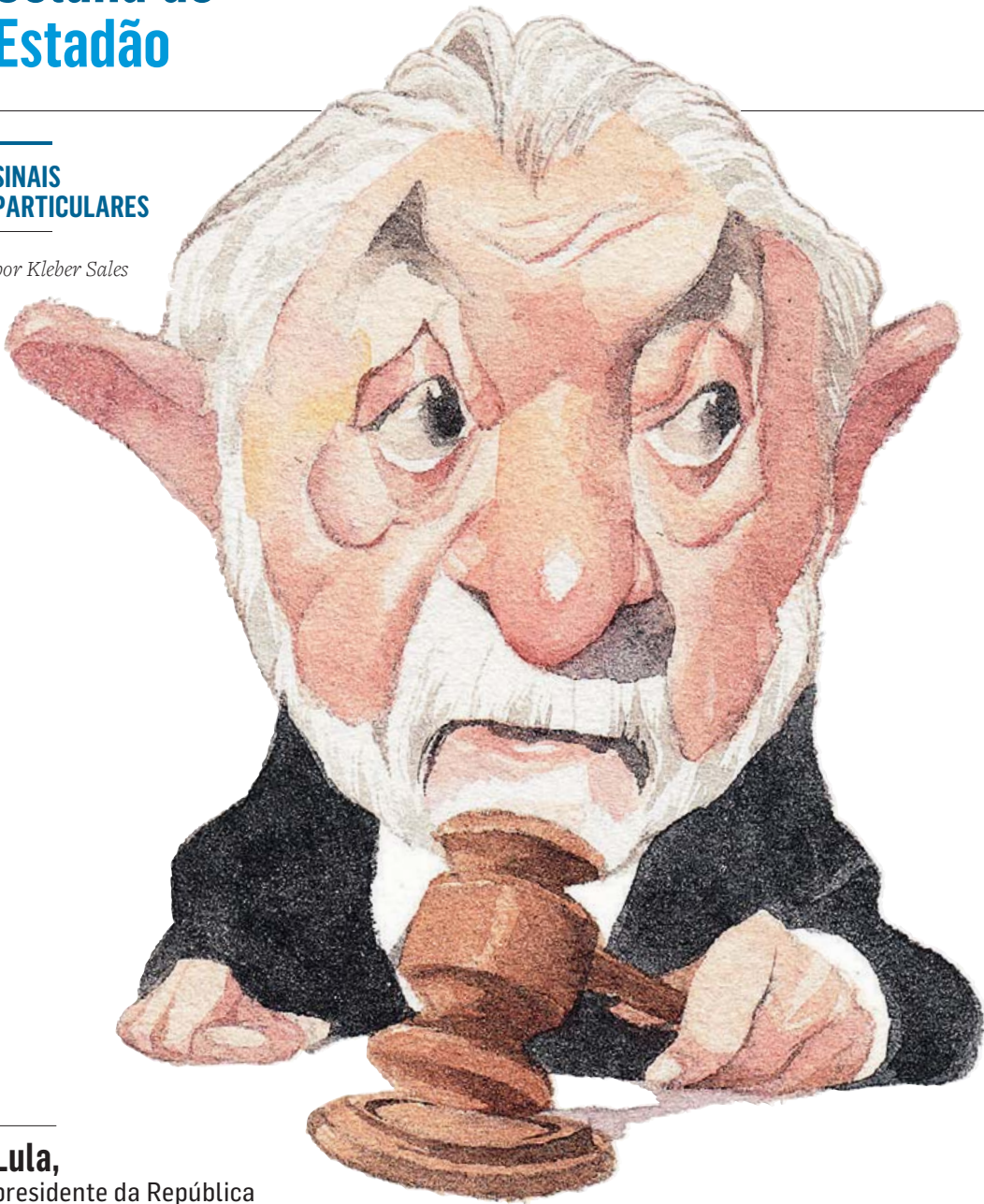
● **DIVIDE.** O ex-governador Paulo Câmara (PE) tem a expectativa de que a alteração na Lei das Estatais seja votada na próxima semana, viabilizando a sua nomeação para o BNB. Segundo interlocutores dele, quatro diretorias foram reservadas ao PT do Ceará.

● **CONTAS.** Em reunião do PT na última terça (7), o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse concordar com Arthur Lira (PP-AL) na avaliação de que não há apoio para a aprovação de uma PEC (308 votos). Em suas contas, o Planalto teria votos hoje só para aprovar projetos de lei simples e leis complementares, que demandam a metade dos votos da Casa (257).

● **ESTEIRA.** Alexandre Padilha (Relações Institucionais) articula com os partidos aliados criar o seguinte fluxo para o pagamento de emendas. Parlamentares de siglas que controlam ministérios, como MDB (Transportes), União Brasil (Comunicações) e PSD (Agricultura), poderiam carimbar emendas nessas pastas, com pagamento facilitado.

● **SÓCIOS.** Já os novatos poderiam apadrinhar programas do governo, ao valor de R$ 10 milhões por deputado. Em ambos, o fluxo atende só os governistas.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Lula,
presidente da República

● **TESTE.** A indicação para duas vagas que serão abertas no TSE em maio vai testar o apreço de **Lula** às convenções do meio jurídico – ele já disse que não seguirá a lista tríplice para a PGR.

● **TESTE 2.** No TSE, a prática sugere que Carlos Horbach seja reconduzido para mais um biênio e que a vaga a ser aberta com a saída de Sérgio Baños seja ocupada pela substituta Maria Claudia Bucchianeri. A questão é que os dois foram indicados por Bolsonaro e, se permanecerem, participarão do julgamento das ações que podem levar o ex-presidente à inelegibilidade.

PRONTO, FALEI!

Magno Karl
Coordenador do Livres

"O governo tem que decidir se quer liderar a esquerda democrática ou cultuar uma esquerda autoritária, como a representada por Ortega, na Nicarágua."

CLICK

Instagram/@sergiocabral_filho - 08/03/2023

Sergio Cabral
Ex-governador do Rio

Solto após seis anos de prisão por envolvimento em escândalos de corrupção no âmbito da Lava Jato, postou foto de jantar em família nas redes sociais.

ESTADÃO expresso NA PERIFA

Livro afrofuturista alimenta a autoestima de crianças negras

História provoca estudantes a imaginar o futuro

Confira a matéria:

Uma parceria: 99 ESTADÃO BLUE STUDIO

AFROFUTURO ANCESTRAL DO AMANHÃ

Capa do livro 'Afrofuturismo Ancestral do Amanhã', de Henrique André, disponível no Spotify. Foto: divulgação

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
MEMBROS
FERNANDO C. MESQUITA
FRANCISCO MESQUITA NETO
JÚLIO CÉSAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

CPI é atestado de fraqueza do governo

Se a investigação do 8 de Janeiro pelo Congresso é tão indesejada pelo Palácio do Planalto, que o governo trabalhe mais e melhor para construir e organizar sua base de apoio

O Palácio do Planalto tem cortado um dobrado para barrar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a tentativa de golpe de Estado no 8 de Janeiro. Partidos de oposição ao governo já reuniram mais assinaturas do que o mínimo necessário para levar a CPI adiante, tanto na Câmara (191) como no Senado (35). Em reação, o presidente Lula da Silva foi às compras e passou a negociar cargos no segundo escalão da administração pública federal em troca da convicção de alguns dos signatários.

O tempo vai dizer se esse toma lá dá cá evitará a instalação da CPI, mas algumas coisas já estão bastante claras. Em primeiro lugar, está-se diante de um governo politicamente debilitado, pois incapaz de articular uma base de apoio congressual mínima para barrar o movimento da oposição ainda no nascedouro. O Palácio do Planalto dissemina a ideia segundo a qual a instalação de uma CPI "neste momento" – como se houvesse um "momento apropriado" para a instalação de qualquer CPI – atrapalharia as votações de projetos importantes para o País, como os que tratam da nova âncora fiscal e da reforma tributária.

De antemão, cabe perguntar: que projetos seriam esses? O governo ainda não os apresentou ao País – nem qual será o novo arcabouço fiscal que substituirá o teto de gastos nem tampouco o modelo de reforma tributária que defende. Ademais, se não reúne quantidade de votos nem sequer para abafar a instalação de uma CPI tão indesejável, o governo não deveria acalentar otimismo quanto às perspectivas de aprovação de qualquer projeto de seu interesse.

Em segundo lugar, se os requisitos constitucionais para sua instalação estão preenchidos, a CPI do 8 de Janeiro naturalmente deve ser instalada pelo presidente do Congresso. No regime democrático, as comissões parlamentares de inquérito são instrumentos legítimos à disposição da oposição. O próprio número de assinaturas mínimas para sua instalação indica que se trata de um mecanismo de defesa das minorias parlamentares. Se ao governo não interessa o avanço de determinada CPI, que trabalhe mais e melhor para construir e organizar sua base de apoio no Congresso.

Por último, mas não menos importante, interessa muitíssimo à sociedade saber tudo o que, de fato, está por trás dos infames atos golpistas do 8 de Janeiro, da preparação ao desfecho trágico. É bem verdade que já há investigações em curso na esfera jurídico-penal, mas isso em nada interdita a abertura de uma nova frente de investigação de natureza política, sobretudo porque, convenhamos, o mundo político foi profundamente afetado pelo assalto às sedes dos Poderes da República. Se atos como aqueles praticados no 8 de Janeiro não ensejam a instalação de uma CPI, o que, afinal, haveria de ensejar?

Essa constatação conduz à necessária responsabilidade do Congresso nesse momento grave. A CPI, caso venha a ser instalada, deve se prestar a investigar atos concretos praticados pelos golpistas, identificando e denunciando cada um deles na medida de suas responsabilidades e, principalmente, oferecendo ao País, ao final dos trabalhos, novos marcos legislativos aptos a coibir a ocorrência de eventos similares no futuro. A comissão presta-se ao inquérito, não ao tumulto.

Como sói acontecer em qualquer comissão parlamentar de inquérito, decerto haverá o show protagonizado por congressistas histriônicos mais interessados nas manchetes dos jornais e na bagunça das redes sociais do que na investigação propriamente dita. É do jogo político. No caso particular da eventual CPI do 8 de Janeiro, é óbvio que o interesse da oposição é atribuir a responsabilidade pelos tumultos ao governo que mal havia começado, acusando o ministro da Justiça, Flávio Dino, de suposta omissão e levantando suspeitas de que petistas infiltrados organizaram a bagunça, para disso extrair vantagens políticas. Caso se preste a isso, a CPI será uma descomunal perda de tempo. Infelizmente, não será a primeira.●

Revolução no mundo do trabalho é coisa séria

Atitudes simplistas e maniqueístas do governo ante o desafio complexo do trabalho por aplicativos prejudicam os esforços para encontrar uma regulação justa e eficiente para todos

Toda nova tecnologia traz novas oportunidades, riscos e desafios. Na Quarta Revolução Industrial, com seus paradigmas disruptivos de interconectividade e automação, todos eles são abundantes. Em particular, a regulação da chamada economia "gig", em que serviços pontuais e temporários são contratados através de plataformas digitais, tem sido objeto de debate em todo o mundo.

Os benefícios para os consumidores são evidentes. Ao toque de um botão, qualquer um pode fazer um traslado, receber ou enviar uma encomenda ou contratar os serviços de uma faxineira, um contador ou um designer gráfico. Para os fornecedores de serviços, a intermediação das plataformas com a demanda reduz muito o tempo perdido. Muitos valorizam a autonomia e a flexibilidade.

No modelo-padrão, os trabalhadores são considerados autônomos. Os críticos acusam as plataformas de explorar o trabalho desses freelancers, impondo obrigações, como o uso de uniformes ou metas de produtividade, mas sem os encargos empregatícios, como aposentadoria, licenças remuneradas ou seguro-saúde ou desemprego. Em outras palavras, trata-se de uma precarização do trabalho.

Como solução, em geral apontam que os trabalhadores deveriam ser equiparados a empregados. Mas isso teria seus ônus. Muitos trabalhadores perderiam a liberdade e a flexibilidade que valorizam, como, por exemplo, trabalhar com múltiplas plataformas ao mesmo tempo ou trabalhar meio período. As plataformas teriam de reorganizar seu modelo de negócios. Dependendo da legislação, os preços para os consumidores poderiam subir demais; e os ganhos para os trabalhadores, diminuir demais, eventualmente inviabilizando o negócio para todos.

Há outras opções, como normatizar uma categoria intermediária entre o empregado-padrão e o autônomo-padrão, criar mecanismos de negociação coletiva similares aos sindicatos ou estabelecer um sistema de horas para determinar se o trabalhador é empregado ou autônomo. Todas essas opções têm seus benefícios – mas também seus custos.

É difícil negar que o *status quo* favorece os consumidores e as plataformas em detrimento dos trabalhadores. Mas identificar o problema é muito mais fácil do que encontrar soluções. Assim tem sido no mundo inteiro e no Brasil não é diferente. Por isso mesmo, a preocupação do governo em oferecer soluções é bem-vinda. Mas a maneira simplista, prepotente e maniqueísta com que as tem proposto é lamentável e contraproducente.

Recentemente, o presidente Lula da Silva comparou a economia gig a um "regime de escravos": "As empresas de aplicativo exploram os trabalhadores como jamais em outro momento da história". O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, desdenhou: "Se a plataforma Uber for embora do Brasil é problema da Uber, não nosso". Não, senhor ministro, isso seria um problema para os milhares de usuários e trabalhadores que contam com plataformas como a Uber para facilitar suas atividades e gerar renda. A sugestão caricata de Marinho de que os Correios poderiam substituir a Uber, provendo tecnologias que quebram cabeças no Vale do Silício, só expõe a leviandade com que a questão tem sido tratada.

Problemas novos e complexos exigem soluções novas e complexas. A maneira com que o governo trata do problema novo e complexo da economia digital ecoa a maneira com que o governo Bolsonaro tratava de outro problema novo e complexo: as mudanças climáticas. É a mesma arrogância, o mesmo reducionismo, o mesmo recurso a paradigmas forjados no século passado.

Uma arquitetura equilibrada do trabalho por aplicativos exigirá intensos debates e negociações entre as partes envolvidas e um trabalho cuidadoso do poder público para intermediar e regular essas relações. Todo esse processo depende de alguns princípios, sobretudo mais transparência e responsabilização por parte das plataformas e mais poderes de associação por parte dos trabalhadores. Ao apelar ao batido expediente do "nós contra eles" – nesse caso, tratando as plataformas como predadores e os trabalhadores como a sua presa –, o governo só prejudica os esforços para encontrar um modelo justo, eficiente e rentável para todos.●

ESPAÇO ABERTO

A volta do orçamento participativo

Simon Schwartzman

Segundo matéria de Guilherme Balza no *O Globo* de 2 de março, o Ministério do Planejamento, de Simone Tebet, estaria se preparando para fazer ressurgir das cinzas os mecanismos de orçamento participativo. Adotado pela prefeitura do PT de Olívio Dutra em Porto Alegre nos anos 90, o sistema ficou famoso no início, até ser abandonado tempos depois. Pelo projeto, ao invés de ser simplesmente revisto e aprovado pelo Poder Legislativo, a partir de proposta formulada pelo Poder Executivo, o orçamento federal seria formulado a partir de uma sucessão de fóruns nacionais e regionais formados por representantes de organizações da sociedade civil, consultas a uma plataforma digital online e reuniões plenárias por todo o País. Para Simone Tebet, que quase desapareceu do cenário político depois que foi nomeada para o Ministério do Planejamento, seria a oportunidade para percorrer o País, ganhar visibilidade e se fortalecer politicamente.

O que tornou famosa a experiência de Porto Alegre, que percorreu o mundo, foi que ela parecia pôr na prática o ideal da democracia direta, em que, como na Grécia antiga, os cidadãos tomavam suas decisões em praça pública, diferentemente da democracia representativa, em que são os eleitos, e não os eleitores, que resolvem como gastar os recursos públicos. Temas como habitação, transportes, educação, saúde e outros eram discutidos pela população, que se informava e tornava explícitas suas demandas e prioridades, que o governo depois deveria implementar. O outro lado da valorização da mobilização e deliberação popular, que inspirou este sistema, foram as notórias limitações das instituições representativas, em que vereadores e deputados, uma vez eleitos, atuam em benefício próprio ou de determinados grupos de interesse, e não da população como um todo.

A experiência de Porto Alegre acabou se esgotando por uma série de razões. Só uma parte pequena dos orçamentos pode ser objeto de deliberação popular, já que os gastos de pessoal, infraestrutura e muitos outros são fixos. Na prática, não é o *povo* que participa dessas deliberações, mas os militantes mais ativos da *sociedade organizada*, que nem sempre representam fielmente os interesses e valores da população mais silenciosa. As demandas são sempre muitas, mas os recursos são sempre limitados, há que estabelecer prioridades e atender a necessidades técnicas e de planejamento de médio e longo prazos que exigem elaboração complexa e não podem ser resolvidos em assembleias populares.

É tentador deixar o sistema representativo de lado e substituí-lo por suposta democracia direta, ignorando suas limitações e o risco totalitário que comporta

O orçamento participativo pode, no máximo, ser experimentado nas prefeituras, para decisões locais, mas dificilmente em nível regional ou nacional, pelo grande número de pessoas envolvidas e a complexidade dos temas. A experiência de Porto Alegre já estava se esgotando quando Lula foi eleito em 2002, e os governos do PT nunca tentaram replicá-la no governo federal. Em seu lugar, foi estimulada a criação de conselhos e fóruns nacionais como os de educação, saúde, segurança pública e muitos outros que, em princípio, deveriam funcionar como pontes de ligação entre a sociedade civil e o governo em suas diferentes instâncias.

Na educação, o fórum teve um papel central na elaboração das diferentes versões do Plano Nacional para o setor, e existe hoje, no Congresso, a proposta de institucionalização de um sistema nacional de educação cujo foco é a criação de inúmeras "instâncias de negociação" para administrar as relações entre os governos nacional, estaduais e municipais nesta área. O Plano Nacional de Educação nunca serviu efetivamente para melhorar a educação do País, embora tivesse contribuído para aumentar seus custos, e nada faz crer que o tal "sistema nacional" de educação que está em vias de ser aprovado possa produzir melhores resultados.

Por mais interessantes e educativas que possam ser estas experiências de participação e deliberação direta, elas não substituem a necessidade de um Executivo tecnicamente competente, capaz de usar os orçamentos como instrumentos de política pública de médio e longo prazos, nem de um Legislativo capaz de colocar as prioridades da sociedade, e não os interesses privados ou corporativos de cada deputado, em primeiro lugar.

A Câmara dos Deputados, com representantes eleitos por um sistema eleitoral defeituoso e notória pelos escândalos que começam com os "anões do orçamento", dos anos 80, e culminam no orçamento secreto, de 2022, não inspira confiança e contamina o Executivo, ao vender caro seu apoio. Assim, é forte a tentação de deixar o sistema representativo de lado e substituí-lo pela suposta democracia direta, ignorando suas óbvias limitações e o risco totalitário que ela comporta.

Nas eleições de 2022, Simone Tebet representou uma tentativa de resistir ao populismo, abrindo espaço para um sistema político representativo renovado. Sabemos que não conseguiu ir muito longe, ficando a esperança de que, num governo de coalizão, ela contribuísse para a renovação e o aperfeiçoamento do sistema político, dando ao processo orçamentário a importância política e a qualidade técnica que ele precisa ter. Ressuscitar o velho orçamento participativo não parece ser o melhor caminho para isso. ●

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Brasil

Péssimos exemplos

O presidente diverge das promessas de apaziguamento que fez durante a campanha, ao tentar reescrever acontecimentos passados, acirrando as divergências. Quanto ao ex-presidente, não bastasse sua desgovernança atabalhoada, agora surgem denúncias escabrosas de sua conduta na Presidência. Já os senadores, em péssimo exemplo à labuta dos brasileiros, decidiram trabalhar só três dias na semana e três semanas no mês. No mesmo caminho constitucional, os deputados abandonaram a nossa representação para abraçar interesses de grupelhos. No Judiciário, ministros, desembargadores e juízes participam de eventos privados convivendo com representantes e dirigentes de causas que devem julgar, situação que, além de demolir moralmente esse Poder perante a opinião pública, ainda os contamina em suas respectivas independência e convicções de juízo, aliás, hipótese difícil de ser afastada, em razão do clima envolvente próprio desses festejos. E assim assistimos, cada vez mais desanimados, à corrosão e à decadência da República brasileira. Espetáculo desanimador.

Honyldo Roberto Pereira Pinto
honyldo@gmail.com
Ribeirão Preto

Congresso Nacional

Emendão 2023

Notícia publicada na *Coluna do Estadão* (8/3, A2) dá conta de que o Planalto planeja condicionar a liberação de emendas parlamentares a obter apoio no Congresso. Isso atingiria 218 parlamentares que estão no primeiro mandato. É o Mensalão 2005 em sua mais nova versão, o Emendão 2023. A "farra do boi" continua.

José Claudio Marmo Rizzo
jcmrizzo@uol.com.br
São Paulo

Vergonha na cara

Quem vê o governo que aí está certamente fica confuso, pois tinha um discurso em campanha, mas, uma vez eleito, o discurso é outro. Para evitar a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos, o governo pretende comprar parlamentares via emendas. Tudo como antes no castelo de Abrantes. Tivemos o mensalão, o petrolão e, agora, o emendão. Se vota com o governo, leva uma grana; se não, fala sozinho. De 2003 para cá nada mudou, apenas a corrupção vem sendo aperfeiçoada. O que esperar? Vergonha na cara daqueles que se colocam contra o governo e que se mantenham firmes na decisão de seus votos. Do contrário, as urnas vão cobrar.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com
São Paulo

Risco de se tornar refém

Sobre a matéria *Planalto oferece cargos de 2.º escalão para barrar CPI sobre atos golpistas* (**Estado**, 9/3, A6), não seria de interesse do próprio governo investigar a fundo e chegar aos financiadores de um movimento que se demonstrou capaz de afrontar os Poderes da República, como nos eventos de 8 de janeiro? Há uma contradição implícita no empenho do governo de barrar a CPI dos atos golpistas, visto que foi eleito com apoio de uma frente que se uniu em defesa da democracia. A justificativa soa insuficiente. Ser contra é uma coisa, mas a ponto de barganhar cargos? Até porque a estratégia de negociar nomeações em troca de apoios acaba tornando o governo refém de partidos de oposição, entre outros inconvenientes já notados em outros *carnavais*.

Patricia Porto da Silva
portodasilva@terra.com.br
Rio de Janeiro

Previ

Novo presidente

Nos jornais, ganhou grande destaque a habilitação do novo presidente da Previ, maior fundo de pensão da América Latina, sempre bem dirigido por funcionários concursados do Banco do Brasil (BB). Durante 35 anos servi ao BB, minha escola de vida, e lá me aposentei como advogado e diretor jurídico. Agora, na flor da idade e com uma sólida formação acadêmica, assume a direção da Previ (nosso INSS de complementação de aposentadoria) João Luiz Fukunaga, também forjado na escola da mesma instituição bancária. Estamos em mãos seguras e na mesma estrutura institucional (a Previ) que não permite voos cegos ou solitários. Lá não vige a máxima castrense do "manda quem pode e obedece quem tem juízo". Vige, isso sim, a decisão colegiada e bem vigiada pelos fiscais dos beneficiários da aposentadoria do fundo. Então, o choro dos contestadores da nomeação de Fukunaga é o lamento do perdedor que confunde ideologia com a política do *quanto pior melhor*. O resto é contestação sem qualquer fundamento técnico.

Joaquim P. de Cerqueira César
cerqueiracesar@aasp.org.br
São Paulo

ESPAÇO ABERTO

Março Azul

Pedro Averbach e Marcelo Averbach

Em prol da saúde, os meses do ano formam uma espécie de arco-íris, cada um marcado por uma cor e dedicado à conscientização e ao combate a determinada doença. Estamos no Março Azul, mês de alerta para a importância da prevenção do câncer colorretal ou do intestino grosso. E por que esta atenção especial, dedicando um mês inteiro para o câncer do intestino?

Recentemente, o câncer colorretal ganhou espaço na mídia e no dia a dia das pessoas com o diagnóstico da doença em celebridades como os atletas do futebol Pelé e Roberto Dinamite e as cantoras Simony, Preta Gil e o cartunista Paulo Caruso. E, de fato, o tema merece atenção especial, principalmente porque, apesar de ser um tipo de câncer evitável, é o segundo em incidência tanto em homens quanto em mulheres. Além disso, o câncer colorretal é curável quando diagnosticado precocemente. Portanto, ainda podemos fazer muito mais para evitar mortes por essa doença. Infelizmente, a despeito dos comprovados benefícios do rastreamento, este ainda não é largamente aplicado no Brasil como política pública.

O Instituto Nacional do Câncer (Inca) divulgou recentemente as estimativas para o ano de 2023, pelas quais são esperados mais de 45 mil casos de câncer colorretal, o que faz com que essa doença sozinha corresponda a cerca de 10% de todos os tumores malignos que vão ser diagnosticados neste ano. Além disso, cerca de 20 mil pessoas morrem anualmente vítimas desses tumores.

Para reduzir esses números, é preciso trabalhar em prevenção. Hábitos de vida saudáveis, como a realização de atividades físicas, dieta rica em fibra, além de evitar o tabagismo, o alcoolismo, o consumo de carnes vermelhas e combater a obesidade são medidas que podem levar à redução do aparecimento do tumor de intestino. Denomina-se esse conjunto de práticas de prevenção primária.

Já a prevenção secundária é aquela que busca o diagnóstico precoce, antes mesmo do aparecimento dos primeiros sinais. É o que chamamos de rastreamento. Por meio de exames se diagnosticam doenças com potencial de transformação para câncer ou até mesmo o tumor em fase precoce, aumentando as chances de cura. Para o tumor colorretal, pessoas sem histórico familiar de câncer ou outros fatores de risco devem iniciar essa busca a

> *Infelizmente, a despeito dos benefícios do rastreamento do câncer colorretal, este ainda não é largamente aplicado no Brasil como política pública*

partir dos 45 anos, mesmo na ausência de sintomas.

A realização da colonoscopia é uma das formas mais eficazes de fazer esse rastreamento. Esse exame nos permite encontrar e tratar pólipos, que são lesões precursoras do câncer, e, ao fazermos isso, evitamos mais de 50% dos casos desse tumor. Além disso, quando encontramos o câncer no indivíduo ainda sem sintomas, o diagnosticamos em estágio mais precoce, com maior chance de cura, reduzindo cerca de 70% das mortes por essa causa. Vale a pena enfatizar que, apesar do temor que algumas pessoas têm, a colonoscopia é muito bem tolerada, pois é realizada sob sedação após a limpeza do intestino. Outra estratégia seria buscar pela presença de sangue nas fezes. Em caso positivo, o indivíduo é submetido à colonoscopia para diagnosticar ou descartar o tumor. Caso negativo, o exame deve ser repetido dentro de um a dois anos.

Por fim, é necessário que todos estejam atentos aos principais sintomas do câncer colorretal: sangue nas fezes, alteração do hábito intestinal (com alternância entre a diarreia e o intestino preso), dor abdominal, perda de peso e anemia. Na presença destes sintomas, é fundamental procurar o médico para que, se mantida a suspeita de tumor de intestino, solicite a colonoscopia.

O Março Azul é uma campanha internacional que foi abraçada pela Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva, em parceria com a Sociedade Brasileira de Coloproctologia e a Federação Brasileira de Gastroenterologia. Com o intuito de chamar a atenção da população, da classe médica e do poder público para a necessidade de estar atento à prevenção do câncer colorretal, as referidas sociedades médicas deverão realizar uma grande ação na cidade de Cairu, na Bahia, onde pessoas na faixa etária entre 50 e 70 anos serão rastreadas por meio da pesquisa de sangue oculto nas fezes e, em casos positivos, serão submetidas à colonoscopia.

A ONG Zoé, em consonância com essas entidades médicas, em seu atendimento às populações ribeirinhas do Rio Tapajós, no Pará, inclui em várias de suas expedições o rastreamento do câncer colorretal. Neste ano, de 20 a 26 de março, mais uma expedição será realizada e, desta vez, as ações serão estendidas a Aveiro, município que se localiza às margens do Rio Tapajós.

Ações como essas visam a, em última instância, trazer o foco para o câncer colorretal e com isso chamar a atenção para a necessidade de implementação de uma política nacional de prevenção do câncer colorretal em nosso país.

Neste março, podemos salvar vidas vestindo a camisa azul da prevenção do câncer de intestino.

Saúde é prevenção! ●

SÃO CIRURGIÕES COLORRETAIS E FUNDADORES DA ONG ZOÉ. MARCELO AVERBACH É TAMBÉM COORDENADOR DA CAMPANHA MARÇO AZUL

TEMA DO DIA

JORDAN STRAUSS/AP

Após homenagem

Anitta detona Warner Music em longo desabafo contra gravadora: 'Me respeitem'

Cantora voltou a criticar a gravadora após ser homenageada em publicação sobre o Dia da Mulher. Ela disse que chegou a conversar com o CEO há um mês para que seu contrato fosse encerrado, o que não aconteceu. ●

11.016 Interações

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Todas já fomos Anitta! Em quantos projetos a glória foi para o homem e não para mim?"
KELLY FERNANDES

● "Fazer marketing com a imagem dela uma vez por ano é mole. Respeitar é o que importa."
JANA SIMÕES

● "Negócios são negócios. Isso é jogo de cena para negociação entre dois grandes."
FÁBIO OZUNOF

● "Uma mulher tendo que pedir para ser respeitada no Dia da Mulher... Tomara que consiga um acordo para sair logo da gravadora."
FELIPE PRADDO

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
www.estadao.com.br/e/linkdabio

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

LAUREN FLEISHMAN/THE NEW YORK TIMES

The New York Times

Baladas que acabam cedo ganham força na Inglaterra. ●
https://bit.ly/3F1SzT8

Paladar

Veja 7 receitas de brigadeiro para se deliciar em casa. ●
https://bit.ly/3IY5uGY

Newsletter

'Pílula': dose diária de conteúdo no seu e-mail; assine. ●
https://bit.ly/3NbVHP0

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 6,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 6,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 8,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 10,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Relações exteriores

Hesitação do governo brasileiro com regime de Ortega divide base de Lula

Recusa do País em condenar na ONU violações dos direitos humanos causa embate no próprio PT e desafia diplomacia nacional; PSB de Alckmin repudia ditadura na Nicarágua

ESTADÃOANALISA

MARCELO GODOY
BEATRIZ BULLA

A hesitação do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em condenar no Conselho de Direitos Humanos da ONU as violações dos direitos humanos cometidas pelo regime de Daniel Ortega, na Nicarágua, criou ruído na base aliada e desafios à diplomacia brasileira.

O Brasil decidiu não aderir a uma declaração de 54 países, na última sexta-feira, com sanções ao regime de Ortega e permaneceu em silêncio perante a comunidade internacional. Uma resposta brasileira só veio quatro dias depois, diante da reação interna e externa, o que mostra o desconforto gerado no governo Lula com o assunto.

Ontem, o PSB – partido do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin – aprovou uma nota de repúdio à ditadura da Nicarágua. O texto defende a democracia como valor universal e afirma que não se pode ficar indiferente ao que chama de "flagrantes violações de direitos humanos, detenções arbitrárias, julgamentos e execuções sumárias, assassinatos e tortura contra dissidentes políticos do regime". Mesmo no PT, o tema causou discussão.

Presidente do diretório estadual do Rio e integrante da executiva do partido, Alberto Cantalice disse ao **Estadão** não aceitar a prisão de um bispo católico, como Ortega fez. Em fevereiro, o bispo nicaraguense Rolando Álvarez Lagos foi condenado a 26 anos de prisão como "traidor da Pátria". O prelado se recusou a embarcar no avião em que Ortega colocou 222 opositores para despachá-los aos EUA.

"Isso é ação ditatorial. Ao se intitular de esquerda, Ortega põe uma mácula sobre nosso ideário." Para ele, a esquerda brasileira – principalmente os setores mais importantes – precisa revalorizar o papel da democracia e colocá-la como "questão principal, pois é isso que vai nos fazer avançar como Nação moderna". Em rede social, ele chamou Ortega e o venezuelano Nicolás Maduro de "uns merdas".

A publicação despertou reações. O historiador Valter Pomar, da Fundação Perseu Abramo, escreveu em seu blog que, ao usar essa linguagem, Cantalice se candidatava "a ser tratado como gusano". Gusano é um tipo de verme. O termo é usado pelos comunistas cubanos para designar opositores do regime.

DUBIEDADE. O conflito no PT reflete o histórico de correntes do partido de Lula de dubiedade na forma de tratar os regimes de Ortega e Maduro. Em 2021, ele comparou a permanência da então chanceler alemã, Angela Merkel, no cargo, à situação de Ortega. Na época, Ortega já tinha passado por sua quarta eleição seguida, sem concorrentes. Nos meses anteriores à eleição, prendera sete pré-candidatos, 39 políticos, empresários, jornalistas e estudantes, além de ter cassado três partidos políticos.

OSWALDO RIVAS / REUTERS - 8/8/2007

Lula e Daniel Ortega em Manágua, capital da Nicarágua, em 2007

Para lembrar

Ditadura comparada com democracia alemã

Nicarágua

Durante a campanha eleitoral, Luiz Inácio Lula da Silva comparou, em entrevista ao jornal espanhol *El País*, a permanência no poder de Daniel Ortega, na Nicarágua, com a da então primeira-ministra da Alemanha, Angela Merkel. "Por que Angela Merkel pode ficar 16 anos no poder e Daniel Ortega não? Qual é a lógica?", questionou Lula, que manteve relação próxima e amistosa com Ortega durante seus primeiros mandatos

Postura

Brasil não aderiu a uma declaração de 54 países com condenações ao regime de Ortega

A iniciativa dentro do Conselho de Direitos Humanos da ONU reuniu governos de esquerda e centro-esquerda não apenas na América Latina, como o chileno e o colombiano, mas também na Europa. É o caso de Portugal, Espanha e Alemanha. A declaração da delegação do Canadá, reiterada pelo Chile, aponta os achados de um comitê de peritos, com indicação de possível cometimento de crimes contra a humanidade por Ortega, e defende a continuidade das investigações.

O Brasil integra o grupo que discute o tema, mas não endossou a declaração. O silêncio foi quebrado na terça-feira, quando o chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra, embaixador Tovar da Silva Nunes, disse que o País se preocupa com os relatos de "sérias violações de direitos humanos e restrições ao espaço democrático, em especial execuções sumárias, detenções arbitrárias e tortura contra dissidentes políticos". Ele não usou o termo "crimes contra a humanidade" e também não fez menção à continuidade do trabalho dos peritos.

Disse que o Brasil poderia receber nicaraguenses que perderam sua nacionalidade por ordem de Ortega. Até agora, as discussões geraram apenas declarações, mas não um documento a ser votado. O Conselho de Direitos Humanos ainda discute uma resolução sobre o tema – e o Itamaraty trabalha para abrandar os termos do texto e incluir a perspectiva de tentativa de diálogo com o governo de Ortega.

A gestão petista afirma que o País preferiu adotar uma posição desvinculada do grupo para manter-se como possível mediador com Ortega (*mais informações nesta página*). Lula busca posição de mediação em conflitos internacionais na região e fora, como no caso da guerra na Ucrânia. Também houve desconforto no Ministério das Relações Exteriores com o fato de relatório dos especialistas apresentado na semana passada comparar ações de Ortega ao nazismo.

"Tenho a sensação de que o PT tem uma dificuldade muito grande de se atualizar com relação ao estado das esquerdas na América Latina. A chave do anti-imperialismo que aproximou essas forças no passado, ela já não se justifica como linha de atuação de política externa hoje", disse o cientista político e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Guilherme Casarões.

CONTRADIÇÃO. Membro do grupo de trabalho do Ministério dos Direitos Humanos de combate ao discurso de ódio no Brasil, Casarões afirmou que o governo Lula perde a chance de exercer uma liderança regional ao não se posicionar de maneira clara sobre a Nicarágua. "Cria-se a contradição. No limite o governo vai ser cobrado por defender algo internamente que não sustenta externamente."

O embaixador Rubens Barbosa disse que o Brasil sempre condenou esse tipo de violação. "Li a declaração de Genebra. Ela é uma maneira de não condenar o regime da Nicarágua. Lula quer ter influência para encaminhar uma solução. No caso do Brasil, dentro dos princípios ocidentais de democracia e direitos humanos, a gente não pode defender isso só internamente. É preciso coerência." ●

AMORIM SE REÚNE COM MADURO EM MEIO A RETOMADA DE RELAÇÃO. PÁG. A12

Três perguntas para...

MAURO VIEIRA
Chanceler

● **Por que não endossar a declaração coletiva?**

Havia diferenças de linguagem e de enfoque, que não foi possível superar dentro do "core group". E porque, para o Brasil, não cabe neste momento a ênfase em sanções e é fundamental a abertura de um diálogo com o governo da Nicarágua e com todos os atores relevantes naquele país, como consta da nossa manifestação e não consta na do grupo. Não abrimos mão de tentar o diálogo, não somente neste caso. É uma questão de princípio da diplomacia brasileira.

● **A hesitação encontra respaldo no Itamaraty?**

Não houve qualquer hesitação deste governo. Como o assunto estava pautado para debate no Conselho de Direitos Humanos, achamos melhor tentar a via da negociação com os parceiros do core group, e esgotar os canais, antes de qualquer manifestação pública.

● **O que o Brasil espera ao tentar suavizar resolução do Conselho?**

Não se trata de suavizar. O primeiro passo, na opinião do Brasil, deve ser sempre a tentativa de buscar um entendimento. Quem conhece a história da política externa brasileira sabe disso. ● M.G. E B.B.

Eliane Cantanhêde *E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede*

O racha na máquina pública

O escândalo das "joias das Arábias" confirma a máxima de que tudo o que começa errado vai errado até o fim, e esse é exatamente o caso da interferência política do então presidente Jair Bolsonaro em todos os órgãos de Estado e de investigação nos últimos quatro anos. Ele não "apenas" rachou e estressou ao máximo a sociedade brasileira, mas também a máquina pública.

Desde o início de 2019 já vieram os sinais de que ele não tinha apetite para governar o País nem prurido em manipular Polícia Federal, Coaf, Receita, Petrobras, Caixa Econômica Federal, Itamaraty, Forças Armadas e tudo o mais. Só pensava naquilo: reeleição. Passava panos quentes nos malfeitos de filhos e amigos e perseguia os adversários.

A boa notícia é que há resistência, que borbulhou em setores da sociedade e se alastrou pela máquina pública, dividindo ministérios e órgãos entre bolsonaristas prontos a fazer tudo o que seu mestre mandasse e funcionários de carreira, concursados, determinados a seguir a Constituição, leis e regras.

Os dois estojos de joias, um masculino, já embolsado por Bolsonaro como presente "personalíssimo", e outro feminino, apreendido em Guarulhos, são o fio da meada de uma grande aula sobre essa divisão. Enquanto ele manipulava a cúpula da Receita e do governo, a corporação se movia para se autoproteger e fazer valer as regras. Daí o choque.

> ***Em Brasília, os paus-mandados cediam às pressões; na base, os servidores diziam sonoros 'não'***

Em Brasília, o secretário da Receita, chefão do órgão, atendia às pressões do presidente e telefonava para um subordinado em Guarulhos para que liberasse – sem poder – as joias de R$ 16,5 milhões presenteadas à primeira-dama pela Arábia Saudita. Aliás, como um subordinado que acessou criminosamente os dados fiscais de adversários do presidente e de um procurador que investigava as rachadinhas dos Bolsonaros.

Na base, lá estavam fiscais como Marco Antônio Santana, que recebeu o sargento enviado pelo Planalto em avião da FAB e disse sucessivos e sonoros "não": ao ofício do governo, ao telefonema do tenente-coronel Mauro Cid, ajudante de ordens de Bolsonaro, ao chamado do secretário da Receita, Julio Cesar Gomes, chefe dele. Ou seja: disse não ao presidente da República. E com razão.

Para concluir, é importante ter funcionários exemplares, com compromisso e honradez, mas isso não basta. É preciso regras, fiscalização, controle. Não custa lembrar: assim como a mortandade nas operações policiais de São Paulo diminuiu com câmeras nas fardas, certamente a eficácia da Receita aumentou com as câmeras nas aduanas. Bom para a Receita e para o auditor, péssimo para Bolsonaro e seus paus-mandados. Está tudo lá, gravado, demolidor. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Felipe Moura Brasil (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **SÁB.** João Gabriel de Lima ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

LEILÃO DE MATERIAIS
MÁQUINAS AGRÍCOLAS
É HOJE, 10/03, ÀS 15h - SOMENTE ONLINE, ÓTIMA OPORTUNIDADE
PLATAFORMA GTS IS1250 12X50 - 2015
PLANTADEIRA STARA VICTORIA CONTROL 12X50
CARRETA GRANELEIRA ABASTECEDORA GTS WEGON - 2018
PULVERIZADOR JACTO UNIPORT 3030 - 2013
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607

Forças Armadas

GLO deve ser exceção, diz comandante do Exército

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou que, se o Brasil tivesse um aparelho policial – tanto a parte ostensiva como a parte investigativa – funcionando bem, haveria poucas ações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no País.

"A ação de GLO tem de ser interpretada como uma exceção", disse. Para Tomás, o modelo é "inseguro para a população, se a tropa não estiver muito condicionada", e não produz efeito duradouro.

As declarações estão no livro *Forças Armadas na Segurança Pública: A Visão Militar*, organizado pelos pesquisadores Celso Castro, Adriana Marques, Verônica Azzi e Igor Acácio (editora FGV, R$ 59, 328 páginas). Eles entrevistaram 16 oficiais do Exército e da Marinha que participaram de ações na área da Segurança Pública no Brasil desde 1992. ●

MARCELO GODOY

Poderes

Articulação política gera desgaste para Padilha, que vira alvo de críticas

Parlamentares cobram cargos e dizem que ministro 'não entrega' o prometido e 'não tem boa vontade para conversar'

LEVY TELES
BRASÍLIA

Em dois meses de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não conseguiu azeitar sua base de apoio no Congresso, e deputados responsabilizam o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Parlamentares cobram cargos e dizem que o ministro, que coordena a articulação política, "não entrega" o prometido e "não tem boa vontade para conversar".

Padilha funciona como uma ponte entre o Palácio do Planalto e o Congresso. Sua pasta é vital para garantir a governabilidade. Presidentes que não conseguem uma coalizão se inviabilizam politicamente. Dilma Rousseff, por exemplo, sofreu impeachment pela falta de articulação política do seu governo. Antes disso, trocou o ministro das Relações Institucionais quatro vezes. O ex-presidente Jair Bolsonaro também mudou o titular da pasta quatro vezes, mas a distribuição de emendas via orçamento secreto permitiu que ele conseguisse barrar 158 pedidos de impeachment.

Um dos partidos que mais atacam Padilha é o União Brasil, que comanda três ministérios, mas se manifestou como "independente". No início da semana, a sigla pressionou o presidente, ameaçando votar contra o governo caso o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, fosse demitido. Para garantir os 59 votos da sigla na Câmara e nove no Senado, Lula cedeu e recuou da sua disposição de trocar o ministro que usou dinheiro público para ir a leilões de cavalo. O caso foi revelado pelo **Estadão**.

Enquanto a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, cobrava a troca do ministro, Padilha pedia calma, e fez uma defesa pública de Juscelino, num gesto de pacificação. Além das Comunicações, o União Brasil patrocinou a indicação dos ministros da Integração Nacional e do Turismo. Os três foram apadrinhados pelo senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o que levou a outra ala do partido a se sentir desprestigiada.

> ***"Não vejo essa boa vontade do Padilha para conversar"***
> **José Rocha (União-BA)**
> Deputado

> ***"Para ter apoio, o governo tem que usar o Diário Oficial e a caneta"***
> **José Nelto (PP-GO)**
> Deputado

CARGOS. Congressistas relatam "lentidão" e "morosidade" de Padilha na divisão dos cargos de segundo e terceiro escalões. "Há um descontentamento muito grande em relação a esse relacionamento do Padilha com o Congresso, que não está acontecendo. Ele não tem nos procurado, pelo menos no União Brasil, e eu não vejo essa boa vontade do Padilha para conversar", disse José Rocha (União Brasil -BA).

O deputado Rodrigo de Castro (União Brasil-MG), fez coro ao colega baiano e apontou que o governo entra no terceiro mês de mandato com "o diálogo ainda incipiente".

De acordo com o deputado Luiz Carlos Busato (União Brasil-RS), o diálogo do governo está sendo feito com a presidência dos partidos. "Está ruim em função disso. Os deputados ficam sem saber o que está ocorrendo, não falo nem em questão de cargo", afirmou. "Está faltando diálogo direto com a bancada e isso não agrada. Dessa forma, cada um vai votar como bem entender".

O União Brasil reúne parlamentares irredutíveis em fazer oposição a Lula, os ditos "independentes" e os parlamentares aliados – em minoria. Quase a metade da legenda na Câmara assinou o requerimento para a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os ataques golpistas de 8 de janeiro, medida que o Palácio doPlanalto não quer, sob o argumento de que pode atrapalhar votações importantes no Congresso.

Para o deputado José Nelto (PP-GO), a indicação de ministros por um partido não significa que o governo tem o apoio de todos os parlamentares. "Para ter o apoio, o governo tem que usar o Diário Oficial e a caneta", disse.

EMENDAS. Padilha vai centralizar a liberação de emendas parlamentares no governo Lula, o que aumenta a pressão dos congressistas. O ministro também foi escalado por Lula para negociar a liberação de verbas extras dos ministérios com o Congresso, aquelas não vinculadas a emendas e sob controle total do Executivo, retomando uma antiga prática de "toma lá, dá cá" para pagamento de recursos federais em troca de votos no Congresso.

Padilha também não tem interlocução com os comandos das três maiores frentes parlamentares da Câmara – as bancadas da bala, dos ruralistas e dos evangélicos. A primeira reúne 200 deputados, a segunda 240 e a terceira, 132. O ministro não se envolveu na disputa pela liderança destas bancadas, o que poderia ter evitado que fossem comandadas por bolsonaristas.

No Planalto, auxiliares do presidente afirmam que a articulação emperra por causa do desgaste gerado pelos ataques golpistas às sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro, assim como pela lentidão do início das atividades da Câmara.

Reuniões

Ministro diz que já se reuniu com 400 mais de parlamentares, individual ou coletivamente

Em nota, a assessoria do Ministério das Relações Institucionais afirmou que, desde o início do governo Lula, Padilha tem mantido relacionamento e diálogo permanente com parlamentares de todos os partidos. "No período, já foram realizadas mais de 400 audiências com parlamentares, individual ou coletivamente, além de diversas reuniões com comissões temáticas, partidos e bancadas."

Nesta semana, diz o texto, o ministro convidou os 90 deputados em primeiro mandato das regiões Sul e Centro-Oeste para café da manhã e reunião no Palácio do Planalto, em Brasília. "Na próxima semana, haverá atividade semelhante com os deputados das demais regiões." ●

Legislativo

Pautas contra transição de gênero crescem no País

ADRIANA FERRAZ
NATÁLIA SANTOS

Pautas contrárias à transição de gênero ganharam força neste início do ano em Casas Legislativas do País. O tema ganhou destaque após discurso do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG), anteontem no plenário da Câmara, no qual ele ironiza mulheres trans. A bancada do PSOL na Câmara apresentou uma notícia-crime contra o deputado no Supremo Tribunal federal (STF). O Ministério Público Federal acionou a Casa para que seja apurado se ele praticou transfobia – considerada crime desde 2019.

No Senado, projeto apresentado por Magno Malta (PL-ES) propõe que o ato de "submeter criança ou adolescente a terapia hormonal, tratamento psicológico ou qualquer outro meio não cirúrgico relativo à transexualização" seja considerado crime, com pena de reclusão de 8 a 12 anos.

O vereador de São Paulo Rubinho Nunes (União Brasil) é autor de projeto que propõe vetar qualquer tratamento hormonal para mudança de sexo antes dos 18 anos. Ele também já pediu que o serviço do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (Amtigos), comandado pelo Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo – que tem pacientes a partir dos quatro anos –, seja investigado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). "É completamente absurdo que uma criança seja submetida a esse tipo de procedimento", disse.

No Espírito Santo, dois projetos tratam do tema transição de gênero, ambos propostos por deputados do PL: Capitão Assumção e Lucas Polese. Para eles, as regras atuais do Conselho Federal de Medicina (CFM), que estipulam suporte psicológico a crianças ou adolescentes transgêneros que não atingiram a puberdade, devem ser derrubadas.

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 15/2/2023

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO - 24/2/2023

Rubinho Nunes, vereador, e deputada Erica Malunguinho: tema em voga

Em São Paulo, Mario Frias (PL) e Julio Cesar Ribeiro (Republicanos) querem aprovar uma lei que aumenta para 21 anos – e não 18 – a idade mínima para fazer a cirurgia de troca de sexo no Brasil. Já Kim Kataguiri (União Brasil) quer tornar crime o ato de "instigar crianças e adolescentes a mudarem seu sexo biológico".

REAÇÃO. A deputada estadual Erica Malunguinho (PSOL), que é trans, tenta aprovar uma lei que pune quem tenta obstruir o processo ou "converter" transgêneros. A deputada ressalta que ambulatórios como o do HC respeitam as normas vigentes do Ministério da Saúde.

"A terapia hormonal invertida (*para troca de gênero*) só ocorre a partir dos 16 anos e com acompanhamento psicológico. Essa movimentação política é pura perseguição", disse a parlamentar. ●

Presentes sob investigação

Bolsonaro ordenou cadastro de joias retidas como acervo privado

Então presidente justificou que conjunto de diamantes de R$ 16,5 milhões era presente do regime saudita para Michelle

ADRIANA FERNANDES
ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

No mesmo dia em que Jair Bolsonaro determinou que um militar viajasse, em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), de Brasília até Guarulhos (SP) para retirar as joias apreendidas pela Receita Federal, o gabinete do então presidente solicitou que os itens avaliados em R$ 16,5 milhões fossem cadastrados no sistema federal como "acervo privado", já que, segundo a justificativa, se tratava de presente do regime saudita para a então primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Pelos planos de Bolsonaro, os diamantes deveriam ser retirados da alfândega de Guarulhos naquele mesmo dia, 29 de dezembro de 2022, a dois dias do encerramento de seu mandato. No dia seguinte, ele e Michelle embarcariam para os Estados Unidos. Dentro do Palácio do Planalto, a ordem era, portanto, adiantar o cadastro das joias que estavam retidas nos cofres da Receita.

Documento a que o **Estadão** teve acesso mostra que o pedido de cadastramento partiu da Chefia de Ajudância de Ordens da Presidência, que era comandada pelo "faz-tudo" de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Não cabia a Cid fazer esse cadastramento, mas ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica.

O pedido indica que o então presidente não tinha a intenção de repassar o bem para o acervo público da Presidência da República, o que significaria manter as joias sob controle do Estado. A tentativa de retirada dos itens, no entanto, não ocorreu. O auditor fiscal da Receita em Guarulhos, Marco Antônio Santana, negou entregar ao emissário de Bolsonaro o conjunto de colar, par de brincos, anel e relógio da marca suíça Chopard.

O Planalto não confirmou se os dados referentes às joias permanecem no sistema do Gabinete Adjunto de Documentação Histórica. O **Estadão** apurou que as informações poderiam ter sido retiradas do sistema, depois de frustrada a tentativa do ex-presidente.

ELEIÇÃO. Histórico de atos e relatos do caso – revelado pelo **Estadão** – mostra que houve, por parte do governo Bolsonaro, uma série de medidas não só para reaver as joias, mas para impedir o vazamento de qualquer informação em ano eleitoral. Bolsonaro foi candidato à reeleição em 2022.

Diversas tentativas de recuperar o conjunto de diamantes foram registradas desde o dia em que comitiva do então ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque, desembarcou em Guarulhos com os itens. Nas semanas seguintes à apreensão, Bolsonaro acionou os ministérios de Minas e Energia e de Relações Exteriores, militares e o comando da Receita. Tudo isso, porém, de forma discreta.

CARTA. Os cuidados para controlar as informações envolveram, ainda, comunicados ao governo saudita. Em 22 de novembro de 2021, quase um mês depois da apreensão das joias, Bento Albuquerque ocultou o episódio em carta a Abdulaziz bin Salman Al Saud, ministro de Minas e Energia. No comunicado, o almirante diz que os presentes tinham sido incorporados à "coleção oficial brasileira", conforme determina "a legislação nacional e o código de conduta da administração pública".

SEGUNDO ESTOJO. A mesma estratégia foi adotada em relação ao segundo presente da Arábia Saudita que entrou ilegalmente no País. Por discrição, o estojo com itens como relógio, caneta e abotoadoras ficou guardado por mais de um ano no gabinete do Ministério de Minas e Energia. O pacote só foi entregue no Alvorada em 29 de novembro de 2022. O recibo da Documentação Histórica do Palácio do Planalto traz item que questiona se o objeto foi visualizado por Bolsonaro. A resposta diz: "sim".

Enquanto isso, o conjunto de R$ 16,5 milhões seguiu nos cofres da alfândega. Durante um ano, auditores da Receita sofreram pressões do então chefe do órgão, Julio Cesar Gomes, aliado de Bolsonaro. De acordo com relatos, havia um controle ostensivo para que o caso não fosse descoberto.

A entrada ilegal das joias no Brasil é investigada pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. O procedimento tramita em sigilo na Procuradoria em Guarulhos. ●

TCU proíbe venda de itens que entraram de forma ilegal no País

O ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes proibiu Jair Bolsonaro de usar, dispor e alienar as joias dadas pelo regime saudita que entraram de forma ilegal no Brasil e estão em poder do ex-presidente. O TCU vai ouvir Bolsonaro e o ex-ministro Bento Albuquerque no processo de investigação. ● A.F. E A.B.

Operação Ptolomeu

Alvo da PF, governador do Acre tem bens bloqueados

PEPITA ORTEGA

O governador do Acre, Gladson Cameli (PP), foi alvo ontem de nova fase da Operação Ptolomeu, da Polícia Federal – que investiga suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a cúpula do governo do Estado.

Por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cameli teve bens e o passaporte apreendidos. A Corte determinou a indisponibilidade de R$ 120 milhões, entre imóveis, carros e aeronaves. Os investigadores apuram suspeitas de fraude em contratos, pagamento de vantagens indevidas, lavagem de capitais e enriquecimento ilícito.

Cameli disse que está à disposição das autoridades e que "reafirma sua confiança na Justiça para que a verdade prevaleça". ●

artplan
Patrocinador Master
Heineken
DOS MESMOS CRIADORES DO ROCK IN RIO
THE TOWN CARD
BRUNO MARS
FOO FIGHTERS
MAROON 5
POST MALONE
FACTORY
A CELEBRAÇÃO DA CULTURA URBANA.
MÚSICA, PERFORMANCES, PINTURAS E MUITO GRAFITE.
FALTAM 4 DIAS
GARANTA SEU LUGAR E ESCOLHA DEPOIS O DIA QUE QUER IR
VENDAS: 14 DE MARÇO ÀS 19H
THETOWN.TICKETMASTER.COM.BR
INTEIRA: R$ 770,00 – MEIA: R$ 385,00
NÃO COBRAMOS TAXA DE SERVIÇO
O pagamento poderá ser feito por cartão de crédito ou PIX. Serão aceitos a maioria dos cartões de créditos emitidos no Brasil e o valor poderá ser parcelado em até 6x (seis vezes) sem juros. Já os clientes que efetuarem o pagamento com cartões de crédito Itaú, Credicard ou Iti poderão parcelar a compra em até 8x (oito vezes) sem juros.
O parcelamento em até 8x (oito vezes) sem juros é válido até o fim da cota de ingressos The Town Card disponibilizada para venda pela organização do evento por meio da plataforma de vendas oficial e apenas para pagamento com cartões de crédito Itaú, Credicard ou Iti. As condições de parcelamento são válidas para aquisição de até o total de 04 (quatro) The Town Cards por CPF para o evento, podendo, destes 04 (quatro) ingressos, no máximo 01 (um) dos ingressos ser de meia-entrada. A classificação etária do evento é 16 (dezesseis) anos. A entrada de menores de 16 (dezesseis) anos será permitida desde que estejam acompanhados dos pais ou responsáveis legais.
Apoio Institucional CIDADE DE SÃO PAULO
Content Partner TikTok
Media Partners tvglobo MULTISHOW MIX ESTADÃO
Patrocinadores Itaú Porto Seguro vivo RIACHUELO KitKat Seara Coca-Cola

América Latina

Cristina Kirchner cometeu 'ato de corrupção de Estado', dizem juízes

Acusação está em documento de 1.616 páginas publicado ontem, 3 meses após vice ser condenada a 6 anos de prisão por concessões fraudulentas; ela tem 10 dias para recorrer

FERNANDA SIMAS

Em mais um capítulo do caso de corrupção envolvendo Cristina Kirchner na Argentina, o tribunal que em dezembro condenou a vice-presidente a 6 anos de prisão e inabilitação política afirmou ontem estar diante de um "ato de corrupção de Estado".

"(*O caso*) atenta contra a legitimidade das instituições públicas, ameaça a sociedade, a ordem moral e a Justiça", disse o Tribunal Oral Federal n.º 2, em documento de 1.616 páginas publicado ontem, três meses após o veredicto.

A sentença diz que o caso envolvendo Cristina representa uma "corrupção sem precedentes" na Argentina. A partir de agora, corre o prazo de dez dias para a defesa recorrer da decisão da primeira instância.

PROVAS. Os juízes sustentaram a sentença em três provas principais. Primeiro, um decreto de Cristina, de 2009, que permitiu à Administração Rodoviária Nacional dispor de fundos "discricionários" para pagar às empresas de um amigo da família Kirchner, Lázaro Báez.

IMUNIDADE. Depois, os negócios privados dos Kirchners com o empresário (compra, aluguel, administração de hotéis). Por fim, as conversas de José López – ex-secretário de Obras Públicas –, que mostram que Cristina estava por trás da operação para apagar vestígios de corrupção.

Defesa
Cristina nega as acusações e diz que a Justiça argentina agiu com motivações políticas

Os juízes consideraram Cristina uma das autoras do crime investigado e com uma "participação fundamental nas irregularidades da concessão de 51 obras públicas concedidas a Báez durante o governo de seu marido, Néstor Kirchner, morto em 2010, e no dela. Segundo os juízes, o objetivo do esquema era "obter benefício econômico" para os dois.

A vice-presidente nega as acusações e afirma que houve uma perseguição judicial com fins políticos. O tribunal qualificou como "clichê" essa alegação. Cristina não pode ser presa por possuir imunidade como vice e manter seus direitos políticos até que os recursos tenham se esgotado.

Cristina, de 70 anos, foi condenada em primeira instância por conceder de forma fraudulenta contratos de obras públicas na Província de Santa Cruz. O tribunal calculou os danos materiais em mais de 84 bilhões de pesos (cerca de R$ 2 bilhões).

Santa Cruz é a província onde nasceu Néstor. Região petroleira, recebeu muitas obras públicas. A Procuradoria acusa Cristina de comandar uma associação ilícita quando a família ocupou a presidência, entre 2007 e 2015, e de favorecer Báez – próximo de sua família – na concessão de licitações.

JUAN MABROMATA/AFP–10/8/2022

Para juízes, os Kirchners criaram esquema em seu benefício

Também foram condenados a 6 anos de prisão José López e Nelson Pierotti – além de Cristina e Baez. Outros acusados de envolvimento foram condenados a penas de 4 anos a 3 anos e 6 meses de prisão.

O caso ganhou desdobramentos no momento em que começam a aparecer os pré-candidatos às eleições presidenciais e parlamentares de outubro. Quando a sentença saiu, em dezembro, Cristina afirmou que não se candidataria a nenhum cargo, deixando o peronismo em uma encruzilhada entre continuar na sombra da atual vice ou buscar um nome para apresentar em outubro.

"Ela disse que não, mas alguns em seu entorno fazem campanha para que ela se apresente. Creio que ela não será candidata à presidência, mas talvez ao Senado", afirma o analista político Andres Fidanza.

INFLAÇÃO. Nas ruas, a principal discussão é sobre inflação. "O problema central na Argentina hoje, tanto política quanto economicamente, é a inflação. Em um ano, tivemos um aumento de preços de 100%, o que é muito, mesmo para um país com história inflacionária. E isso vem monopolizando as campanhas eleitorais", disse Fidanza.

Nesse sentido, peronismo e macrismo – principal força opositora no momento – disputam o discurso de qual grupo político foi mais eficiente na administração do país. ●

Venezuela

Amorim se reúne com Maduro em meio a retomada de relação

SOFIA AGUIAR
BRASÍLIA

MARCELO GARCIA/REUTERS

Maduro recebe Amorim (E), em Caracas; relações, suspensas desde 2019, foram retomadas com Lula

Uma delegação do Brasil chefiada pelo ex-chanceler Celso Amorim, hoje assessor especial de Luiz Inácio Lula da Silva, viajou à Venezuela e se encontrou, na quarta-feira, com o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, em Caracas.

A reunião com o líder chavista, organizada em sigilo, acabou sendo revelada por Maduro nas redes sociais. Ao postar uma foto com Amorim, ele disse que foi um "grato encontro" com a delegação brasileira.

"Estamos comprometidos com a renovação de nossos acordos de união e solidariedade que garantem o crescimento e o bem-estar da Venezuela e do Brasil", declarou Maduro na mensagem. À reportagem, um interlocutor do governo brasileiro afirmou que o encontro faz parte da "retomada das relações" que teriam sido "danificadas" pelo governo anterior. O Brasil está reabrindo sua embaixada e consulado em Caracas.

REGIME FECHADO. A Venezuela vive um regime autoritário comandado por Maduro, o que foi motivo de críticas de Jair Bolsonaro a Lula durante a corrida presidencial de 2022. Durante o mandato de Bolsonaro, o Brasil, assim como os EUA, reconhecia Juan Guaidó como presidente venezuelano. Como a estratégia não resultou em abertura política, ela foi abandonada.

Após os primeiros contatos com o governo Lula, a Assembleia Nacional venezuelana (Parlamento), de maioria chavista, aprovou por unanimidade a nomeação de Manuel Vadell como embaixador no Brasil, depois que o governo brasileiro lhe concedeu credenciais diplomáticas.

Por sua vez, em 18 de janeiro, a Venezuela recebeu o encarregado de negócios brasileiro, Flávio Macieira, com o que os dois países deram mais um passo para a normalização de suas relações, que estavam suspensas desde 2019. ●

COM EFE

Acompanhe

MÊS INTERNACIONAL DA MULHER

MÊS INTERNACIONAL DA MULHER

MULHERES NA LIDERANÇA

Para celebrar o Dia Internacional da Mulher, teremos um mês repleto de comemorações! Reflexão, Transformação e Empoderamento de mulheres que se destacam em diversos segmentos.

Depoimentos de vários ícones femininos sobre quem nesse universo as inspira e por quê.

"Coragem e insistência para enfrentar os obstáculos. Mente aberta para o novo. Vontade de aprender e energia para trilhar outros caminhos sempre que necessário."

Joyce Ribeiro, jornalista da TV Cultura

"Meus maiores exemplos de vida e de mulher são minha mãe e Margaret Thatcher, duas mulheres fortes. Lembrando que a mulher tem que estar onde ela quiser e isso tem que fazer sentido para ela."

Raquel Reis, CEO de Saúde e Odonto da SulAmérica

"Não muito tempo atrás, eram poucas as mulheres que tinham o poder de exercer a oralidade. Hoje temos muitas mulheres que admiro falando no microfone e fico muito feliz de integrar esse time."

Carolina Ercolin, jornalista e apresentadora da *Rádio Eldorado*

"Dercy Gonçalves, que, mesmo hoje em 2023, é uma referência para todas nós mulheres, principalmente as que vivem dessa arte, a comédia e a interpretação."

Abbadhia Vieira, atriz com ênfase em humor

MÊS INTERNACIONAL DA MULHER

Acompanhe durante o mês de março em nossas redes sociais.

Clique e conheça

Realização: ESTADÃO

Produção: ESTADÃO BLUE STUDIO

Apoio: CREA-SP

Patrocínio: SulAmérica

A guerra de Putin

Rússia usa mísseis hipersônicos para atacar 10 regiões da Ucrânia

Maior bombardeio desde janeiro destrói casas e deixa cidades sem luz; usina nuclear volta a operar em modo de emergência

KIEV

A Rússia lançou ontem seis mísseis hipersônicos capazes de escapar das defesas aéreas, no maior ataque à Ucrânia desde janeiro. O bombardeio atingiu infraestrutura e edifícios residenciais em dez regiões, segundo o presidente ucraniano, Volodmir Zelenski. Pelo menos seis pessoas morreram em Lviv. Na capital Kiev, o alerta de sete horas durante a noite foi o mais longo da guerra.

"Aos invasores só resta aterrorizar os civis. Isso é tudo o que eles podem fazer. Mas isso não vai ajudá-los. Eles não vão evitar a responsabilidade por tudo o que fizeram", disse Zelenski, em comunicado. Dmitro Kuleba, chanceler da Ucrânia, afirmou que os ataques "não tinham objetivo militar" e eram um exemplo de "barbárie russa".

Autoridades ucranianas disseram que a Rússia disparou seis de seus mísseis hipersônicos Kinzhal, que a Ucrânia não tem como abater – serviços de inteligência acreditam que os russos tenham cerca de 50 desses mísseis em seu arsenal. "Não me lembro de tantos Kinzhals disparados em um ataque durante esta guerra", disse o coronel Yuri Ihnat, porta-voz do Exército ucraniano.

De acordo com a Força Aérea da Ucrânia, a Rússia lançou ao todo 81 mísseis, além de 8 drones Shahed, de fabricação iraniana. Kiev garante ter derrubado 34 mísseis de cruzeiro e 4 drones.

ALTO RISCO. Os ataques de ontem encerraram semanas de relativa calma. Ao todo, pelo menos 11 pessoas morreram em todo o país. A energia foi cortada em várias regiões. Três centrais elétricas foram danificadas. A usina nuclear de Zaporizhzia, a maior da Europa, foi forçada a usar geradores a diesel, mais uma vez.

Zaporizhzia, que a Rússia ocupa desde que o início da guerra, está perto da linha de frente e ambos os lados alertam para o risco de acidente nuclear causado pelos combates. Rafael Grossi, diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), disse que uma ação urgente era necessária para proteger a segurança do local.

"É a sexta vez. Deixe-me repetir, é a sexta vez que a usina de Zaporizhzia perdeu toda sua energia externa e teve de operar em modo de emergência. Deixe-me lembrar que esta é a maior usina nuclear da Europa", disse Grossi, durante reunião do conselho da AIEA. "Se permitirmos que isso continue, um dia nossa sorte acabará."

ESTRATÉGIA. Desde outubro, após vários reveses militares, a Rússia tem atingido as principais instalações ucranianas com mísseis e drones, cortando os serviços de água e eletricidade de milhões de pessoas, que ficaram sem aquecimento no inverno.

Os bombardeios, no entanto, não se restringem à infraestrutura. Muitas áreas residenciais em várias cidades da Ucrânia também foram atingidas, incluindo Lviv, Kharkiv, Kiev e Odessa.

Vídeos postados por moradores nas redes sociais mostram o resultado dos bombardeios em várias áreas da capital. A estação de energia termoelétrica de Kiev foi atingida e era possível avistar a fumaça num dos registros feitos próximo ao local. As sirenes de ataque aéreo soaram durante horas na capital e no Porto de Odessa.

RECURSOS. Elegijus Paulavicius, chefe da inteligência militar da Lituânia, disse ontem que a Rússia tem recursos suficientes para continuar a guerra na Ucrânia por mais dois anos, se mantiver a intensidade atual. "Por quanto tempo Moscou será capaz de travar esta guerra também dependerá do apoio militar de países como Irã e Coreia do Norte", afirmou Paulavicius. ● WP, NYT, AP e AFP

GLEB GARANICH/REUTERS

Equipes de emergência trabalham em Kiev após ataque da Rússia

Oscar nega novamente pedido de Zelenski para discursar na cerimônia

O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, ficou de fora da festa do Oscar pelo segundo ano consecutivo. De acordo com a revista 'Variety', ele esperava aparecer na transmissão da cerimônia, no domingo. Seu pedido, no entanto, foi negado.

No ano passado, o presidente ucraniano, um ator e comediante que virou político, apareceu via satélite durante os prêmios Grammy e Globo de Ouro, além de discursar em importantes festivais de cinema da Europa, como Cannes e Berlim.

A Ucrânia estará representada na categoria de melhor documentário com o filme *A House Made of Splinters*, sobre crianças que perderam seus pais no conflito. A guerra também afeta a disputa pelo melhor filme, que inclui *Top Gun: Maverick*, bastante criticado após relatos de que foi parcialmente financiado pelo oligarca russo Dimitri Rybolovlev. O governo da Ucrânia e muitos expatriados ucranianos expressaram "preocupações" com a influência russa em Hollywood. ● AP

Pressão dos EUA

Holanda restringe acesso da China à tecnologia de chips

AMSTERDÃ

O governo da Holanda impôs ontem restrições adicionais à exportação de máquinas que fabricam chips de processadores avançados, juntando-se a um esforço dos EUA para limitar o acesso da China aos materiais usados na produção de chips.

A Holanda é a maior produtora mundial de componentes e maquinários-chave para a fabricação de microprocessadores. O país estava sob pressão dos EUA para adotar restrições semelhantes às impostas pelo governo americano, no ano passado.

Os detalhes do que a Holanda e o Japão fecharam com os EUA em janeiro, para limitar as vendas para a China, vieram a público na quarta-feira. Agora, as empresas terão de solicitar licenças para exportar essa tecnologia.

Segundo a ministra do Comércio da Holanda, Liesje Schreinemacher, as medidas "cirúrgicas" incluiriam apenas sistemas de especificação muito alta, que podem fazer os chips menores e mais poderosos, incluindo algumas das ferramentas de litografia de imersão profunda (DUV) fabricadas pela empresa holandesa ASML.

Os EUA convenceram seus aliados holandeses e japoneses, que produzem tecnologia essencial para fabricação de chips, a não exportar para a China maquinário mais avançado que poderia ser usado em armas e máquinas sofisticadas.

O premiê da Holanda, Mark Rutte, visitou o presidente dos EUA, Joe Biden, em janeiro, quando trataram da questão das máquinas de chips avançadas fabricadas pela ASML.

DISPUTA. Analistas consideram a decisão uma vitória do governo americano na disputa entre EUA e China para dominar a produção mundial de chips. Os semicondutores são minúsculos processadores no centro da tecnologia de celulares, carros autônomos, computação avançada, drones e equipamentos militares.

No ano passado, os EUA aprovaram a Lei dos Chips, um pacote de US$ 52 bilhões para estimular a indústria americana, reduzir a dependência de países asiáticos e manter o país à frente da China na corrida tecnológica. ● AFP, AP e NYT

Alemanha

Ataque em templo mata 7 em Hamburgo

HAMBURGO

Um ataque a tiros deixou ontem sete mortos e vários feridos em um templo de Testemunhas de Jeová na cidade de Hamburgo, norte da Alemanha. Não está claro se o atirador está entre as vítimas. O atentado ocorreu no bairro de Borstel, no Distrito de Alsterdorf.

Diversas pessoas foram feridas no ataque, que ocorreu por volta das 21 horas locais (17 horas em Brasília). Dezessete pessoas que estavam na igreja escaparam ilesas. A polícia não soube informar se mais de uma pessoa esteve envolvida no ataque, que ela qualificou de "terrorista", e se há algum suspeito foragido.

Pelo Twitter, a polícia da cidade informou que "ainda não há informações seguras sobre o motivo" do ataque a tiros e pediu à população que não espalhasse "suposições ou rumores". O prefeito de Hamburgo, Peter Tschentscher, disse que "as forças de segurança estão trabalhando para localizar os responsáveis e esclarecer o que aconteceu".

JIHADISMO. A Alemanha tem sido vítima de ataques jihadistas. Em dezembro de 2016, um atentado com um veículo, reivindicado pelo Estado Islâmico, deixou 12 mortos em Berlim. O atentado foi o mais sangrento cometido na Alemanha, que tem sido alvo do extremismo islâmico por sua participação na coalizão que combateu o Estado Islâmico no Iraque e na Síria. ● AP, EFE e AFP

São Paulo

Moema tem alagamentos frequentes; MP vê risco na área há 7 anos

Prefeitura admite problemas com construções que prejudicaram drenagem em região que idosa morreu; prédios usam até comportas para frear a água da chuva

WERTHER SANTANA/ESTADÃO

O motorista de um dos veículos, que não havia sido retirado da via até ontem, escapou pela janela

ÍTALO LO RE
GONÇALO JÚNIOR

Em 2016, o Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito civil para investigar constantes enchentes na Rua Gaivotaa, esquina com a Ibijaú, em Moema – onde há prédios que usam até comportas para frear a água da chuva. Nesta quarta-feira, Nayde Pereira Cappellano, de 88 anos, morreu dentro de um carro submerso.

No inquérito civil nº 14.0279.0000143/2016-5, a Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo cita uma ocupação irregular de área pública por parte de condomínios particulares e pede à Prefeitura providências administrativas e/ou judiciais. A construção de edifícios ao longo do Córrego Uberabinha, que corta a região, causa a impermeabilização do solo. "Não foram concluídas as informações acerca das medidas estruturantes para eliminação de enchentes na região", informou o MP.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) abordou a questão. "Temos algumas ações judiciais em obras feitas em áreas que não poderiam ter sido construídas porque prejudicam a drenagem." E citou a presença de construções antigas que não possuem as chamadas vielas sanitárias, espaços de 3 metros no fundo dos imóveis, utilizados para esgoto e escoamento de águas pluviais.

O inquérito foi encaminhado ao Centro de Apoio à Execução, em janeiro de 2022, para elaboração de um parecer técnico para dar subsídios a outras medidas judiciais ou extrajudiciais que devem ser tomadas. No mesmo inquérito, o órgão pede à Defesa Civil um "plano de contingência e proteção para o local, com foco na atuação preventiva", além de "propostas técnicas para solucionar o problema de enchentes". A Defesa Civil chegou a apresentar um Plano de Contingência de alagamentos bruscos ou processos hidrológicos que, segundo o MP, não foi efetivado. Ontem, o órgão voltou a pedir esclarecimentos.

Procurada pelo **Estadão**, a Prefeitura destacou que a chuva foi forte e concentrada, atingindo 67,2 mm em Moema, mas que mobilizou as equipes de zeladoria e mantém limpeza periódica na região. A Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras trabalha na elaboração da licitação para o Reservatório do Córrego Paraguai-Éguas, na Praça Juca Mulato, que deve mitigar problemas.

RECORRÊNCIA. Moradores da Rua Gaivota e da Avenida Ibijaú, porém, relatam que as enxurradas são recorrentes. Segundo eles, o problema piorou há pouco mais de 15 anos, quando a construção de prédios dificultou o escoamento de águas do Uberabinha. Quando há chuvas fortes, moradores chegam a ficar nas janelas para alertar quem não é da região. "Não vai, não passa de carro", gritam para os motoristas. A vítima da chuva teve uma parada cardiorrespiratória após o automóvel ficar submerso. Segundo testemunhas, ela pedia socorro desesperada (*mais informações nesta página*).

"Hoje todo mundo tem comportas ou as portarias (*dos prédios*) são pelo menos em um patamar mais alto", diz o corretor de imóveis Leandro Cinino, de 55 anos. Morador da Rua Ibijaú, ele tinha saído a trabalho quando a enchente começou. O nível da água chegou a quase 2 metros de altura na rua, relata. "Minha mulher estava em casa. Fiquei apavorado de não estar aqui para ajudar", diz ele.

Por ser uma residência de dois andares, Leandro conta que ela conseguiu se abrigar no patamar mais alto. Os prejuízos, ainda assim, foram enormes. "A geladeira mesmo, não teve o que fazer. Foi o apocalipse, igual ontem (*quarta*) nunca tinha visto."

Com consultório na região, o dentista Mauro Justino, de 61 anos, teve de sair às pressas do local onde atende. "Fechei tudo e achei que as comportas iam suportar, já que elas têm quase 2 metros, mas entrou muita água ainda assim", diz. "O vidro da porta chegou a trincar, tamanha pressão."

LIMPEZA. A reportagem percorreu o local ontem e acompanhou dezenas de pessoas limpando casas e estabelecimentos. O barulho das bombas de água podia ser ouvido de todos os cantos. "A gente limpa mais uma vez, mas até quando? Tem rio passando aqui embaixo, é preciso fazer alguma coisa", afirmou a arquiteta Marilene Gonzales, de 59 anos. ●

Limpeza e lamentação

O barulho das bombas de água podia ser ouvido de todos os cantos ontem; vizinhos estão receosos

População convoca protesto no domingo para cobrar soluções

Nos últimos anos, os moradores vêm pedindo solução para as enchentes em Moema por meio de ofícios ao Ministério Público e à Subprefeitura da Vila Mariana. Eles apontam problemas relacionados à impermeabilização do solo e também a novas construções que prejudicam o escoamento das águas pluviais nessa região. Um deles é a construção de um muro entre as Ruas Gaivota e Canário. Com isso, a água do rio, que passa exatamente embaixo da viela, não tem escoamento. O problema foi apontado por MarianaCappellano, neta de Nayde, vítima da enchente, nas redes sociais.

Já o Conselho Participativo Municipal da Vila Mariana, que engloba Moema, está usando as redes sociais para convocar a população para um protesto na Rua Gaivota, em Moema, no domingo. Simone Boacnin, presidente da Associação Viva Moema, cobra, entre outras medidas, "a proibição das betoneiras lavarem os tambores e derramarem o resto de concreto nas sarjetas". "E os moradores/ condomínios precisam evitar de colocar os sacos de lixo no chão ou muito antes do recolhimento." ●

'A gente viu a senhora desesperada, pedindo socorro'

Nas redes sociais, a advogada Mariana Fanelli Cappellano contou que a avó foi a vítima em Moema. "No Dia Internacional da Mulher, a enchente tirou a vida da minha avó, a matriarca da família, aquela que era autossuficiente", escreveu. "Ela pensou que, como antigamente, morava a cinco quarteirões dali, o carro passaria, mas ao entrar na rua não conseguiu mais sair. Foi engolida pela água. E então de que vale nossa matriarca ser o exemplo, nunca ter bebido nem fumado, se cuidava... Amava a vida, os 4 filhos que teve, que lhe proporcionaram 6 netos e 8 bisnetos, a quem se dedicava diariamente."

Com a enchente, dois carros que tentaram passar pela Rua Gaivota ficaram presos na enxurrada. O motorista de um dos veículos, que não havia sido retirado da via até ontem, conseguiu escapar. "A gente achou que quem estava no outro carro, também. Mas quando a água começou a descer, a gente viu uma senhora desesperada, pedindo socorro", diz a porteira Neide Leal, de 43 anos, que afima que o socorro foi chamado, mas demorou a chegar. "Foram os moradores da região mesmo que tiraram a senhora do carro quando a água baixou mais, mas ela parecia já não ter vida." ●

PREVISÃO DO TEMPO

HOJE: MANHÃ 21° (79%) · TARDE 29° (60%) · NOITE 22° (84%) · VOLUME DE CHUVA 45MM · UMIDADE RELATIVA 48%

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA
20°/ 27°	20°/ 27°	19°/ 28°	18°/ 28°

SOL
NASCENTE: 6H05
POENTE: 18H27

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	14/3	9H42
NOVA	21/3	14H26
CRESCENTE	28/3	23H32
CHEIA	6/4	1H34

Estado de SP

VOTUPORANGA 20°/30°
FRANCA 19°/28°
S. J. DO RIO PRETO 21°/29°
ARAÇATUBA 20°/29°
RIBEIRÃO PRETO 20°/29°
ARARAQUARA 21°/30°
ADAMANTINA 22°/31°
PRESIDENTE PRUDENTE 21°/30°
MARÍLIA 20°/27°
BAURU 21°/28°
SÃO CARLOS 20°/29°
C. DO JORDÃO 15°/24°
PIRACICABA 21°/30°
CAMPINAS 21°/29°
S. J. DOS CAMPOS 19°/29°
OURINHOS 20°/28°
ITAPETININGA 19°/27°
SOROCABA 19°/28°
SÃO PAULO 21°/29°
UBATUBA 23°/31°
GUARUJÁ 23°/29°
ITAPEVA 17°/26°
SANTOS 23°/29°
IGUAPE 21°/27°
CANANEIA 22°/27°

ACIMA DE 32° · 28° · 24° · 19° · ABAIXO DE 19°

● Manhã de sol entre nuvens e chance de chuva fraca. Risco de temporais a partir da tarde.

Tábuas das marés: Porto de Santos

Vento: 20 nós SE · Ondas: 0,7m

HOJE			SÁBADO, 11		
3h52	↑	1,1	4h16	↑	1,0
9h52	↓	0,4	10h17	↓	0,5
15h51	↑	1,3	16h34	↑	1,2
21h57	↓	0,4	22h17	↓	0,6

DOMINGO, 12			SEGUNDA, 13		
4h36	↑	0,8	0h47	↑	0,7
10h42	↓	0,5	13h45	↓	0,6
17h35	↑	1,0	19h39	↑	0,9
22h28	↓	0,7	22h00	↓	0,9

Capitais	MÍN./MÁX.		MÍN./MÁX.
ARACAJU	25°/31°	MACEIÓ	23°/31°
BELÉM	23°/31°	MANAUS	23°/31°
BELO HORIZONTE	19°/31°	NATAL	24°/30°
BOA VISTA	23°/30°	PALMAS	21°/32°
BRASÍLIA	18°/29°	PORTO ALEGRE	22°/33°
CAMPO GRANDE	20°/29°	PORTO VELHO	23°/31°
CUIABÁ	23°/33°	RECIFE	26°/30°
CURITIBA	19°/25°	RIO BRANCO	23°/31°
FLORIANÓPOLIS	23°/29°	RIO DE JANEIRO	23°/34°
FORTALEZA	25°/30°	SALVADOR	25°/31°
GOIÂNIA	21°/30°	SÃO LUÍS	25°/29°
JOÃO PESSOA	24°/31°	TERESINA	23°/32°
MACAPÁ	23°/28°	VITÓRIA	22°/34°

Confira a previsão para os próximos dias: **www.estadao.com.br/clima-e-tempo/sp-sao-paulo**

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.		FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0	23°/35°	MÉXICO	-3	16°/26°
ATENAS	5	13°/17°	MIAMI	-2	19°/30°
BARCELONA	4	12°/21°	MONTEVIDÉU	0	21°/26°
BERLIM	4	1°/8°	MOSCOU	5	-13°/-4°
BRUXELAS	4	3°/10°	NOVA YORK	-2	0°/6°
BUENOS AIRES	0	25°/30°	PARIS	4	3°/11°
CARACAS	-1	19°/26°	ROMA	4	11°/16°
CHICAGO	-3	0°/3°	SANTIAGO	0	15°/30°
ESTOCOLMO	4	-7°/-1°	SYDNEY	14	17°/27°
GENEBRA	4	0°/2°	TEL-AVIV	5	10°/22°
JOHANNESBURGO	3	17°/31°	TÓQUIO	12	12°/19°
LIMA	-2	22°/23°	TORONTO	-2	-1°/2°
LISBOA	3	11°/21°	WASHINGTON	-2	3°/8°
LONDRES	3	2°/9°			
LOS ANGELES	-5	12°/19°			
MADRID	4	10°/19°			

CLIMATEMPO
A StormGeo Company

Transportes

Prefeitura lança app para concorrer com Uber e 99

Aplicativo promete tarifas menores para motoristas e passageiros como alternativa de mobilidade urbana

GONÇALO JUNIOR

A Prefeitura de São Paulo está lançando uma plataforma de transporte individual de passageiros. O aplicativo mobizapSP promete tarifas menores para os passageiros e maior remuneração para os motoristas na comparação com os privados, como Uber e 99. A partir desta quinta-feira, o app começa a cadastrar motoristas; ainda sem previsão da abertura à população.

De acordo com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, o aplicativo tem benefícios para a população e para os motoristas. Para os passageiros, não haverá a cobrança da chamada tarifa dinâmica, aquela aplicada quando existem mais pedidos de viagens do que motoristas disponíveis em determinada zona. No caso dos motoristas, a taxa de administração que terão de pagar será fixa no valor de 10,95%. Empresas privadas cobram entre 14,9% e 19, 9%. A Prefeitura ainda não divulgou valores pagos por quilômetro.

O aplicativo também prevê a adoção de normas específicas de segurança, entre elas a produção de uma fotografia (selfie) de usuários e motoristas na cadastramento e a presença de um botão de pânico que aciona diretamente a Polícia Militar. Ricardo Teixeira, secretário municipal de Mobilidade e Trânsito, afirma que o aplicativo é uma alternativa às plataformas que já atuam na cidade. "Há uma fragilidade do poder público no controle dos aplicativos privados, o que aponta a necessidade de um aplicativo público", afirmou.

> **Valor fixo**
> **No caso dos motoristas, a taxa de administração que terão de pagar será fixada no valor de 10,95%**

O mobizapSP é voltado para as viagens que comecem na cidade de São Paulo, com destino variável de acordo com cada cliente. O projeto foi desenvolvido por meio de licitação pública vencida pelo Consórcio 3C, que exigiu menor porcentual sobre o valor das corridas. Disponível nos sistemas operacionais Android e iOS, o app exige um cadastro simples com dados pessoais e a opção entre atuar como motorista, passageiro ou ambos. As corridas podem ser pagas por meio de dinheiro, cartões de crédito, débito e crédito no aplicativo.

CPI. A utilização dos transportes por aplicativos avança em ritmo acelerado : 1,4 milhão de pessoas trabalhavam na área em 2021, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – 31% de pessoas alocadas no setor de Transportes.

Instaurada em 2021, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Aplicativos (CPI dos Aplicativos) investigou durante quase dois anos os serviços. Teixeira afirma que o app público procura corrigir fragilidades apontadas pela CPI. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Responsabilidade por poda de árvores

Reclamação de Josefa Rios: "Eu e outros moradores do Jardim dos Francos, na zona norte de São Paulo, estamos receosos com a possibilidade de uma árvore na Rua Laudelino Antônio de Brito, 40, cair, atingir outras casas e provocar acidentes com pessoas que vivem nas residências ao lado. A casa ao lado já está com infiltração no muro bem onde deve estar pegando a raiz da árvore. Por gentileza, podem verificar o que é preciso fazer para que a árvore seja removida, em razão do risco que está provocando, principalmente em dias de chuva, já que está balançando muito, mais que antigamente?"

Resposta da Prefeitura de São Paulo: "A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal das Subprefeituras, informa que a zeladoria e o manejo de árvores localizadas em propriedade particular são de responsabilidade do munícipe que mora no endereço." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Tennis e atletismo

Felizmente está em vias de ser resolvida satisfactoriamente a questão da autonomia do athletismo e do tennis, que ameaçava pôr em crise aqueles esportes, collocando-os em franco antagonismo com o futebol. Assim é que os clubs interessados na questão entraram com a directoria da A.P.E.A para se chegar a um entendimento.

A Capital
Capas Impermeaveis para frio e chuva grande sortimento na
A Capital

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

MISSA ECUMÊNICA DE

SUZANA NOGUEIRA BAPTISTA ETLIN

TERÇA-FEIRA
14 DE MARÇO DE 2023
11:00 HRS

PARÓQUIA DE SÃO JOSÉ
RUA DINAMARCA, 32

Marlene Gimenez Anastacio – Aos 78 anos. Era viúva de Dovi Anastacio. Deixa os filhos João, Luiz, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Maria Elisa de Fontes Abreu – Aos 66 anos. Filha de Jorge de Oliveira Fontes e Maria Fortunata de Vilhena Fontes. Era viúva. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Victor Hugo Ferreira – Aos 85 anos. Era casado com Maura Maria Arantes Netto Ferreira. Deixa filhos, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

Sergio Alves de Almeida – Aos 76 anos. Era casado com Dirce Chiaroni de Almeida. Deixa as filhas Cristiane, Carla, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

Laerte Cardoso de Oliveira – Aos 60 anos. Era casado. Deixa os filhos Thiago, Gabriel, Felipe, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério e Crematório Primaveras.

IN MEMORIAM

Laércio Borba – Amanhã, às 15 horas, na Catedral Basílica de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31, Centro – Curitiba.

MISSAS

Pedro Bordin Netto – Hoje, às 19 horas, na Igreja Matriz São José, na Av. Seis, 870, Centro, Orlândia (7º dia).

Viagem

Visto de EUA, Austrália, Canadá e Japão volta a ser exigido

BEATRIZ BULLA

O Itamaraty encaminhou às embaixadas da Austrália, Canadá, Estados Unidos e Japão informação de que vai retomar o princípio de reciprocidade diplomática. Isso significa que, assim como esses países exigem vistos de cidadãos brasileiros no processo de entrada, cidadãos dessas quatro nações terão de apresentar o mesmo documento ao desembarcarem no Brasil.

A retomada da exigência passa a valer em 1.º de outubro. Em março de 2019, o então presidente Jair Bolsonaro formalizou a dispensa do visto para turistas australianos, canadenses, americanos e japoneses. A medida foi tomada após encontro com o republicano Donald Trump, que estava à frente da Casa Branca.

Na época, a justificativa era aumentar a presença de turistas no Brasil – elevar o patamar de visitas de 6,7 milhões para 12 milhões ao ano até o ano passado. A expectativa, por óbvio, não levava em consideração a pandemia da covid-19, que interrompeu o turismo por pelo menos dois anos.

Após a divulgação da medida na imprensa, Bolsonaro reagiu nas redes sociais. “Menos empregos e desestímulo ao setor hoteleiro”, escreveu o ex-presidente. A discussão é antiga: o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) previa que o Brasil deveria aplicar o princípio da reciprocidade. Mas mudanças feitas na legislação no governo Michel Temer abriram brecha para revisão. ●

LEILÕES SOMENTE ONLINE DE
VEÍCULOS
OPORTUNIDADES IMPERDÍVEIS
PORSCHE CAYENNE S 11/12 - BLINDADO
1ª PRAÇA: 01/03/2023, às 12h15
2ª PRAÇA: 23/03/2023, às 12h15
Lance inicial, 2ª praça: R$ 121.374,00
60% do valor atualizado da avaliação atualizada
MERCEDES-BENZ C63 AMGS 15/15 - BLINDADO
1ª PRAÇA: 27/03/2023, às 11h15
Lance inicial, 1ª praça: R$ 250.209,70
2ª PRAÇA: 03/04/2023, às 11h15
(caso não seja vendido na 1ª praça).
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSE NOSSO SITE. CONSULTE EDITAL COMPLETO NO SITE.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Professor elogia e cobra tratamento igual; operadoras falam em retrocesso

CAIO POSSATI

Para Gustavo Mônaco, professor de Direito Internacional da USP e do Mackenzie, o governo tomou uma atitude adequada, considerando que Estados Unidos, Japão, Canadá e Austrália não trataram o Brasil com uma possível reciprocidade quando o País liberou a exigência do visto.

“Princípio da reciprocidade é um princípio basilar do direito internacional”, afirmou ele. “Os Estados são soberanos e possuem, entre si, relações coordenadas. Ou seja, não se subordinam um ao outro e um Estado precisa tratar o outro da mesma forma que o outro me trata. Tratamento igual para situações iguais”, explicou Mônaco.

Marina Figueiredo, vice-presidente da Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), definiu a medida como “um grande retrocesso”. “Estamos dando passos enormes para trás”, disse. “Quando a gente fala de receber os turistas, a gente precisa criar um ambiente que facilite que as pessoas venham para o país e não fechar ainda mais.”

Ela afirma que o turismo brasileiro é um setor que já sofre com outros problemas, como a segurança pública, que tornam o País um destino menos atraente para os estrangeiros. “Turismo não é só hotel e transporte, mas toda uma cadeia de serviços que pode ser prejudicada”, afirma.

Wilson Luis Pinto, Presidente Executivo da Confederação Nacional do Turismo (Cntur) afirma que a entidade “não viu com bons olhos” a medida e reconhece que o turismo vai sentir os impactos da mudança, sobretudo no começo. Porém, ele acredita que o Brasil não deixará de ser uma opção para os viajantes de fora. “Quem decidiu que quer vir para cá vai vir.”

O presidente da Cntur disse acreditar que o governo brasileiro tem, com base em dados, ciência dos riscos com a medida: “no fim, o mais interessado em se beneficiar é o governo federal”. Ele ainda acrescentou que é importante considerar o princípio de reciprocidade. “Eu, como brasileiro, não acho justo passar meses na fila, pagar uma taxa para ter um visto, e o americano poder comprar uma passagem e vir para o Brasil.” ●

Reciprocidade

“Eu, como brasileiro, não acho justo passar meses na fila, e o americano, não”, diz presidente da Cntur

NOTAS E INFORMAÇÕES

Sem tolerância com prisões ilegais

Ao determinar audiência de custódia em todo tipo de prisão, STF protege direitos fundamentais

Em 2015, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, o Supremo Tribunal Federal (STF) qualificou o sistema penitenciário nacional como “estado de coisas inconstitucional”. Era o reconhecimento de que muitas ações do poder público nessa seara infringiam a Constituição, violando direitos fundamentais. Entre as medidas corretivas, tendo por base acordos internacionais firmados pelo Brasil, o STF estabeleceu a obrigação de juízes e tribunais realizarem, num prazo de 24 horas do momento da prisão, a audiência de custódia. O ato consiste na apresentação do preso à autoridade judiciária, para avaliar sua condição física – coibindo eventual tortura praticada contra ele – e verificar a legalidade da prisão e a necessidade de sua manutenção.

No mesmo ano, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução 213/15, regulamentando a audiência de custódia. Entre suas disposições, fixou que a apresentação do preso à autoridade judicial no prazo de 24 horas também deveria ocorrer nos casos de prisão cautelar ou definitiva. O procedimento não era, portanto, restrito aos casos de prisão em flagrante.

Tudo isso parecia muito cristalino – a Constituição de 1988 define que “a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária” (art. 5.º, LXV). Ainda assim, sofreu muita resistência por parte de vários tribunais. Por exemplo, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) determinou a realização de audiência de custódia apenas nos casos de prisão em flagrante.

Diante da resistência em cumprir as orientações do STF e do CNJ, o Congresso reagiu e aprovou a Lei 13.964/2019, o Pacote Anticrime. Além de definir critérios mais estritos em relação à prisão preventiva, incentivando a aplicação por parte do juiz de medidas cautelares diversas da prisão, a nova lei previu expressamente a obrigatoriedade da audiência de custódia em todos os casos de prisão.

No início de março, julgando uma ação da Defensoria Pública da União contra as restrições criadas pelo TJ-RJ, o plenário do STF, por unanimidade, determinou que todos os tribunais e juízos do País devem realizar, no prazo de 24 horas, audiência de custódia em todas as modalidades de prisão.

Foi uma decisão acertada do STF. Como lembrou o relator, ministro Edson Fachin, a audiência de custódia “não configura simples formalidade burocrática”, mas “relevante ato processual instrumental à tutela de direitos fundamentais”. O bom funcionamento do sistema de Justiça exige controles, aptos a identificar abusos e ilegalidades, que não ocorrem apenas em prisões em flagrante.

Mas a tarefa do STF não terminou. Cabe à Corte suspender a liminar do ministro Luiz Fux que, desde janeiro de 2020, impede a plena vigência da Lei 13.964/2019, em relação tanto ao juiz de garantias quanto aos efeitos da não realização da audiência de custódia. As melhorias do sistema de Justiça sempre suscitam oposição, mas nem por isso elas devem ser abandonadas. O papel do STF é precisamente garantir sua implementação.●

Vida na cidade

Cavalos voltam ao Parque da Água Branca

Considerado o berço da equinocultura nacional, local estava havia 23 anos sem eventos; exposição até domingo é gratuita

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Depois de uma ausência de 23 anos, os cavalos de raça voltam a exibir suas performances no Parque da Água Branca, zona oeste de São Paulo, considerado o berço da equinocultura nacional. Mais de 130 animais foram desembarcados no espaço e já participam da 36.ª Exposição Interestadual do Cavalo Árabe, aberta na manhã desta quinta-feira, que prossegue até domingo. A entrada é gratuita.

A retomada acontece depois da concessão do Água Branca para o grupo Reserva Parques, formalizada em setembro de 2022. Em cinco anos, serão investidos R$ 40 milhões em intervenções. A nova gestão tem planos de resgatar a vocação do espaço de 137 mil metros quadrados para exposições e eventos ligados ao agro e ao meio rural. Desde 1929, quando foi criado, o Parque Dr. Fernando Costa, nome oficial do Água Branca, foi sede de exposições de provas zootécnicas.

A realização da exposição resultou de uma conversa entre os novos gestores e dirigentes da Associação Brasileira de Criadores do Cavalo Árabe (ABCCA), que tem sede no interior do parque. Além de criadores da raça de cinco Estados brasileiros e do Distrito Federal, há profissionais do Chile e do Catar. Os animais participam de disputas em duas modalidades: halter, que analisa a conformação do animal em cabresto; e performance, na qual os cavalos são julgados em movimento, em vários estilos.

Conforme o vice-presidente da associação, Francisco Vilaró Carrasco, criadores dos dois países convidados têm demonstrado cada vez mais interesse nos animais da criação nacional da raça. “Temos muitos animais brasileiros sendo exportados e não só para o Catar, como também para Bélgica, Arábia Saudita, Estados Unidos e Alemanha”, disse.

Para receber eventos como esse, o Parque da Água Branca passou por uma recuperação geral na infraestrutura. “Quando assumimos, demos o primeiro choque de zeladoria, com água, sabão, tinta, prego, alicate para deixar o local apto a receber público e participantes. Queremos usar esse evento como cartão de visitas da nossa gestão para que outros eventos ligados ao agro voltem ao Parque Água Branca”, disse o sócio gestor do Reserva Parques Rogério Dezembro. O grupo também responde pela gestão dos Parques Villa-Lobos e Cândido Portinari.

Conforme o gestor, outro evento será a 4.ª Feira Nacional da Reforma Agrária, acontece entre os dias 10 e 14 de maio. Vai oferecer produtos agrícolas oriundos de assentamentos e acampamentos de todo o País, e volta ao parque após cinco anos. Na última edição, em 2018, o local recebeu 410 toneladas de 1,6 mil produtos. “Temos outras atrações em negociação que ainda serão anunciadas”, disse Dezembro.

Próximo passo

A 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária deve acontecer entre os dias 10 e 14 de maio

ALTA PERFORMANCE. Para os apreciadores de cavalos de alta performance, as provas da exposição serão um prato cheio. Uma das modalidades, o hunter pleasure, é muito popular em diversas raças e inspirada no milenar esporte de caça à raposa da Inglaterra. Passadas largas e firmes, temperamento calmo e atento, cabeça e pescoço mais baixos são características de um cavalo de hunter. A casaca do cavaleiro se assemelha às do hipismo clássico, bem como o capacete.

Já o western pleasure reflete o animal que no velho oeste americano tinha de percorrer grandes distâncias a trote ou galope. As provas incluem rédeas, tambor e baliza. E no english pleasure os animais têm de apresentar elevação do pescoço e cabeça, e cadência em trote e galope. ●

Entre aspas | ano 3 Nº 104 | São Paulo, 10 de março de 2023

INFORME PUBLICITÁRIO
SindusCon SP

Construção atua pelos direitos da mulher

Esta Semana da Mulher proporciona às empresas uma reflexão sobre suas iniciativas em relação aos direitos de suas colaboradoras.

Na construção, muito se evoluiu nesta direção. Mulheres trabalham em praticamente todas as atividades nas obras, destacando-se em funções que demandam liderança, habilidades e precisão. Nos escritórios e nos canteiros, é ascendente o emprego de mulheres como executivas, engenheiras, arquitetas, advogadas e outras funções.

Um número crescente de construtoras tem canais internos de denúncias para apurar casos de preconceito e assédio, e o demonstram em seus relatórios de práticas ESG (Responsabilidade Ambiental, Responsabilidade Social e Governança).

Por iniciativa do SindusCon-SP e do Seconci-SP (Serviço Social da Construção), uma campanha pelo respeito à mulher foi desenvolvida no final do ano passado. Com os dizeres “Homem que ama, respeita. Não agride a mulher!”, “Em briga de marido e mulher é para meter a colher, sim” e “Denunciar violência doméstica é obrigação”, foram produzidos cartazes para os canteiros de obras.

“As empresas se mobilizam contra preconceito, assédio e violência doméstica”

Há que atentar para as disposições da lei que criou o Programa Emprega + Mulheres: a partir de 21 de março, as empresas com Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) deverão incluir regras de conduta a respeito do assédio sexual e de outras formas de violência em suas normas internas; fixar procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias; incluir esses temas nas atividades da Cipa e sensibilizar os funcionários a respeito.

Muitos avanços ocorreram nas empresas pelos direitos da mulher. Mas ainda é necessário desconstruir uma cultura machista que contribui para o elevado número de assédios e feminicídios no país. As ferramentas para realizar esta tarefa junto aos colaboradores estão disponíveis, e precisam ser utilizadas.

ENTRE ASPAS é uma publicação do SindusCon-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo · **www.sindusconsp.com.br**
Presidente: Yorki Oswaldo Estefan; **Vice-presidentes:** Renato Genioli Jr., Daniela Ferrari, Eduardo Zaidan, Fernando Junqueira, Francisco Vasconcellos, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Messias, Maristela Honda, Mauricio Bianchi, Odair Senra, Rodrigo Von, Ronaldo Cury; **Diretores regionais:** Adriano Sousa (Ribeirão Preto), Elias Junior (Sorocaba), Lucas Teixeira (Santos), Márcio Benvenutti (Campinas), Marcos Cesco (Presidente Prudente), Mauro Rossi (delegacia de Mogi das Cruzes), Rafael Coelho (São José do Rio Preto), Ricardo Faria (Bauru), Rosana Herrera (Santo André); **Representantes à Fiesp:** Eduardo Capobianco, Romeu Ferraz, Odair Senra, Sergio Porto

Antony faz golaço na goleada do United pela Liga Europa

Campeonato Paulista

São Paulo já mandou mais de 50 jogos no estádio do Palmeiras

Time recebe o Água Santa na segunda-feira, pelas quartas de final; última partida foi em 1995

MURILLO CÉSAR ALVES

Com o Morumbi ocupado pelo show do Coldplay a partir de hoje, o São Paulo entrou em acordo com o Palmeiras para disputar as quartas de final do Paulistão no Allianz Parque. Na segunda-feira, o time tricolor enfrenta o Água Santa como mandante na casa do rival. Será a primeira vez que isso acontece desde 1995, ainda quando o estádio recebia o nome de Palestra Itália, ou simplesmente Parque Antarctica.

Mas isso não é inédito para o São Paulo. Fundado em 1930, o clube teve diversas casas antes de se fixar no Morumbi. Pacaembu e Canindé, por exemplo, já foram locais fixos para o clube mandar suas partidas.

Já o local onde hoje está o Allianz Parque, tem longa história. Inaugurado pela Companhia Antarctica Paulista no início do século 20, foi a casa do Germânia e do América F.C. antes de ser adquirido pelo Palestra Itália, antigo nome do Palmeiras. Foi em 1902 que, neste estádio, uma partida entre Paulistano e Germânia deu início ao primeiro campeonato oficial do Brasil: o Paulista.

Ao todo, segundo Michael Serra, historiador do São Paulo, 52 jogos do clube foram disputados como mandante no estádio do Palmeiras. Além de amistosos, o São Paulo mandou partidas do Paulistão, Rio-São Paulo, Brasileirão e torneio Roberto Gomes Pedrosa.

ORLANDO KISSNER / ESTADÃO–12/02/1995

São Paulo perdeu o último jogo que mandou na casa do Palmeiras

Clássico no Palestra Itália
O São Paulo recebeu o Corinthians quatro vezes como mandante no estádio do Palmeiras

ESTATÍSTICAS. Como mandante, o São Paulo tem um aproveitamento de 63% no estádio. São 30 vitórias, oito empates e 14 derrotas. O time fez 91 gols e sofreu 56 nesses 52 jogos.

Apesar da longa história com o Palestra Itália, será a primeira vez que o São Paulo mandará um jogo no estádio neste século e consequentemente a primeira vez no Allianz Parque. A última vez foi em 1995, pelo Paulistão, em derrota por 2 a 1 para a Portuguesa.

Na ocasião, Muricy iniciava sua carreira como treinador, substituindo Telê Santana, que se ausentou daquele jogo. Rogério Ceni, hoje técnico, ainda era reserva de Zetti no gol. O Morumbi foi interditado para reformas e o Pacaembu recebeu show da banda inglesa Rolling Stones. Jorginho e Tiba marcaram para a Portuguesa. Caio Ribeiro, hoje comentarista esportivo, descontou para o São Paulo. ●

Reunião define esquema de segurança no Allianz

Uma reunião realizada ontem definiu o esquema de segurança para o jogo entre São Paulo e Água Santa, segunda-feira, no Allianz Parque. No encontro, foi decidido que as torcidas organizadas do Tricolor ocuparão o setor Gol Norte do estádio, mesmo local destinado às torcidas do Palmeiras.

O encontro contou com a presença do São Paulo, responsável pela organização do Allianz Parque no dia do jogo, e da Independente, além da Polícia Militar, Civil, Prefeitura e Guarda Civil Metropolitana. Também estiveram presentes o Palmeiras e a Mancha Alvi Verde, que ainda representou a Força Jovem do Vasco, que tem sede próxima ao estádio.

Com relação ao comércio, a decisão fica a cargo de cada proprietário. Bares e lojas, comuns à frente do estádio na Rua Palestra Itália, poderão continuar abertos. A PM pediu para que as sedes da Mancha e das demais organizadas do Palmeiras permaneçam fechadas na segunda-feira.

"Não tem por que irmos às ruas, sem jogo do Palmeiras", disse ao **Estadão** Jorge Luís, presidente da Mancha Alvi Verde. O clima entre as organizadas na reunião foi amistoso e cordial, ressaltando o respeito, o que já havia ocorrido em fevereiro. "A relação entre Palmeiras e São Paulo facilita com que, em breve, voltem as duas torcidas a um clássico na cidade."

Segundo Jorge, haverá uma conversa interna com os associados da Mancha, para ressaltar a importância de respeitar as torcidas organizadas e os demais torcedores do São Paulo, sem provocar conflitos. ● M.C.A.

Copa do Brasil

Santos faz um bom jogo contra o frágil Iguatu, ganha por 3 a 0 e se classifica para a próxima fase

SANTOS 3 | 0 IGUATU

G: L. Barbosa, 16, M. Leonardo, 33 do 1º T e 31 do 2º. **Santos:** J. Paulo; J. Lucas (Nathan), Messias, Bauermann e F. Jonathan; R. Fernández (Camacho), Dodi e L. Lima (Miguelito); L. Barbosa (Ângelo), M. Leonardo e L. Braga (Ruiz). **T:** O. Hellmann. **Iguatu:** Marcelo; Talisson, Regineldo e Max (Felipe); Guidio (Gleidson), Wender (Dico), Thiaguinho, Caxito (J. Antônio) e Pedrinho (Alisson); L. Suarez. **T:** W. Luiz. **Juiz:** W. Sampaio. **A:** Messias, Dodi. **Local:** V. Belmiro.

O Santos está na terceira fase da Copa do Brasil após vencer ontem o Iguatu, do Ceará, por 3 a 0, na Vila Belmiro. O jogo foi com portões fechados. Lucas Barbosa e Marcos Leonardo, duas vezes, fizeram os gols. O time santista dominou, criou várias chances, mas não soube fazer placar mais elástico. ●

Copa do Brasil

CBF envia a denúncia de racismo feita por Hélio dos Anjos, da Ponte Preta, ao STJD

Após denúncia de racismo feita pelo técnico da Ponte Preta, Hélio dos Anjos, na partida contra o Brasil de Pelotas, pela Copa do Brasil, a CBF encaminhou o caso tanto para o seu setor de Compliance quanto para o STJD. Esta foi a primeira denúncia após a entidade mudar seu Regulamento Geral de Competições. Agora, casos de racismo podem levar a multa que chegam a R$ 1 milhão. Advertência, proibição de registro de jogadores e até perda de pontos também estão previstos. ●

Racismo

LaLiga encaminha às autoridades espanholas a sétima denúncia de ataque racista contra Vini Jr.

A LaLiga encaminhou às autoridades do país a sétima denúncia de um episódio de racismo contra Vinicius Junior. O novo caso, registrado no domingo no duelo entre Bétis e Real Madrid, foi encaminhado à Corte de Instrução de Sevilla. O objetivo é identificar o torcedor que usou a palavra "macaco" para ofender o atacante brasileiro, cena que tem se repetido em jogos do Real Madrid em estádios adversários. As promessas de parar com a perseguição não têm resultados positivos. ●

Punição

CBF afasta árbitro que inventou pênalti para o Tombense no jogo com o Retrô na Copa do Brasil

A Comissão de Arbitragem da CBF não esperou nem 12 horas para afastar o árbitro Paulo Roberto Alves Júnior, da Federação Paranaense, que quarta-feira apitou Tombense x Retrô, pela segunda fase da Copa do Brasil. Aos 35 da etapa final, ele assinalou pênalti a favor da equipe mineira em lance em que dois jogadores do Tombense se chocaram na área. A marcação resultou na derrota e na eliminação dos pernambucanos, que deixaram de ganhar a premiação de R$ 2,1 milhões. ●

O MELHOR DA TV

CICLISMO
● Paris-Nice
Etapa 6
11h / ESPN 3

GOLFE
● The Players Championship
Segunda Rodada
14h / ESPN 3

TÊNIS
● ATP 1.000 e WTA 1.000 de Indian Wells
16h e 23h / ESPN 2

VÔLEI
● Superliga Masculina
Rede Cuca x Minas
18h30 / SporTV 2

BASQUETE
● Liga dos Campeões das Américas
Flamengo x U. Concepción
20h / ESPN 4

FUTEBOL
● Campeonato Italiano
Spezia x Inter de Milão
16h45 / ESPN
● Campeonato Francês
Lille x Lyon
17h / ESPN 4
● Taça Independência
Guarani x Portuguesa
20h / Premiere
● Brasileirão sub-20
Internacional x Corinthians
20h / SporTV

Flores da guerra

Ferreiro ucraniano transforma armas e munição em arte

Viktor Mikhalev começou a fazer suas obras depois que um amigo lhe trouxe metralhadoras quebradas

DONETSK, URCRÂNIA

Um ferreiro na cidade de Donetsk, no leste da Ucrânia, controlada pela Rússia, está transformando espadas em arados e lixo em tesouros. Viktor Mikhalev pega armas e munições e produz o que chama de "flores da guerra".

Mikhalev, que se formou como soldador, mora e trabalha em uma casa cuja cerca e porta são decoradas com flores de ferro forjadas. Em sua oficina, há pilhas de metralhadoras e projéteis queimados da linha de frente da guerra. Amigos e conhecidos levam os restos de batalhas como matéria-prima para sua arte.

COMBATES. Donetsk, centro do coração industrial ucraniano, está envolvida em combates desde que a rebelião separatista apoiada por Moscou começou, em abril de 2014, semanas após a anexação ilegal pela Rússia da península ucraniana da Crimeia.

ALEXEI ALEXANDROV/AP

Mikhalev produz suas flores em sua casa na cidade de Donetsk

O Kremlin fez da captura de toda a região um objetivo fundamental de sua invasão, que começou em 24 de fevereiro de 2022, e anexou ilegalmente Donetsk, juntamente com outras três regiões no leste e no sul da Ucrânia, em setembro, declarando-as parte da Rússia.

A luta feroz se concentra na cidade de Bakhmut, na mesma região, mas a própria cidade de Donetsk também foi frequentemente atingida por bombardeios.

METRALHADORAS. O cheiro de ferro e de tinta permeia a oficina de Mikhalev, também decorada do chão ao teto com dezenas de ícones religiosos. Ele faz a arte como lembrança da guerra no leste da Ucrânia.

Criatividade

Mikhalev também fabrica suportes para canetas com partes de lançadores de granadas

Ele começou o projeto quando um amigo lhe trouxe metralhadoras quebradas. Um mês depois, ele exibiu sua arte em um museu de Donetsk. Desde então, Mikhalev constantemente faz o que chama de "flores de guerra".

Além disso, ele constrói suportes para canetas com partes de um lançador de granadas e uma caixa de cartucho. "As flores de verdade não duram muito e minhas rosas se tornarão um lembrete de uma longa memória", diz o ferreiro. ● AP

MEET POINT
ESTADÃO THINK
ESTADÃO BRASIL VERDE CARBONO ZERO

Descarbonização e o fim de uma era

Quais as transformações que de fato ocorrem na indústria e em todo o mundo corporativo para a redução da emissão de carbono

Foto: Daniele Rodrigues
Kamila Camilo
Diretora executiva do Instituto Oyá

Maurício Bauer
Diretor de Sustentabilidade da JBS Brasil

Rui Altieri
Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Mediação: Eduardo Geraque
Jornalista

ACOMPANHE!
INSCREVA-SE NO CANAL DO YOUTUBE E ATIVE O SININHO PARA RECEBER A NOTIFICAÇÃO

transmissão ao vivo
TV ESTADÃO
/estadão
@estadão
@estadão
@estadão

13/3, ÀS 11H

Realização: ESTADÃO
Produção: ESTADÃO BLUE STUDIO
Patrocínio: JBS

MILAN LEILÕES
38 ANOS
Soluções para:
• Industrias
• Bancos
• Seguradoras
info@milanleiloes.com.br

ECONOMIA & NEGÓCIOS E&N
SEXTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2023 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B24)

Indicadores Orçamento sob pressão

Inadimplência atinge 70,1 mi no País

Número recorde apurado pela Serasa reflete peso da inflação e fraqueza do mercado de trabalho; valor de contas em atraso já soma R$ 323,3 bi, alta de 24% em um ano

MÁRCIA DE CHIARA
LUIZ GUILHERME GERBELLI

Nunca o brasileiro deveu tanto – e não pagou. Em janeiro deste ano, 70,1 milhões de inadimplentes com bancos, empresas de cartão de crédito, financeiras, lojas e serviços de utilidades pública, como água e luz, acumulavam dívidas em atraso que totalizavam R$ 323,3 bilhões. Tanto o número de inadimplentes quanto o valor de débitos são recordes da série iniciada em março de 2016, apontam dados da Serasa.

Entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, entraram na lista do calote 5,3 milhões de pessoas, o equivalente à população da Noruega. No período, a dívida total cresceu cerca de 24% (R$ 62,6 bilhões), enquanto o valor médio por inadimplente avançou de R$ 4.022 para R$ 4.612.

Juros altos e renda corroída pela inflação elevada foram os gatilhos para o aumento do calote, adormecido no auge da pandemia por conta das postergações da quitação dos atrasos.

O aumento no número de inadimplentes começou a partir de setembro de 2021, quando a inflação acumulada em 12 meses atingiu 10,23%. Até aquele mês, eles eram por volta de 62 milhões, uma marca já elevada, com total de dívida de R$ 245 bilhões. "A inflação fez um estrago gigantesco no orçamento das famílias, especialmente nas de baixa renda, o que gerou esse crescimento no número de brasileiros inadimplentes", afirma o economista-chefe da Serasa, Luiz Rabi.

Para esticar a renda e manter o padrão de consumo, as famílias buscaram o crédito mais fácil e mais caro, como cartão de crédito e cheque especial, mas a estratégia acabou não dando certo a médio prazo justamente porque a inflação não cedeu.

O cenário se agravou por causa da fraqueza do mercado de trabalho. Embora a ocupação tenha aumentado, o salário não teve ganhos reais. ●

CHEQUE ESPECIAL E CARTÃO PUXAM ÍNDICE DE CALOTE, MOSTRA BC. PÁG. B2

Tem momentos que cada hora a mais na diária conta muito.
Alugue os carros mais novos e modernos com diária de 27h.
Baixe o app e alugue
movida.com.br
0800 606 8686
movida
aluguel de carros

Celso Ming celso.ming@estadao.com

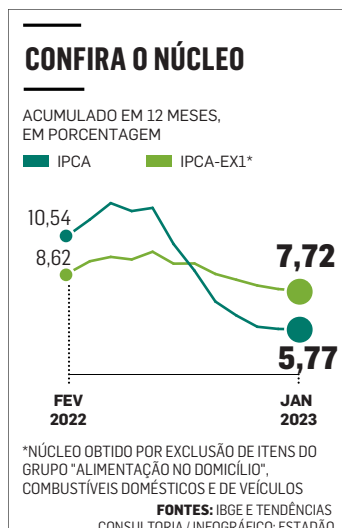
Pressões sobre o Banco Central

A divulgação da inflação (evolução do IPCA) de fevereiro, prevista para esta sexta-feira, não será examinada apenas como uma nova estatística.

As previsões giram em torno de 0,78%, o que perfaria um aumento do custo de vida em 12 meses de 5,53%.

O governo Lula queima suas aflições econômicas em torno de três problemas: baixo crescimento do PIB, pré-avaliado em 2023 em alguma coisa em torno de 0,85% sobre o ano anterior; estouro da inadimplência, tanto de empresas (piorada pelo colapso da Americanas) como das famílias; e o crescente estrangulamento do crédito, agravado pelos dois fatores anteriores. Daí a pressão sobre o Banco Central (BC) para que derrube imediatamente os juros.

Um dos argumentos reverberados pelo governo é o de que a natureza desse estouro inflacionário, que não atinge apenas o Brasil, é de aumento de custos, especialmente dos combustíveis e dos alimentos. E isso nada teria a ver com expansão da demanda e, portanto, com excessivo despejo de dinheiro no mercado, mas com a escassez provocada pela guerra na Ucrânia. Isso posto, concluem as autoridades do governo Lula, essa inflação não se combate com redução da oferta de moeda (aumento dos juros).

O BC dispara dois contra-argumentos. O primeiro é o de que o núcleo da inflação (*core inflation*), que exclui combustíveis e alimentos, está rodando

CONFIRA O NÚCLEO

ACUMULADO EM 12 MESES, EM PORCENTAGEM

*NÚCLEO OBTIDO POR EXCLUSÃO DE ITENS DO GRUPO "ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO", COMBUSTÍVEIS DOMÉSTICOS E DE VEÍCULOS

FONTES: IBGE E TENDÊNCIAS CONSULTORIA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

em torno dos 8% ao ano (veja o gráfico), bem mais alto do que o índice que mede a inflação oficial do País (IPCA), que gira abaixo dos 6%. E o segundo é o rombo fiscal de 2023, calculado em R$ 231 bilhões – 2,1% do PIB, produzido pelo despejo de dinheiro na economia por parte do governo, que atiça remarcações generalizadas de preços. Ou seja, há no momento um grave conflito entre o governo, que injeta dinheiro nos mercados, e o Banco Central – que faz o contrário.

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento preparam o que denominam de novo arcabouço fiscal, que deverá substituir o abandonado critério do teto de gastos, criado no governo Temer. O ministro Fernando Haddad garante que a nova âncora fiscal terá credibilidade suficiente para empurrar o Banco Central à redução dos juros, atualmente em 13,75% ao ano.

Mesmo que o Copom se deixe convencer, o afrouxamento dos juros não deverá ser minimamente suficiente para puxar pelo PIB, para aliviar o peso do forte endividamento e para reduzir a inadimplência.

Daí a tentação potencial para pressionar ainda mais o Banco Central para derrubar mais fortemente os juros, o que acirraria o conflito que então ganharia enorme predominância política. A conferir. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Indicadores Orçamento sob pressão

Cheque especial e cartão de crédito puxam índices de calote, mostra BC

Inadimplência nas duas linhas– que embutem os juros mais elevados – foi de até 13,6% em janeiro, ante 6,1% na média geral

LUIZ GUILHERME GERBELLI
MÁRCIA DE CHIARA

A deterioração da situação financeira das famílias já traz uma preocupação para o sistema financeiro do País, que tem ficado mais rígido na concessão de novos créditos e levado os brasileiros a recorrer às chamadas linhas emergenciais, como cheque especial e rotativo do cartão de crédito – que têm os juros mais elevados.

Em 12 meses até janeiro, por exemplo, a concessão de crédito dessas duas modalidades registrou alta de 22% e 47,5%, respectivamente, de acordo com dados do Banco Central (BC).

"Todo esse cenário pressiona a situação financeira das famílias, diminuindo tanto a demanda quanto a oferta de crédito", afirma Isabela Tavares, analista da Tendências. "Esse tipo de crédito revela uma necessidade das famílias em momentos de emergência, porque elas não têm acesso a outras modalidades."

Também foram as linhas de cheque especial e cartão de crédito que registraram os maiores índices de inadimplência. Em janeiro, o atraso apurado há pelo menos 90 dias respondia por 13,6% do saldo a receber, no cheque especial, e 8,6% no do cartão de crédito parcelado, aponta o BC.

WERTHER SANTANA / ESTADÃO

Sebastião Gomes fez dívidas ao abrir empresa de jardinagem

É uma marca bem superior à inadimplência média das pessoas físicas com recursos livres, que atingiu 6,1% no mesmo período, observa o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fabio Bentes. Ele destaca que essa taxa média de inadimplência da pessoa física com o sistema financeiro é a maior em seis anos e meio. "Só a recessão de 2015/16 produziu um cenário tão negativo quanto esse que temos hoje", afirma o economista.

SAÍDA. Num cenário macroeconômico de baixo crescimento, inflação pressionada e juros ainda elevados ao longo deste ano, economistas concordam que a saída para equacionar neste momento o problema da inadimplência é a microeconômica. Ou seja, a renegociação.

No governo, a preocupação com uma ampla crise de crédito no País já é evidente. Nesta semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou que apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o desenho do programa Desenrola, que a princípio deve prever a renegociação de dívidas de pessoas com renda de até dois salários mínimos.

A Serasa iniciou na última terça-feira o Feirão Limpa Nome presencial em São Paulo, que vai até amanhã. Mas as negociações online duram até 31 de março. Pela primeira vez, o birô conseguiu reunir um número recorde de 425 empresas credoras, dispostas a oferecer descontos de até 99% sobre o valor das pendências.

NOVA TENTATIVA. Há dois anos, Sebastião Gomes, de 57 anos, tentou renegociar as suas dívidas, mas não teve sucesso. Elas chegaram a somar R$ 20 mil. "Paguei algumas coisas, mas depois me enrolei de novo", diz. "Quando eu fui ver no banco, já estava devendo e comecei a pagar juros. Agora, eu estou tentando voltar ao normal."

Gomes perdeu o controle do seu orçamento depois de abrir uma empresa de jardinagem. Não conseguiu manter as contas em dia. Agora, buscou uma negociação e conseguiu reduzir o montante que devia, sobretudo, para bancos, para R$ 2 mil.

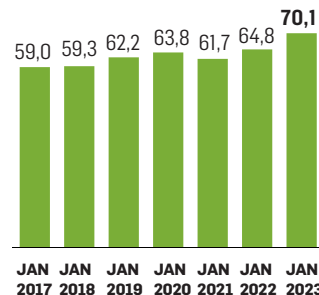
Enquanto não sai da lista de inadimplentes, não consegue crédito para a sua empresa. Por isso, vive de trabalhos menores. "Não posso fechar grandes serviços, só pequenos." ●

NAS ALTURAS

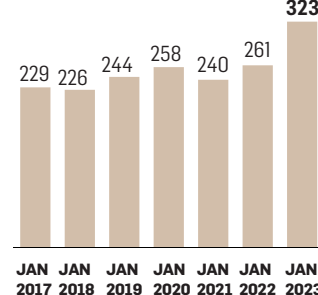
Evolução do número de inadimplentes e o valor total da dívida, em janeiro de cada ano

Consumidores inadimplentes

EM MILHÕES

JAN 2017	JAN 2018	JAN 2019	JAN 2020	JAN 2021	JAN 2022	JAN 2023
59,0	59,3	62,2	63,8	61,7	64,8	70,1

Dívidas negativadas

EM BILHÕES DE REAIS

JAN 2017	JAN 2018	JAN 2019	JAN 2020	JAN 2021	JAN 2022	JAN 2023
229	226	244	258	240	261	323

FONTE: SERASA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Consumidor deve focar dívida com maior taxa de juros, diz especialista

Os primeiros passos para quem deseja limpar o nome incluem mapear todas as dívidas, o tamanho delas e quanto será possível comprometer da renda mensal para tentar quitá-las. É com base nessas informações que o consumidor terá segurança para renegociar o que deve. "E é preciso dar prioridade para quitar a dívida com o maior juro, para que ela não fique cada vez maior", diz Aline Maciel, gerente do Serasa Limpa Nome.

Numa eventual renegociação, o consumidor também tem de lembrar os prazos estabelecidos no acordo com as empresas, para não atrasar o pagamento das parcelas, por exemplo.

Com o nome limpo, há uma segunda etapa. E ela tem a ver com a organização financeira mensal. É importante conhecer todos os gastos e fazer um controle mensal minucioso para evitar uma volta para a lista de devedores. "Se o consumidor volta a ficar com o nome inadimplente, o histórico dele de cinco anos fica prejudicado", diz Aline. "Quando as empresas vão conceder crédito, elas olham para esse histórico", afirma. ●

Laura Karpuska
karpuska.estadao@gmail.com

Os homens

Na semana da mulher, escrevo uma coluna dedicada aos homens.

Ainda são homens os principais tomadores de decisão da sociedade. É natural que eles sejam seu próprio benchmark. Sem perceber, avaliam os outros buscando neles aquilo que eles valorizam em si mesmos, e acolhendo os erros daqueles que são semelhantes – uma questão de afinidade.

É provável que homens e mulheres não sejam fundamentalmente iguais. Ao menos, não deveriam ser. Sermos diferentes não é um problema. Nenhuma pessoa deveria ser igual a alguém para ser socialmente valorizada, na verdade. A diversidade de pensamento, de cultura, de experiência de vida é rica para uma sociedade. Em um ambiente de desvalorização das mulheres, todos perdemos. As mulheres perdem mais, pois têm suas liberdades reduzidas.

Uma indicação clara das desigualdades de gênero é o gap salarial entre homens e mulheres. A maternidade é sempre apontada como principal fator que explica este gap. Outro fator, um pouco mais difícil de identificar e explicar, diz respeito às escolhas de carreiras. Mulheres optam por empregos mais flexíveis e profissões socialmente menos remuneradas.

A flexibilidade é necessária quando as tarefas de cuidado do lar não são bem divididas. No Brasil, estima-se que mulheres trabalham o dobro de horas no domicílio do que homens nas tarefas da casa. Às vezes, mesmo quando este fardo é bem dividido em horas, a mulher fica com o custo mental de administrar o domicílio.

> ***Em um ambiente de desvalorização das mulheres em sociedade, todos perdemos***

Profissões têm remuneração socialmente tão diferente porque são valoradas de forma diferente pela sociedade. Preços na economia são derivados de nossas preferências, cultura, normas sociais. As profissões tipicamente femininas, que são aquelas do cuidado, são menos remuneradas porque a sociedade não valoriza esse trabalho.

Podemos discutir diversas políticas públicas que podem mitigar o problema do gap salarial. Cotas, licença paternidade, estímulos para que existam mais mulheres em cargo de gerência e por aí vai. Mas o gap salarial, as horas de trabalho não remunerado no lar, as violências contra as mulheres, as regras limitadoras das nossas liberdades, ou seja, tudo que nos limita é consequência. O problema anterior é que as decisões coletivas são majoritariamente masculinas.

Deem flores ou não deem flores. Isto pouco importa. O importante mesmo é reconhecer privilégios, e estar atento ao fato de que perdê-los é parte de um processo inevitável na busca por um mundo onde mulheres não serão desumanizadas. ●

PROFESSORA DO INSPER, PH.D. EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE NOVA YORK EM STONY BROOK

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Política monetária **Debate sobre os juros**

Risco de crise de crédito faz mercado prever antecipação de corte da Selic

Revisão em projeções leva em conta piora de condições financeiras; parte dos economistas, porém, vê como baixa a chance de mudança

CÍCERO COTRIM
SÃO PAULO
THAÍS BARCELLOS
BRASÍLIA

A expectativa de queda da taxa básica de juros (Selic) mais cedo do que o esperado já figura nos cenários de alguns economistas ouvidos pelo *Estadão/Broadcast*. Essa possibilidade decorre do risco de piora do mercado de crédito com a crise da Americanas, em meio à desaceleração já contratada para a atividade econômica.

Segundo analistas, a ameaça ao crédito poderia ser o aceno "técnico" do BC, e não político, ao governo de que o corte de juros não está tão distante. A possibilidade não é majoritária pela incerteza em torno da âncora fiscal, ainda mais em meio à chance de mudança das metas de inflação e à desancoragem das expectativas.

Nos últimos dias, o Banco Alfa e o Banco Fibra anteciparam as expectativas de início do ciclo de cortes, citando o risco de piora do mercado de crédito. Saindo de um cenário de juros estáveis em 13,75% até dezembro, o Fibra diminuiu a sua projeção de Selic no fim de 2023 para 12,5%, incorporando à estimativa cinco cortes de 0,25 ponto porcentual a partir de junho.

O economista-chefe do banco, Cristiano Oliveira, afirma que a mudança da projeção leva em conta o aperto das condições financeiras do País, que pode ser amplificado por problemas de crédito em "algumas empresas varejistas". Isso significa um impulso negativo do crédito em um momento no qual a atividade já desacelera naturalmente, devido ao aperto monetário conduzido pelo BC.

"(*O contexto*) justifica maior atenção do BC para a intensidade da desaceleração da atividade econômica que está sendo contratada neste momento e, certamente, irá desacelerar ainda mais a demanda e a inflação de preços livres", afirma Oliveira, em relatório assinado também pela economista do Fibra Ágila Cunha. O cenário básico do banco indica desaceleração do crescimento do PIB a 1,0% neste ano, de 2,9% em 2022.

> ***"Parece que o caminho do impacto da política monetária sobre o mercado de crédito está bem encaminhado, seja pelo canal tradicional, seja por uma 'ajudinha extra' do caso Americanas"***
> **Luís Otávio de Souza Leal**
> **Economista-chefe do Banco Alfa, que antecipou a projeção de início do ciclo de cortes de setembro para junho**

Oliveira alerta, no entanto, que o mais provável é que a nova proposta de arcabouço fiscal seja menos dura do que o teto de gastos. Nesse caso, a tendência é de que o mercado precifique incerteza no cenário, de forma a manter a curva de juros futuros sob pressão. Ao mesmo tempo, a desancoragem das expectativas impedirá a convergência da inflação a 3% no médio prazo.

"O mercado de juros deve continuar sendo o principal termômetro de risco macroeconômico, e o spread (*a diferença em relação ao valor original*) entre os vértices curtos e longos deve continuar elevado, limitando o efeito da queda da taxa básica de juros", diz.

Já o economista-chefe do Banco Alfa, Luís Otávio de Souza Leal, antecipou a projeção de início do ciclo de cortes de setembro para junho, devido à piora dos dados de crédito. Para o analista, esse quadro (combinado à reoneração de combustíveis e à apresentação de um arcabouço fiscal crível) pode levar o BC a sinalizar que a redução dos juros está próxima já na próxima reunião do Copom, no dia 22.

"Parece que o caminho do impacto da política monetária sobre o mercado de crédito está bem encaminhado, seja pelo canal tradicional, seja por uma 'ajudinha extra' do caso Americanas", diz Leal, no relatório semanal de macroeconomia do Alfa. O economista lembra que já se observa um aumento da inadimplência e do spread no crédito para pessoas físicas, e que a tendência é de piora também para as empresas.

Mesmo antecipando um início mais rápido do ciclo de cortes, o economista nota que o ritmo da diminuição deve ser menor, de 0,25 ponto porcentual por reunião, ante o 0,5 ponto esperado anteriormente. Leal aumentou a projeção de Selic no fim de 2023 de 12,25% para 12,5%, mas nota que o novo cenário ainda implica juros médios menores no ano, de 13,10%, ante 13,50% na estimativa anterior.

MACROPRUDENCIAL. Outros analistas ouvidos pelo *Estadão/Broadcast* consideram baixa a chance de antecipação dos cortes da Selic. "O evento Americanas potencializa marginalmente a desaceleração do ritmo de expansão de crédito, mas a gente não está vendo um evento de crédito que crie um problema sistêmico. Você não pode achar que, se não cortar os juros, a economia vai implodir", diz o economista da Blue-Line Asset Flávio Serrano. "Nesse ambiente, faria mais sentido adotar políticas macroprudenciais, que ataquem o problema microeconômico na margem." ●

Âncora fiscal 'vai agradar até ao mercado', diz Tebet

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que a nova âncora fiscal, que substituirá o atual teto de gastos, vai agradar a todos, inclusive ao mercado. Tebet participou de uma reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na qual foi apresentado o novo mecanismo fiscal.

A ministra afirmou que a moldura, as regras e os números sobre o novo arcabouço serão anunciados por Haddad, após serem apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela garantiu, no entanto, que o mecanismo atende tanto a preocupação em zerar o déficit fiscal e estabilizar a relação dívida/PIB quanto garantir os investimentos necessários.

"É um arcabouço fiscal responsável, preocupado com a responsabilidade fiscal, com o déficit primário, com a estabilização da dívida/PIB, mas atendendo a um pedido justo do presidente da República, porque assim quer a democracia brasileira, de que temos de ter recursos para os investimentos necessários para fazer o Brasil voltar a crescer", disse.

A ministra evitou entrar em detalhes sobre a perspectiva de prazo para zerar o déficit fiscal no País. A ministra disse ainda acreditar que a nova âncora seja anunciada neste mês.
● **GIORDANA NEVES/BRASÍLIA**

AVISO À POPULAÇÃO - PARALISAÇÃO DO METRÔ

O **Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves Sobre Trilhos no Estado de São Paulo** vem comunicar à população do Município de São Paulo, grande São Paulo e região Metropolitana que a Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional metroviária, realizada nos dias 28 de fevereiro de 2023 e 1 de março de 2023, deliberou pela **deflagração de GREVE com a paralisação de suas atividades profissionais por tempo indeterminado a partir da zero hora do dia 14 de março de 2023**, pelo pagamento do Abono. Informamos que temos realizado todos os esforços na busca de uma negociação objetivando uma solução negociada para evitar a greve.

Contamos com seu apoio.
São Paulo, 6 de março de 2023.
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos no Estado de São Paulo
Camila Ribeiro Duarte Lisboa
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria da Associação Paulista De Cirurgiões-Dentistas Regional Lapa, inscrita no CNPJ n° 14.033.009/0001-03, nos termos do que dispõem seu Estatuto Social, convoca os Senhores Associados para a **Assembleia Geral Extraordinária,** que realizar-se-á em sua sede social à Rua Pio XI, 1651 CEP 05468-140, no dia 24 de Março de 2023, às 20:00 horas, em primeira convocação com 10 % (dez por cento) dos associados remidos e efetivos aptos e, em segunda convocação meia hora mais tarde, com um número mínimo de 10 (dez) associados remidos e efetivos aptos, tendo como **Ordem do Dia: Adequação Estatutária.** E para ciência de todos os associados, publique-se o presente Edital de Convocação em Jornal de circulação local ou edital fixado na sede da Associação.

São Paulo, 10 de março de 2023.
Dra. Roberta Vieira Farac - **Presidente** Dra. Daniela Berci Luiz Lima - **Secretária Geral**

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 11ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares dos certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª séries da 11ª emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio* das 1ª, 2ª e 3ª séries da 11ª emissão*, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("**Termo de Securitização**"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **17 de março de 2023, às 14:00 horas** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom,* administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) declaração ou não do vencimento antecipado do CDCA nº 001/2022-FOR, nos termos da Cláusula 4.3. do CDCA, pelo descumprimento da obrigação de substituir a totalidade dos créditos cedidos fiduciariamente inadimplidos, vencidos durante os anos de 2020 e 2021, por créditos vincendos, cedidos fiduciariamente, conforme deliberado em Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 09 de agosto de 2022; e (ii) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em conjunto, praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, sem limitação, a celebração de eventuais aditamentos aos documentos da Oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia Geral instalar-se-á em 2ª convocação com Titulares de CRA que representem qualquer número dos CRA em Circulação, sendo as deliberações tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e ahg@vortx.com.br/agentefiduciário@vortx.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, outorgada em até 12 (doze) meses da data da presente convocação, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. São Paulo, 09 de março de 2023.**Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.**

Banco HSBC S.A.

CNPJ nº 53.518.684/0001-84 - NIRE nº 35.300.450.400

Ata de Reunião da Diretoria Realizada em 16 de fevereiro de 2023

Data, Horário e Local: 16 de fevereiro de 2023, às 14:00 horas, na sede do **Banco HSBC S.A.,** instituição financeira localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, 19º andar, Torre Norte, São Paulo Corporate Towers, CEP 04551-903, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **Composição da Mesa:** Alexandre de Barros Cruz e Guião - Presidente; Viviane Magri Borges - Secretária. **Presença:** presente a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. Dispensada a convocação dada a presença da totalidade da Diretoria. Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a reunião, foi aprovada a lavratura da presente ata na forma de sumário. **Ordem do Dia:** Nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, deliberar sobre: **(i)** a realização, pela Companhia, de sua 1ª (primeira) emissão de Letras Financeiras subordinadas, nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada ("Lei 12.249"), e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.007", "Emissão" e "Letras Financeiras", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição privada, por meio da celebração do "*Instrumento da 1ª (primeira) Emissão de Letras Financeiras Subordinadas para Colocação Privada, do Banco HSBC S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de Emitente, e HSBC Latin America Holdings (UK) Limited, controlador indireto da Companhia, na qualidade de Subscritor ("Instrumento de Emissão", "Emitente" e "Subscritor", respectivamente); **(ii)** autorizar a subscrição das Letras Financeiras pelo Subscritor, parte relacionada da Companhia; **(iii)** autorizar a Diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão; e **(iv)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão. **Deliberações:** Foram adotadas, por unanimidade de votos dos presentes, conforme §4º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia, as seguintes deliberações: **(i)** Aprovar a Emissão, com as características indicadas abaixo, sem prejuízo das demais condições detalhadas e reguladas por meio do Instrumento de Emissão: **a. Número da Emissão:** A presente Emissão é a 1ª (primeira) emissão de Letras Financeiras da Companhia; **b. Destinação dos Recursos:** os recursos da Emissão serão utilizados pela Companhia para a composição do seu Capital Adicional Nível 1 (Capital Complementar), nos termos da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, e da Resolução CMN nº 5.007. Não obstante, a Emitente poderá utilizar os recursos provenientes da Emissão para fins corporativos gerais, desde que observadas as normas prudenciais estabelecidas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil ("BCB"); **c. Montante Total da Emissão:** O montante total da Emissão será de **até** R$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), conforme previsto no Instrumento de Emissão; **d. Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será aquela prevista no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"); **e. Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **f. Quantidade de Letras Financeiras:** Serão emitidas **até** 1.500 (mil e quinhentas) Letras Financeiras; **g. Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Letras Financeiras será de **até** R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) na Data de Emissão, conforme Instrumento de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **h. Forma, Espécie e Conversibilidade:** as Letras Financeiras serão emitidas exclusivamente sob a forma escritural em sistema de registro e liquidação autorizado pelo BCB. As Letras Financeiras serão da espécie quirografária, com cláusula de subordinação e não conversíveis em ações de emissão da Emitente; **i. Prazo e Data de Vencimento:** as Letras Financeiras são perpétuas, sem data de vencimento; **j. Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente; **k. Remuneração das Letras Financeiras:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) ao ano da Taxa DI, acrescida de uma taxa remuneratória (*spread*) de 2,0% (dois) até 5% (cinco) ao ano, com base no ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* pelos dias úteis decorridos entre a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Juros (conforme definida abaixo) imediatamente anterior até a Data de Pagamento de Juros (conforme definida abaixo) imediatamente subsequente, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento ("Período de Capitalização"); e **l. Data de Pagamento de Juros.** Os Juros serão pagos em 1º de julho de cada ano, a partir de 2024, ou no dia útil imediatamente subsequente, conforme o caso ("Data de Pagamento de Juros"). **(ii)** Aprovar a subscrição das Letras Financeiras pelo Subscritor, controlador indireto da Companhia, conforme disposto no Artigo 13, (e), do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Aprovar a autorização e delegação de poderes à diretoria da Companhia para, direta ou indiretamente por meio de procuradores, tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários e/ou convenientes à realização da Emissão, incluindo, mas não se limitando, a **(a)** contratação de prestadores de serviço necessários para realização da Emissão, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação do serviço, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; **(b)** discussão, negociação, definição dos termos e condições da Emissão e das Letras Financeiras; e **(c)** celebração do Instrumento de Emissão e seus respectivos eventuais aditamentos, ou ainda dos demais documentos e eventuais aditamentos no âmbito da Emissão. **(iv)** Aprovar a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, direta ou indiretamente por meio de procuradores, para realização da Emissão, nos termos das deliberações aqui previstas. **Encerramento:** Todos os documentos mencionados e apreciados se encontram devidamente arquivados na sede da Companhia, com aprovação da presente ata por meio de assinatura digital. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente encerrou a reunião, sendo esta ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Alexandre de Barros Cruz e Guião, Presidente e Viviane Magri Borges, Secretária. Diretores Presentes: **(i)** Alexandre de Barros Cruz e Guião; **(ii)** Fábio Aldrighi Caputo; **(iii)** Fábio Weizenmann; **(iv)** Marcelo Fraga Soares; e **(v)** Mauricio Trepiche. São Paulo, 16 de fevereiro de 2023. Alexandre de Barros Cruz e Guião - Presidente da Mesa; Viviane Magri Borges - Secretária da Mesa; Alexandre de Barros Cruz e Guião - Diretor Presidente; Mauricio Trepiche - Diretor; Fábio Aldrighi Caputo - Diretor; Fábio Weizenmann - Diretor; Marcelo Fraga Soares - Diretor. **JUCESP** nº 96.278/23-7 em 03/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇOS N° 009.12/2022-TP – A Comissão Especial de Licitação da Prefeitura do Município de Itapipoca-Ce/PRODESA, torna público o Aviso de Julgamento das Propostas de Preços da Tomada de Preços de Nº 009.12/2022-TP, com o seguinte **OBJETO:** Contratação de empresa destinado à requalificação do Beco das Cafezeiras no âmbito do Programa de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Itapipoca/CE-PRODESA. Declarando: **PROPOSTAS DESCLASSIFICADAS** as empresas: **01-** RVP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; **02-** ELETROCAMPO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA; **03-** VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA; **04**- AJ CONSTRUTORA E TRASPORTE EIRELI; **05-** ECOTEC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS; **06-** MOREIRA MESQUITA ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA-ME; **07-** MORETO CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS; **08-** CLEZINALDO S DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES-EPP**; 09-** JC DE AGUIAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES; **10-** CONSTRUTORA IMPACTO e **PROPOSTAS CLASSIFICADAS: 01-** MS OBRAS E SERVIÇOS; **02-** ÁGUIA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA-EPP, por atenderem as exigências exigidas do Edital. Após análise das Propostas de Preços das empresas classificadas chegamos ao seguinte resultado: sagrou-se **VENCEDORA** a empresa **MS OBRAS E SERVIÇOS**, no **VALOR TOTAL** de **R$ 1.324.296,94** (Um Milhão Trezentos Vinte e Quatro Mil, Duzentos e Noventa e Seis Reais e Noventa e Quatro Centavos). A Comissão de Licitação declara aberto o prazo recursal conforme prevê o Art. 109, inciso I, alínea "b". **Itapipoca-CE 09 de Março de 2023. Cleidiana Pereira de Araújo – Presidente.**

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/ME nº 61.099.834/0001-90 - NIRE 35.300.033.451

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas de **ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 17/03/2023, às 10h00, na sede da companhia à Rua da Consolação, 2.411, 8º andar, em São Paulo, SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: · Tomar ciência de pedido de renúncia de membro do Conselho Consultivo da Companhia e eleger o respectivo substituto. O acionista que desejar comparecer à Assembleia ora convocada deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, encaminhando para o e-mail governanca.corporativa@pernambucanas.com.br, até 15/03/2023, os documentos que o legitimem como acionista ou representante legal de acionista.

São Paulo, 8 de março de 2023. Martin Mitteldorf - Diretor Presidente

Fortaleza PREFEITURA **AVISO DE NOVA CONVOCAÇÃO**

PROCESSO:RDCPRESENCIAL **Nº.075/2022.**
ORIGEM:SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA - SEINF
OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS DE MOBILIDADE E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE LINEAR DO RIACHO MACEIÓ – 1ª ETAPA, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.
CRITÉRIODEJULGAMENTO:MAIORDESCONTO.
MODODEDISPUTA:ABERTO.
REGIME DE EXECUÇÃO:EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

A presente licitação é proveniente do contrato de financiamento do Programa Aldeia da Praia – Fortaleza Cidade com Futuro, cujo o órgão financiador é o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).
- RECEBIMENTODASPROPOSTAS:27/04/2023às09h00min.
- ABERTURADASPROPOSTAS:27/04/2023às09h15min.
- INÍCIODADISPUTA:27/04/2023às09h30min.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS (informando o nº da licitação): Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas.

E-mail:cpl@clfor.fortaleza.ce.gov.br
Fone: (085)3452-3483
- **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário local (Fortaleza –CE).
- ENDEREÇOPARAENTREGA(PROTOCOLO)DEDOCUMENTOS: CentraldeLicitaçõesdaPrefeituradeFortaleza -CLFOR–AvenidaHeráclitoGraça,n°750, Centro,Fortaleza-CE,CEP.60.140-060.
- HOMEPAGE:compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 12.462, de 04 de Agosto de 2011, pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011 e pelos Decretos Municipais nº 13.512, de 30 de dezembro de 2014 e nº 15.126, de 28 de setembro de 2021 e pela Lei Federal n° 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consultana Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, Centro, Fortaleza - CE – Fortaleza-CE, no e-compras:https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, assim como no PortaldeLicitaçõesdo TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/.

Fortaleza–CE, 09 de março de 2023.
OTÁVIO CÉSARLIMADEMELO
PresidentedaComissãoPermanentedeLicitações

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308 - Companhia Aberta

Edital de Segunda Convocação da Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 156ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio das 1ª e 2ª séries da 156ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("**Titulares de CRA**", "**CRA**" e "**Emissora**", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª séries da 156ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*", celebrado em 04 de agosto de 2022, com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme aditado de tempos em tempos ("**Termo de Securitização**" e "**Agente Fiduciário**", respectivamente), da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("**Resolução CVM 60**"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("**Assembleia**"), a realizar-se no dia **20 de março de 2023, às 11:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica *Zoom,* administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital de convocação ("**Edital**"), por meio de link que será informado pela Emissora, nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** autorização para que a periodicidade das Cessões Adicionais seja estendida, com alteração da Cláusula 2.1, "(ii)", do Instrumento Particular de Cessão e Endosso, Promessa de Cessão e Endosso de Direitos Creditórios do Agronegócio e Outras Avenças, celebrado em 04 de agosto de 2022, conforme aditado de tempos em tempos ("**Contrato de Cessão**"), a fim de prever que os aditamentos ao Contrato de Cessão passem a ser realizados a cada 60 (sessenta) dias, a partir da eventual aprovação em Assembleia; e **(ii)** autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos e quaisquer atos para efetivação das deliberações da Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a eventual alteração dos documentos da oferta. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **1. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação, às 11:00 horas do dia 20 de março de 2023, com qualquer número de Titulares de CRA, nos termos da Cláusula 14.5 do Termo de Securitização. As matérias descritas na Ordem do Dia estão sujeitas à aprovação pelos votos favoráveis de Titulares de CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação, nos termos da Cláusula 14.7 do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, preferencialmente. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, e, de acordo com o item "(ii)" e "(iv)", os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, com cópia dos seguintes documentos: **1.** quando pessoa física, documento de identidade; **2.** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; **3.** se fundos de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e **4.** quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. **Instrução de Voto a Distância:** Os Titulares de CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de instrução de voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital pela Emissora em seu website https://www.ecoagro.agr.br/emissoes, sendo sugerido seu envio, preferencialmente, até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia. Para que a instrução de voto a distância seja considerada válida, é imprescindível: **(i)** o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do titular de CRA, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; **(ii)** a assinatura ao final da instrução de voto a distância do titular de CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As instruções de voto a distância deverão ser assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, com cópia do documento de identidade do(s) signatários(as), e deverão ser enviadas, preferencialmente, com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados nas instruções acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail assembleia@ecoagro.agr.br e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. **(iii)** Os documentos relacionados às matérias constantes deste Edital estarão disponíveis aos Titulares de CRA no endereço da Emissora na internet https://www.ecoagro.agr.br/emissoes (inserir "E-ctare" em "Buscar Empresas, Série, Cetip" e clicar na linha da emissão nº "156ª" e, então, localizar o documento desejado), incluindo a Proposta da Administração. São Paulo, 10 de março de 2023. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.. Cristian de Almeida Fumagalli -** Diretor de Relações com Investidores - Diretor de Distribuição e Diretor de Securitização.

criata.com

Análises e comentários de grandes nomes do agronegócio em artigos exclusivos para o broadcast agro

ALCIDES TORRES - Engenheiro agrônomo, fundador e CEO da Scot Consultoria

ANA LUIZA LODI - Economista com mestrado na Unicamp, é analista de grãos e oleaginosas da StoneX

ANDRÉ NASSAR - Ex-presidente do Conselho de Administração da Embrapa e atual presidente-executivo da Abiove - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

ANDREA CORDEIRO - Consultora em commodities agrícolas e comercialização

PLINIO NASTARI - Presidente da DATAGRO Consultoria e do IBIO - Instituto Brasileiro de Bioenergia e Bioeconomia

ROBERTO RODRIGUES - Ex-ministro da Agricultura, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

RODRIGO LIMA - Advogado, doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais (PUC-SP) e sócio-diretor da Agroicone

RUBENS BARBOSA - Presidente-executivo da Abitrigo e diretor-presidente do Irice

SUEME MORI - Coordenadora de Inteligência Comercial da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A melhor plataforma em tempo real para quem acompanha o agronegócio

Grande São Paulo:
11 3856.3500
Outras localidades:
0800 0113000
www.broadcast.com.br

Reavaliação necessária

ARTIGO

Fabio Giambiagi
Economista

A taxa de desemprego no Brasil em 2018 era de 12% e a da subutilização de mão de obra, de 24%. E, apesar dos números elevados, não se falava em fome. Em 2022, essas taxas caíram para 9% e 21%, respectivamente. Em 2018, nosso índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita era de 0,55. E ninguém falava em fome. Em 2021, ele tinha caído para 0,54.

O IBGE publica a Síntese de Indicadores Sociais (SIS). "Pobreza extrema" e "pobreza" podem ser medidos olhando para esses indicadores. A proporção de pessoas por classe de rendimento domiciliar per capita com menos de US$ 1,9 diário pela Paridade do Poder de Compra (PPC) aumentou de 4,7% em 2014 para 6,8% em 2018. E ninguém falava em fome.

Depois, entre 2018 e 2020, caiu para 5,7%. Já a proporção de pessoas com menos de US$ 3,2 diários medidos por PPC aumentou de 10,3% em 2014 para 13,0% em 2018. E a palavra "fome" continuou ausente nos jornais. Depois, entre 2018 e 2020, caiu para 10,6%. Em 2021, aumentou, mas com certeza em 2022 terá caído novamente, pela expansão do Auxílio Brasil.

Séries históricas, submetidas ao crivo de especialistas, são fundamentais para bons programas sociais

Convido o leitor a fazer o seguinte raciocínio: como é possível que, com um desemprego muito menor e indicadores distributivos que, pelas mensurações do IBGE, mostrariam uma melhora, em 2022 no Brasil se tenha passado de repente a falar de 33 milhões de famintos?

Em parte, isso decorre de entender "fome" como sinônimo de "insegurança alimentar". Em parte, também, a resposta é clara: "viés". Muitos leitores devem ter visto no YouTube um vídeo de Lula, de 2014, em que ele diz: "Estava debatendo eu (...) e o Jaime Lerner em Paris. Eu estava dizendo 'porque no Brasil tem 25 milhões de crianças de rua' e era aplaudido calorosamente pelos franceses. Quando eu terminei de falar, o Jaime Lerner falou assim para mim: 'Lula, não pode ter 25 milhões de crianças de rua, porque senão a gente não conseguiria andar nas ruas'.". Analogamente me parece claro que o número de "33 milhões de famintos" foi exposto intensamente pelo PT em 2022 com objetivos eleitorais.

É óbvio que os R$ 600 do Auxílio Brasil devem ser mantidos. De qualquer forma, ao contrário do que muitas vezes se tende a pensar, o Brasil gasta uma enormidade de recursos com políticas sociais. Por isso, a precisão é chave em se tratando de políticas públicas. Séries históricas, submetidas ao crivo de especialistas, são fundamentais para desenhar bons programas sociais. O resto é torcida. ●

LEILÃO EXCLUSIVO DE VEÍCULOS DO GRUPO BRADESCO
VEÍCULOS DE FINANCIAMENTO E SINISTRADOS
DIA 15/03 - 14h, SOMENTE ONLINE
IPVA 2023 PAGO
MERCEDES-BENZ C180 14/15 (Origem: seguro, peq. monta)
IPVA 2023 PAGO
MERCEDES-BENZ CLA200FF 15/16 (Origem: seguro, peq. monta)
IPVA 2023 PAGO
NISSAN VERSA 16SL CVT 18/19 (Origem: seguro, média monta)
FORD ECOSPORT SE 1.5 18/19 - (Origem: financiamento)
IPVA 2023 PAGO
HONDA CG 160 FAN 20/20 (Origem: financiamento)
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
bradesco
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192 - Luiz Alexandre Maiellari, preposto em exercício.

Comércio exterior Exportações de carne

China sinaliza que retomará compras 'oportunamente'

As autoridades sanitárias chinesas sinalizaram ao governo brasileiro que retomarão as importações de carne bovina "oportunamente". O aceno foi dado em reunião bilateral na noite da última terça-feira, quando o Ministério da Agricultura repassou à Administração Geral de Alfândegas da China (Gacc, na sigla em inglês) as últimas informações técnicas a respeito do caso isolado e atípico de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) – doença popularmente conhecida como "mal da vaca louca" – detectado em um animal no Pará em fevereiro.

Do lado brasileiro, a avaliação é de que não há o que ser feito neste momento para a retomada das exportações. Ainda assim, o governo mantém a expectativa para desembaraço das vendas externas antes da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país no fim do mês. ● ISADORA DUARTE/BRASÍLIA

SANEPAR — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que recebeu do Instituto Água e Terra - IAT a Autorização Florestal - AF nº 2041.5.2023.55870 do seguinte empreendimento: Ampliação SES – ETE e emissário; Endereço: Margens do Ribeirão Araras; Município: Santa Mariana/PR; Validade: 07/02/2025.

SANEPAR — PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que requereu ao IAT Autorização Florestal do seguinte empreendimento - Atividade: SAA – Adutora Leste; Endereço: Estrada do Limoeiro, s/n; Município: Londrina / PR.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CONVITE PARA APRESENTAR MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Republicação Manifestação de Interesse nº 002/2023-PROFISCO II/SEFAZ-MA

Instituição: Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
País: Brasil
Projeto: Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão-PROFISCO II-MA
Setor: Unidade de Coordenação do Projeto-UCP/Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ-MA

Resumo: O Estado do Maranhão recebeu um financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se propõe a utilizar parte destes fundos para efetuar pagamentos de despesas elegíveis em virtude do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Maranhão – PROFISCO II para "Contratação de Consultoria Individual para "Implantação de Melhorias, Correções e Novas Funcionalidades do Sistema de Administração e Monitoramento - SAM".

A Secretaria de Estado da Fazenda convida Consultores elegíveis a manifestar o interesse em prestar os serviços solicitados. Os consultores interessados deverão proporcionar informação que indique que estão qualificados para prestar os serviços por meio de **(currículo, descrição de serviços semelhantes executados, experiência em condições idênticas, contratos etc.,)** devendo atender os seguintes requisitos mínimos:

REQUISITOS MÍNIMOS	
Consultor para Implantação de Melhorias, Correções e Novas Funcionalidades do Sistema de Administração e Monitoramento - SAM	**1)** Formação em Ciências da Computação e/ou Análise e desenvolvimento de Sistemas de Informação e/ou Engenharia de software; ou qualquer formação superior com especialização em Ciências da Computação e/ou Análise de Sistema e/ou Engenharia de Software; **2)** Ter 5 (cinco) anos de experiência comprovada em: a) Desenvolvimento de aplicações web; b) análise de sistemas nas áreas administrativa, orçamentária e financeira ou de gestão de projetos; c) Programação de sistemas (Sênior). **3)**Ter experiência comprovada em pelo menos um serviço similar em organizações públicas. **4)**Ter conhecimento em: **4.1)** Java (JSF, Primefaces, Mybatis, JPA/Hibernate 2.1 ou superior, JBOSS EAP, Spring MVC, Javadoc, JUnit, Eclipse, Maven, Struts); **4.2)** Oracle (PL/SQL), criação de PCKS, Functions e Procedures.

Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos indicados nas Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento GN 2350-9, e poderão participar todos de países de origem que forem elegíveis, segundo o estabelecido nessas políticas.

Contrato de Empréstimo nº 4458/OC-BR. (BR-L1500)
Processo nº: 17741/2023-SEFAZ-MA
Valor estimado: R$ 161.308,92 (incluindo os impostos)
Prazo de execução: 12 (doze) meses
Data limite para publicação: 10 de março 2023

Os serviços de Consultoria compreendem:

Produto	Prazo
• Diagnóstico; • Plano de trabalho detalhado da consultoria especificando os artefatos e documentação a serem produzidos;	30 dias, após assinatura do contrato
• Documentação técnica (manual técnico do SAM, manual de implementação e manual do usuário) das melhorias, correções e novas funcionalidades informadas nos anexos do TDR e código fonte do SAM; • Código fonte entregue no Git da Sefaz; • Testes unitários e de integração; • Build do projeto nos ambientes de homologação e produção da Sefaz	180 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório com os testes de sistema e usuário realizados e seus resultados.	30 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório das atividades de treinamento realizadas, incluindo o programa de treinamento e materiais utilizados.	30 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório com os resultados da implementação do componente.	10 dias, após a conclusão da entrega anterior
Suporte técnico ao sistema, incluindo manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva	60 dias, após a conclusão da entrega anterior
Relatório final da consultoria.	20 dias, após a conclusão da entrega anterior

As Manifestações de interesse deverão ser entregues no endereço indicado (pessoalmente, **por correio, ou por correio eletrônico/e-mail)** até às **18:00h do dia 20 de março de 2023**. Os consultores interessados podem obter informações no endereço abaixo durante o horário de expediente das 13:00h às 18:00h.

Secretaria de Estado da Fazenda do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Jaracati
CEP: 65.076-820

At. Alessandra Sousa Gonçalves Pereira
e-mail: alessandra.pereira@sefaz.ma.gov.br
At. Patrícia Santos Araujo
e-mail: patricia@sefaz.ma.gov.br
At. Núcleo de Planejamento
e-mail: planejamentoestrategico@sefaz.ma.gov.br
At: Thailane Souza Santos
e-mail: thailane.santos@sefaz.ma.gov.br
At. Equipe UCP.
e-mail: ucpprofisco2@sefaz.ma.gov.br

Alessandra Sousa Gonçalves Pereira
Líder do Projeto

HOSPITAL PAULISTA LTDA. CNPJ: 43.901.701/0001-04

Pelo presente e nos termos das clausula 14º do estatuto social, torna-se público e a quem deva interessar, que o(a) sócio(a) quotista Sr.(a) Noria Abdala Caruí, não compareceu a reunião de Diretoria realizada em 06/mar/23, promovida através de convocação de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 06/fev/23, a fim de tratar de assuntos pertinentes a aprovação de contas, eleição de diretoria e demais deliberações registrada em ATA.

São Paulo, 06 de março de 2023.

Braz Nicodemo Neto - Diretor. Luiz Augusto Pereira Barretto - Diretor. Cristiane Passos Dias Levy – Diretora.

USP PREFEITURA Campus da Capital

PREFEITURA DO CAMPUS USP DA CAPITAL - PUSP-C
CNPJ: 63.025.530/0002-95

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO BEC N°: 1/2023 - PUSP-C. PROCESSO Nº: 23.1.00003.49.7. OFERTA DE COMPRA Nº: 102140100582023OC00001. A Prefeitura do Campus Usp da Capital torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO BEC, sob N°: 1/2023 - PUSP-C, do tipo menor preço, cujo objeto é SERVICO DE MANUTENCAO OU CONSERVACAO PREDIAL - ADMINISTRATIVO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 10/03/2023 a partir das 09h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 28/03/2023 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo - Sistema BEC/SP" através do sítio www.bec.sp.gov.br. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 10/03/2023, além da página da BEC, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.imprensaoficial.com.br.

Exata Securitizadora S.A.

CNPJ/MF 22.193.343/0001-52 - NIRE 353.004.772-43
Ata da 5ª (Quinta) Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 30/01/2023, 09h, na sede social da companhia, dispensada a convocação, Parágrafo 4º, artigo 124, Lei nº 6.404/1976, com a presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** reuniram-se os acionistas da sociedade, representando a totalidade do capital social da **Exata Securitizadora S.A.: Guia Asset Participações Ltda.** - neste ato representada pelos seus sócios administradores José Henrique Floresi Guizardi e José Antonio Floresi Guizardi - e **Fernando Verdicchio Gomes**. **Deliberações: V** - O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para emissão de 4.000 debêntures simples, no montante de R$ 4.000.000,00, ao valor unitário de R$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão, conforme Escritura da 2ª Emissão Privada de Debêntures Simples, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, anexo a Ata da AGE. Esta ata é Extrato da Ata da 5ª AGE, servindo para fins legais de publicidade dos atos societários deliberados. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio, São Bernardo do Campo/SP, 30 de janeiro de 2023. (a.a.) - **Edison Gomes** - Presidente e acionista, e **Fernando Verdiccio Gomes** - Secretário e acionista. **JUCESP** nº 99.002/23-1 e Emissão Privada de Debêntures Simples nº ED005111-1/000 em 07/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Fundação Butantan

CNPJ: 61.189.445/0001-56

COMUNICADO

PROCESSO: 001/0708/002.712/2022. **PREGÃO ELETRÔNICO FB Nº.** 027/2022. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. Considerando o não agendamento referente ao Pregão Eletrônico FB nº 027/2022, conforme publicação veiculada no DOE de 09/03/2022, seção Empresarial, pág. 14. Referente a data de Início e abertura da sessão pública, faz-se necessária à retificação: **ONDE SE LÊ: DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 08/03/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 21/03/2023 às 09h:30min. LEIA-SE: DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 10/03/2023. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 22/03/2022 às 09h:30min.**

Pode Contar — Banese

BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A.

Companhia Aberta | CNPJ/MF nº 13.009.717/0001-46
NIRE 2830000007-7 | Código CVM nº 112-0
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas do Banco do Estado de Sergipe S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma parcialmente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso II e artigo 28, §§1º e 2º da Resolução CVM nº 81/22, no dia 13 de abril de 2023, às 10 horas, em sua sede social situada no Centro Administrativo Banese, localizado na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, nº 31, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju (SE), ou por meio da plataforma digital Google Meet ("Plataforma Digital"), a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2022;
2. Ratificar a distribuição aos acionistas de Juros Sobre Capital Próprio e sua imputação aos dividendos mínimos obrigatórios, aprovada pelo Conselho de Administração, referentes ao exercício de 2022;
3. Deliberar sobre a Destinação do Lucro do Exercício de 2022 conforme a Proposta dos órgãos da Administração;
4. Ratificar o pagamento de participação nos lucros aos administradores, nos termos do art. 152, da Lei nº. 6.404/1976, aprovada pelo Conselho de Administração, em consonância com o resultado de 2022;
5. Eleger membro(s) do Conselho de Administração;
6. Eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e respectivos suplentes;
7. Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
8. Ratificar a alteração do veículo de publicação legal (art. 289, §3º da Lei 6.404/76).

A Assembleia será realizada de modo parcialmente digital, razão pela qual a participação do acionista poderá ser via Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), na Sede Social da Companhia ou via Plataforma Digital, conforme procedimentos descritos no Manual da Assembleia disponível na página de Relações com Investidores do Banese, ri.banese.com.br.

OBSERVAÇÕES:

- Os documentos relativos a esta Assembleia encontram-se à disposição dos interessados, no Gabinete da Diretoria, Centro Administrativo Banese, localizado na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, nº 31, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju(SE), na página de Relações com Investidores do Banese, ri.banese.com.br, no site da CVM, www.cvm.gov.br e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, www.b3.com.br;
- Os procuradores dos acionistas deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato no Gabinete da Diretoria, Centro Administrativo Banese, localizado na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, nº 31, Bairro Inácio Barbosa, Aracaju(SE).

PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA: nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, e alterações posteriores, para participar e deliberar na Assembleia Geral o acionista deve observar que:

- Além do documento de identidade, deve apresentar, também, comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pelo custodiante. Para acionistas pessoas jurídicas, devem ser apresentados os documentos que comprovem a regularidade de representação, incluindo ata de eleição dos administradores, se for o caso;
- Caso não possa estar presente à Assembleia Geral, o acionista poderá ser representado por procurador constituído há menos de um ano, desde que esse seja acionista, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos;
- As procurações deverão ter firma reconhecida, conforme parágrafo 2º do art. 654 do Código Civil Brasileiro;
- Com objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, o comprovante de titularidade das ações, o instrumento de mandato e eventual declaração de voto podem, a critério do acionista, ser depositados na sede da Sociedade, preferencialmente, com até 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para a realização da Assembleia Geral;
- Percentual Mínimo do Capital Votante para Solicitação de Voto Múltiplo: 5%.

Aracaju (SE), 16 de fevereiro de 2023.
Guilherme Maia Rebouças
Presidente do Conselho de Administração

AMAZÔNIA INVISÍVEL

Uma viagem emocional à Amazônia que os brasileiros desconhecem
Podcast em 10 episódios

Para ouvir, baixe o app da Storytel
Acesse: amazoniainvisivel.com.br

Apresentação
Andréia Lago
Jornalista

Original

ORIGINAL HOLDING S.A.

CNPJ/MF Nº 43.513.237/0001-89

Demonstrações Financeiras Resumidas em 31 de dezembro de 2022 - (Conforme Parecer de Orientação da CVM nº 39 de 16/12/2021

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
É com grande satisfação que anunciamos os resultados do ano de 2022 com ganhos expressivos, forte disciplina na condução dos gastos em escala, alavancando o crescimento orgânico e inorgânico da companhia para conduzi-la a patamares de performance ainda maiores nos próximos anos. Conseguimos acelerar nosso ritmo de crescimento, alicerçando de maneira consistente o posicionamento estratégico estabelecido pela direção da companhia.

Agradecemos o trabalho realizado por nossos colaboradores e pela confiança de nossos fornecedores, das instituições financeiras, investidores e, especialmente, da aliança com nossos clientes, que permitiu seguirmos crescendo com rentabilidade.

Além do crescimento orgânico do ano 2022, concluímos as aquisições das empresas Sagamar (do Grupo Saga) em abril de 2022, UAB Motors e suas controladas em julho de 2022, Autostar (Autostar Comercial e Importadora Ltda.) e Hamsi Empreendimentos ("Grupo Green") em setembro de 2022, o que gerou um salto expressivo nos resultados da Original. A estratégia está alinhada à reiterada disciplina da Simpar (controladora da Original Holding) no retorno sobre o capital empregado e manutenção de uma estrutura de capital equilibrada. Os negócios têm a capacidade de ampliar o mix de produtos, serviços, ganhos de escala e aumento da capilaridade.

O balanço da Companhia está um patamar bastante confortável com o nível de endividamento e tamanho de estoque capazes de suportar os desafios presentes e futuros. Também estamos alinhados aos princípios ESG e reconhecendo os desafios inerentes às temáticas ambientais, sociais e de governança, no exercício de 2022, sempre atentos às demandas de nossos acionistas, agentes financeiros, líderes, colaboradores, fornecedores, clientes e demais parceiros. No último trimestre, o destaque fica por conta da Campanha Natal Solidário realizada em parceria com o Instituto Júlio Simões que arrecadou junto aos nossos colaboradores alimentos, beneficiando várias famílias na comunidade local.

Somos protagonistas no desenvolvimento do setor automotivo e temos por objetivo acelerar o crescimento da Companhia nesse mercado com muita disciplina e responsabilidade na estrutura de capital. Agradecemos a confiança de todos com os quais nos relacionamos e nos apoiaram até aqui e reforçamos nosso comprometimento com a construção de um ciclo de crescimento ainda maior, sustentável e com rentabilidade para todos.

No mercado há mais de 30 anos, a Original representa maior rede de concessionárias Volkswagen do estado de São Paulo, com lojas físicas distribuídas pela Grande São Paulo e Vale do Paraíba. A rede confere toda segurança e credibilidade para oferecer melhor negócio, qualidade no atendimento e prestação de serviços, sendo certificada pela ISO 9001 desde 2006 e com atendimento diferenciado a programas da montadora, tais como Ala Performance, Dealer Qualification e Top 500. A concessionária Fiat Original (anteriormente chamada de Ponto) também atende diferentes quesitos de qualidade junto à montadora no atendimento e serviços prestados, com destaque para o projeto de Gestão Ambiental.

Visando sempre o crescimento, a Original Veículos adquiriu a UAB Motors, ampliando de forma relevante a atuação da Companhia no setor de concessionárias de veículos leves, acrescentando novos negócios com sete novas marcas de veículos operadas por concessionárias presentes em 11 municípios e 20 lojas.

Comprou o grupo Sagamar uma empresa que opera concessionárias de veículos leves novos e seminovos no estado do Maranhão, acrescentando ao portfólio do Grupo novos negócios com doze novas marcas de veículos, operadas por 14 lojas.

Com a aquisição do Grupo Green, fortaleceu o posicionamento no segmento de veículos leves na cidade de São Paulo, por meio da adição de 9 lojas ao portfólio, sendo 4 da Volkswagen, 3 da Peugeot e 2 da Citröen.

Ainda em 2022 adquiriu o grupo Autostar um grupo que atua no segmento de veículos e motocicletas de alto luxo, além de registrar a entrada da empresa no segmento de blindagem de veículos, com a SBR. Dessa forma, passam a fazer parte do portfólio da Automob as marcas: BMW (3 lojas), Volvo (2 lojas), Harley Davidson (2 lojas), assim como Jaguar/Land Rover, Mini, Chrysler/Jeep/Dodge/Ram, Triumph e KTM, com uma unidade de cada marca, todas localizadas em bairros nobres da cidade de São Paulo – SP, o maior mercado de automóveis de luxo do Brasil.

Agora juntas denominadas "Grupo Automob" passou a ser uma das principais empresas no varejo de automóveis e motocicletas do país, em todos os segmentos incluindo premium e luxo, com o maior portfólio de marcas e propósito de oferecer soluções integradas para quem busca mobilidade. São mais de 70 lojas, em 19 municípios distribuídos nas regiões sul, sudeste e nordeste do país, oferecendo serviços que vão desde a venda de veículos e o pós-venda, passando por venda de peças, acessórios, blindagem, até a oferta de seguros de nossa corretora própria.

RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

DRE Grupo Original (R$ milhares)	2022	2021	Var.% A/H (i)
Receita bruta total	**3.334.476**	**763.257**	**336,9%**
Receita líquida total	**3.189.039**	**728.940**	**337,5%**
Receita líquida de venda de veículos e serviços	3.166.393	727.231	335,4%
Receita líquida de venda de ativos	22.646	1.709	1.225,1%
Custo total	**(2.658.687)**	**(590.556)**	**350,2%**
Custo de venda de veículos e serviços	(2.647.230)	(589.401)	349,1%
Custo de venda de ativos	(11.457)	(1.155)	891,9%
Lucro bruto	**530.352**	**138.384**	**283,2%**
Lucro bruto de serviços	*519.163*	*137.830*	276,7%
Lucro bruto de venda de ativos	*11.189*	*554*	1.919,7%
Despesas operacionais totais	*(387.066)*	*(91.087)*	324,9%
EBIT	**143.286**	**47.297**	**202,9%**
Margem EBIT sobre receita líquida de serviços	*4,5%*	*6,5%*	*(2,0) p.p.*
Resultado financeiro, líquido	(59.230)	3.850	(1.638,4%)
Imposto de renda e contribuição Social	10.215	(12.663)	(180,7%)
Lucro líquido	**94.271**	**38.484**	**145,0%**
Margem líquida	*2,9%*	*5,3%*	*(2,3) p.p.*
EBITDA	**188.839**	**64.772**	**191,5%**

(i) Variação percentual entre os exercícios de 2022 e 2021 demonstrando os efeitos no resultado do Grupo Original pós aquisição das empresas. (Resultado a partir da data de aquisição de cada empresa nesta variação).

RECEITA LÍQUIDA

Em 2022, a receita líquida de venda de veículos e serviços consolidada cresceu 335,4% quando comparada ao ano de 2021. A receita líquida consolidada (incluindo venda de ativos) apresentou crescimento de 337,5% em comparação a 2021, o aumento é resultado das aquisições realizadas durante o ano (302,4%) e parte sendo crescimento orgânico (35,0%).

EBIT

Decorrente das aquisições a companhia alcançou o EBIT no montante de R$ 143,3 milhões no ano, representando um aumento de 202,9% comparado ao mesmo exercício de 2021.

EBITDA

O EBITDA consolidado totalizou R$ 188,8 milhões no encerramento do exercício, representando um crescimento de 191,5% comparado ao ano anterior (R$ 64,8 milhões) o aumento é resultado das aquisições realizadas durante o ano (185,9%) e parte sendo crescimento orgânico (5,7%).

Reconciliação EBITDA (R$ milhões)	2022	2021	Var.% A/H
Lucro Líquido do exercício	**94.271**	**38.484**	**144,9%**
Margem líquida	*2,9%*	*5,3%*	*(2,3)p.p.*
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.215)	12.663	(180,6%)
(+) Resultado Financeiro Líquido	59.230	(3.850)	(1.638,4%)
(+) Depreciação e Amortização	45.553	17.475	160,7%
EBITDA	**188.839**	**64.772**	**191,5%**

Lucro Líquido

Em 2022, o lucro líquido atingiu o valor total de R$ 94,3 milhões, aumento significativo de 145% (R$ 38,5 milhões em 2021). O aumento é resultante das aquisições realizadas durante o ano e do crescimento orgânico das operações em curso.

INDICADOR DE RETORNO

Lucro líquido operacional e capital investido (R$ milhares)	2022	2021	Var.% A/H
NOPLAT	**153.501**	**34.634**	**191,5%**
Capital investido	**1.753.901**	**210.569**	**191,5%**
Patrimônio líquido	1.002.913	210.569	376,3%
Empréstimos e financiamentos	195.919	-	0,0%
Debêntures	555.069	-	0,0%
ROIC	**8,8%**	**16,5%**	**(7,7) p.p.**

No exercício de 2022 a Companhia reforçou a estrutura de capital no qual permitiu a aquisição de empresas e a ampliação dos negócios. O ROIC de 8,75% realizado em 2022, não contempla o resultado das adquiridas do ano vigente de 2022, somente a proporção do resultado pós aquisição.

CAPITAL HUMANO

A Original envolve seus colaboradores em sua cultura de servir com simplicidade, fator essencial na realização das atividades. A cultura é demonstrada na objetividade das ações, que garantem a agilidade no atendimento aos clientes. Para a gestão de seu pessoal, a Companhia conta com seu Código de Conduta e com a política de relações humanas e do trabalho, que estabelecem os direitos e responsabilidades dos colaboradores. Ressaltamos que todos os novos colaboradores passam por processo de integração, com instruções sobre os códigos, políticas e demais diretrizes e procedimentos da Companhia.

GERENCIAMENTO DE RISCOS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota a gestão de riscos, com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades. O objetivo é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o plano estratégico da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento dos seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

Em 2022 consolidamos estratégia de crescimento, com o amadurecimento na nossa agenda de sustentabilidade, fortalecimento do nosso conhecimento interno, valorização de pessoas e gerenciamento dos impactos socioambientais. Isso é fruto de um processo contínuo de evolução quanto à agenda ambiental, social e de governança (ESG), um caminho sem volta para nosso setor, que cada vez mais deverá entregar resultados coerentes nos quesitos financeiros e não financeiros.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM n 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. ("PwC"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, e com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., emitido em 07 de março de 2023, sobre as referidas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Por fim, agradecemos pelo trabalho realizado por nossa gente e pela confiança de nossos fornecedores, das instituições financeiras, investidores e, especialmente, da aliança com nossos clientes.

São Paulo, 07 de março de 2023.

A ADMINISTRAÇÃO

AVISO

As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

• Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa	268	-	75.142	8.176
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	33.577	-	64.307	39.402
Contas a receber	3.460	320	139.670	22.848
Estoques	-	-	854.975	121.309
Tributos a recuperar	-	-	111.111	5.851
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5.279	-	36.158	13.595
Partes relacionadas	-	193	-	193
Outros créditos	114	-	74.109	10.818
	42.698	**513**	**1.355.472**	**222.192**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	4.003	-	140.655	-
Tributos a recuperar	437	-	46.129	41.690
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.343	-	30.960	5.777
Depósitos judiciais	-	-	18.510	9.107
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	15.555	19.886
Ativo de indenização	-	-	30.670	-
Outros créditos	-	-	1.393	-
	15.783	**-**	**283.872**	**76.460**
Investimentos	1.685.984	214.255	-	-
Imobilizado	585	-	500.340	68.478
Intangível	1.527	-	939.726	5.289
	1.703.879	**214.255**	**1.723.947**	**150.227**
Total do ativo	**1.746.577**	**214.768**	**3.079.419**	**372.419**

PASSIVO	Controladora		Consolidado	
Circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Fornecedores	2	296	212.871	36.931
Floor plan	-	-	212.478	38.139
Empréstimos e financiamentos	2.932	-	22.743	-
Debêntures	9.664	-	9.664	-
Arrendamentos a pagar a instituições financeiras	-	-	1.017	-
Arrendamentos a pagar por direito de uso	-	-	43.058	10.849
Obrigações sociais e trabalhistas	102	-	58.976	11.652
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	34.489	8.038
Tributos a recolher	-	24	19.839	2.959
Dividendos a pagar	26.075	3.686	26.075	3.686
Adiantamentos de clientes	-	-	152.252	9.398
Outras contas a pagar	44	-	17.474	2.011
	38.819	**4.006**	**810.936**	**123.663**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	149.330	-	173.176	-
Debêntures	545.405	-	545.405	-
Arrendamentos a pagar por direito de uso	-	-	200.072	34.780
Tributos a recolher	-	-	69	105
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	-	72.733	3.302
Partes relacionadas	-	193	27.522	-
Aquisição de empresa a pagar	4.003	-	237.712	-
Outras contas a pagar	-	-	2.774	-
	698.738	**193**	**1.259.463**	**38.187**
Total do passivo	**737.557**	**4.199**	**2.070.399**	**161.850**
Patrimônio líquido				
Capital social	719.755	194.956	719.755	194.956
Reserva de capital	201.770	-	201.770	-
Ajuste de avaliação Patrimonial	3.781	3.781	3.781	3.781
Reservas de lucro	83.714	11.832	83.714	11.832
Total do patrimônio líquido	**1.009.020**	**210.569**	**1.009.020**	**210.569**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.746.577**	**214.768**	**3.079.419**	**372.419**

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**-**	**-**	**3.189.039**	**728.940**
Custo de venda, locação e prestação de serviços	-	-	(2.647.230)	(589.401)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	-	(11.457)	(1.155)
Total do custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	**-**	**-**	**(2.658.687)**	**(590.556)**
Lucro bruto	**-**	**-**	**530.352**	**138.384**
Despesas comerciais	(49)		(184.076)	(42.283)
Despesas administrativas	(5.273)	-	(195.167)	(67.052)
Provisão de perdas esperadas (*"impairment")* de contas a receber	-	-	(3.076)	97
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.397	-	(4.747)	18.151
Resultado de equivalência patrimonial	116.559	38.484	-	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras	**112.634**	**38.484**	**143.286**	**47.297**
Receitas financeiras	39.288	-	51.275	8.587
Despesas financeiras	(68.994)	-	(110.505)	(4.737)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**82.928**	**38.484**	**84.056**	**51.147**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	(8.410)	(8.038)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11.343	-	18.625	(4.625)
Total do imposto de renda e da contribuição social	**11.343**	**-**	**10.215**	**(12.663)**
Lucro líquido do exercício	**94.271**	**38.484**	**94.271**	**38.484**
Atribuído aos:				
(=) Lucro básico e diluído por ação (em R$)	-	-	0,1647	0,0796
(=) Lucro b diluído por ação (em R$)	-	-	0,1450	0,0796

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado						
			Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**190.290**	**-**	**-**	**-**	**(14.519)**	**-**	**175.771**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	19.184	-	**19.184**
Constituição da Companhia	1	-	-	-	-	-	**1**
Patrimônio líquido em 31 de agosto de 2021, antes da reorganização societária	**190.291**	**-**	**-**	**-**	**4.665**	**-**	**194.956**
Adequação da estrutura de capital para reorganização societária	(190.290)	-	-	-	(4.665)	-	**(194.955)**
Aporte de capital	194.955	-	-	-	-	-	**194.955**
Efeito dos resultados das controladas do mês de dezembro 2021	-	-	-	-	-	3.781	**3.781**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.518	-	**15.518**
Reserva legal	-	-	776	-	(776)	-	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.686)	-	**(3.686)**
Retenção de lucros	-	-	-	11.056	(11.056)	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**194.956**	**-**	**776**	**11.056**	**-**	**3.781**	**210.569**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	94.271	-	**94.271**
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	-	-	-	-	-	-	**-**
Total resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**94.271**	**-**	**94.271**
Aporte de capital (notga 26.1)	500.000	-	-	-	-	-	**500.000**
Contraprestação baseado em ações (nota 26.1)	24.799	201.770	-	-	-	-	**226.569**
Reserva legal (nota 26.2)	-	-	4.714	-	(4.714)	-	**-**
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(22.389)	-	**(22.389)**
Retenção de lucros (nota 26.2)	-	-	-	67.168	(67.168)	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro 2022	**719.755**	**201.770**	**5.490**	**78.224**	**-**	**3.781**	**1.009.020**

continua

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.928	38.484	84.056	51.147
Ajuste para:				
Resultado de equivalência patrimonial	(97.804)	(38.484)	-	-
Depreciação e amortização	19	-	44.762	17.470
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	(753)	-	52.439	6.289
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	69.056	-	88.694	4.206
	53.446	**-**	**269.951**	**79.112**
Contas a receber	-	(320)	(17.255)	(471)
Estoques	-	-	(334.509)	(51.006)
Partes relacionadas a receber	-	-	-	1.224
Fornecedores e floor plan	(293)	296	115.677	33.745
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	(552)	24	(123.880)	(11.077)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(21.501)	-	176.188	(7.698)
	(22.346)	**-**	**(183.779)**	**(35.283)**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	(5.279)	-	(37.180)	(10.300)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e debêntures	(53.837)	-	(80.060)	(3.827)
Juros pagos sobre partes relacionadas	-	-	-	(1.172)
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais	**(28.016)**	**-**	**(31.068)**	**28.530**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em controladas	(1.125.045)	-	-	-
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(1.377)	-	(86.214)	(17.385)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	14.000	-	-	-
Aquisição de empresas, líquido de caixa	(17.829)	-	(798.091)	-
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(33.577)	-	(156.949)	14.439
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento	**(1.163.828)**	**-**	**(1.041.254)**	**(2.946)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	500.000	-	499.999	-
Captação de empréstimos e financiamentos e debêntures	692.112	-	692.665	-
Captação de floor plan	-	-	117.794	-
Amortização de empréstimos e financiamentos, arrendamentos, debêntures e *floor plan*	-	-	(171.170)	(12.337)
Pagamento principal de partes relacionadas	-	-	-	(16.533)
Caixa líquido gerados (utilizados) nas atividades de financiamento	**1.192.112**	**-**	**1.139.288**	**(28.870)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**268**	**-**	**66.966**	**(3.286)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	-	-	8.176	11.462
No final do exercício	268	-	75.142	8.176
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**268**	**-**	**66.966**	**(3.286)**
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Adição de arrendamentos por direito de uso	-	-	(27.787)	-
Ações emitidas e a emitir (reserva de Capital) na aquisição de empresas	-	-	226.570	-
Contraprestação contingentes na aquisição de empresas	-	-	230.178	-

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	**94.271**	**38.484**	**94.271**	**38.484**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:	**-**	**-**	**-**	**-**
Total de outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	**-**
Resultado abrangente do exercício	**94.271**	**38.484**	**94.271**	**38.484**

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	-	-	3.332.854	748.674
(Provisão) reversão de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	-	-	(3.076)	97
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(531)	17.643
	-	**-**	**3.329.247**	**766.414**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das vendas e prestação de serviços	-	-	(2.646.600)	(582.352)
Custo Vendas Ativos Desmobilizados	-	-	(11.457)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.397	-	(4.639)	(43.440)
Provisão para perdas de valor recuperável *("Impairment")*	-	-	(108)	-
	1.397	**-**	**(2.662.804)**	**(625.792)**
Valor adicionado bruto	**1.397**	**-**	**666.443**	**140.622**
Retenções				
Depreciação e amortização	(19)	-	(45.553)	(17.470)
Valor adicionado líquido produzido pelo Grupo	**1.378**	**-**	**620.890**	**123.152**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	116.559	38.484	-	-
Receitas financeiras	39.288	-	51.274	7.238
	155.847	**38.484**	**51.274**	**7.238**
Valor adicionado total a distribuir	**157.225**	**38.484**	**672.164**	**130.390**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	5.303	-	334.318	51.314
Tributos federais	(11.343)	-	(10.214)	21.437
Tributos estaduais	-	-	143.284	11.245
Tributos municipais	-	-	-	3.273
Juros e despesas bancárias	68.994	-	110.505	5.889
Aluguéis	-	-	-	(1.252)
Lucro retido do exercício	71.882	34.798	71.882	34.798
Dividendos distribuídos	22.389	3.686	22.389	3.686
Valor adicionado distribuído	**157.225**	**38.484**	**672.164**	**130.390**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Atividades operacionais - A Original Holding S.A. ("Companhia") é controlada direta da Simpar S.A., com sede em Mogi das Cruzes, tendo como atividades preponderantes a participação em outras sociedades empresariais, as quais tem como atividade a comercialização de veículos novos e usados (automóveis de passeio, veículos comerciais e motocicletas), peças, acessórios, serviços de mecânica, funilaria e pintura, serviços de blindagem, comercialização de veículos elétricos e serviços de intermediação na venda de financiamentos e seguros. A Companhia foi criada em 30 de agosto de 2021 e registrada na (Junta Comercial do Estado de São Paulo) em 13 de setembro de 2021 e, conforme mencionado na nota 1.3 Reorganização Societária, tem como objetivo viabilizar a reorganização societária do Grupo. Nessa reorganização, a Companhia passou a deter 100% das ações de quatro Empresas, conforme descritas na mesma. A Companhia, em conjunto com as entidades controladas ("Grupo" ou "Grupo Automob"), atua na comercialização de veículos novos e usados (automóveis de passeio, veículos comerciais e motocicletas), peças, acessórios, serviços de mecânica, funilaria e pintura, serviços de blindagem, comercialização de veículos elétricos e serviços de intermediação na venda de financiamentos e seguros. Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo possui 79 concessionárias, estas unidades estão estrategicamente distribuídas em 19 municípios e em 4 Estados, sendo eles: São Paulo, Maranhão, Santa Catarina e Paraná. O Grupo Automob conta com outras entidades jurídicas com operações menores alocadas no segmento de Holding e demais, conforme apresentado na nota explicativa 1.4. A Companhia é controlada pela Simpar S.A. ("Simpar"), que em 31 de dezembro de 2022 possuía 75,4% de suas ações. (100% em 31 de dezembro de 2021) **1.2. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 2022 - a) Aquisição da a UAB Motors Participações Ltda. ("UAB Motors")** - Em 12 de novembro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda para aquisição de 100% da UAB Motors. A aquisição ampliará de forma relevante a atuação da Companhia no setor de concessionárias de veículos leves, acrescentando novos negócios com sete novas marcas de veículos operadas por concessionárias presentes em 11 municípios e 20 lojas. Em 1 de julho de 2022 a transação foi concluída após cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação por todas as montadoras concedentes e aprovação pelo CADE. O valor da transação foi de R$ 531.450, dos quais R$ 416.450 pagos em dinheiro, e o saldo remanescente será retido para deduzir eventuais contingências. A Controladora realizou aquisição direta de 3,3% da UAB Motors, correspondente a um investimento de R$ 17.829 gerando um ágio de R$ 9.841 conforme divulgado na nota 13.1. O valor da transação foi de R$ 531.450 pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores contraprestação
Valor pago à vista	416.450
Contraprestação contingente (i)	115.000
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**531.450**

(i) O montante de R$ 115.000 será retido como garantia de eventuais contingências, acrescido de 100% do CDI a.a. e será pago ao final do prazo de 5 anos.
Em conformidade com o CPC 15/ IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	54.230	-	54.230
Estoques	155.058	14.529	169.587
Contas a receber	22.468	-	22.468
Ativo contingente	-	29.690	29.690
Imobilizado, líquido	213.864	39.738	253.602
Intangível	21.131	160.643	181.774
Outros créditos	272.280	-	272.280
Total do ativo	**739.031**	**244.600**	**983.631**
Passivo			
Fornecedores e *floor plan*	107.223	-	107.223
Arrendamento por direito de uso	100.572	-	100.572
Obrigações trabalhistas	20.044	-	20.044
Provisão para demandas judiciais e administrativas	25.764	29.690	55.454
Outras contas a pagar	242.260	-	242.260
Total do passivo	**495.863**	**29.690**	**525.553**
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			**487.768**
Valor justo da contraprestação			**531.450**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**73.372**

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. O laudo provisório de alocação do preço de compra ("PPA – Purchase Price Allocation") obteve como resultado a alocação de R$ 14.529 em estoques, R$ 39.738 de mais valia de imobilizado, R$ 40.752 em marcas e R$ 119.891 no contrato de distribuição, esta operação gerou um goodwill no montante de R$ 73.372. **Resultado da combinação de negócio -** Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R$ 1.126.773 de receita líquida e R$ 102.687 de lucro líquido gerado a partir de julho de 2022, data em que assumiu o controle. Se a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita líquida seria de R$ 2.114.981 (estimativa da administração – não auditado) e o lucro líquido do exercício de R$ 104.894 (estimativa da administração – não auditado). **Custos de aquisição -** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 497 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os honorários advocatícios e os custos de due diligence foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado. **Premissas chaves -** As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa	
Taxas de desconto (WACC)	12,4%
Taxas de crescimento médio até 2031	3,3%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,3%

b) Contrato de compra e venda para aquisição da Sagamar Serviços, Administração e Participações Ltda. ("Sagamar"). Em 12 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de compra e venda para aquisição de 100% da Sagamar, que passou a ser denominada Original Maranhão, uma empresa que opera concessionárias de veículos leves novos e seminovos no estado do Maranhão, acrescentando ao portfólio do Grupo novos negócios com doze novas marcas de veículos, operadas por 14 lojas. Em 04 de abril de 2022 a transação foi concluída, após satisfeitas as condições precedentes para a aquisição, incluindo anuência pelas montadoras concedentes e a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). O valor da transação foi de R$ 268.696 pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores contraprestação
Valor pago à vista	228.897
Contraprestação contingente (i)	15.000
Contraprestação por troca de ações (ii)	24.799
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**268.696**

(i) O referido valor está registrado em "Aquisição de empresas a pagar" e o montante de R$ 15.000 será retido como garantia de eventuais contingências, acrescido de 100% do CDI a.a. e será pago ao final do prazo de 5 anos. (ii) Contraprestação por meio de troca de ações, que resultará pelo ex-sócio da Sagamar em participação no capital social da Companhia. Em conformidade com o CPC 15/ IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	2.595	-	2.595
Estoques	74.684	3.550	78.234
Contas a receber	36.452	-	36.452
Ativo de indenização	-	430	430
Imobilizado líquido	20.412	685	21.097
Intangível	224	193.431	193.655
Outros créditos	51.015	-	51.015
Total do ativo	**185.382**	**198.096**	**383.478**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	20.450	-	20.450
Fornecedores e *floor plan*	31.036	-	31.036
Arrendamento por direito de uso	11.514	-	11.514
Imposto de renda e contribuição social a recolher	3.462	-	3.462
Obrigações trabalhistas	4.723	-	4.723
Provisão para demandas judiciais e administrativas	763	430	1.193
Outras contas a pagar	96.853	-	96.853
Total do passivo	**168.801**	**430**	**169.231**
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			**214.247**
Valor justo da contraprestação			**268.696**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**54.449**

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. O laudo provisório de alocação do preço de compra ("PPA – *Purchase Price Allocation*") obteve como resultado a alocação de R$ 3.550 em estoques, R$ 193.431 em contratos de distribuição com montadoras, R$ 685 de mais valia de imobilizado e esta operação gerou um *goodwill* no montante de R$ 54.449. **Resultado da combinação de negócio** - Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R$ 535.568 de receita líquida e R$ 18.860 de lucro líquido gerado a partir de abril de 2022, data em que a Original assumiu o controle. Se a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita líquida seria de R$ 701.039 (estimativa da administração – não auditado) e o lucro líquido do exercício de R$ 23.947 (estimativa da administração – não auditado). **Custos de aquisição -** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 323 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado. **Premissas chaves -** As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa	
Taxas de desconto (WACC)	13,4%
Taxas de crescimento médio até 2031	3,8%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,8%

c) Aquisição da Autostar Comercial e Importadora Ltda., da American Star Comércio de Veículos Ltda., da Bikestar Comércio de Motocicletas Ltda., da British Star Comércio de Motocicletas Ltda., Moto Star Comércio de Motocicletas Ltda., e da SBR Comércio e Serviços de Blindagens Ltda. (em conjunto "Autostar"). Em 29 de abril de 2022, a controlada Automob assinou o contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da Autostar. Em 1 de setembro de 2022 a transação foi concluída após cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação por todas as montadoras concedentes e aprovação pelo CADE. O preço de aquisição foi de R$ 364.100, sendo 50% pagos em dinheiro e 50% em troca de ações. A parcela paga em dinheiro, foi atualizada pelo 100% do CDI até a data do efetivo pagamento, resultando em um valor total pago de R$ 372.190. A Companhia também registrou a obrigação de R$ 57.696 oriundos de créditos fiscais acordados no contrato de compra e venda. Esse montante será retido como garantia de eventuais contingências. A aquisição da Autostar fortalece o posicionamento da Automob no segmento de veículos e motocicletas de alto luxo, por meio do aumento no mix de marcas, produtos e serviços oferecidos aos clientes, além de registrar a entrada da empresa no segmento de blindagem de veículos, com a SBR. Dessa forma, passam a fazer parte do portfólio da Automob as marcas: BMW (3 lojas), Volvo (2 lojas), Harley Davidson (2 lojas), assim como Jaguar/Land Rover, Mini, Chrysler/Jeep/Dodge/Ram, Triumph e KTM, com uma unidade de cada marca, todas localizadas em bairros nobres da cidade de São Paulo – SP, o maior mercado de automóveis de luxo do Brasil. O valor da transação foi de R$ 429.885 pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores contraprestação
Valor pago à vista	190.159
Contraprestação por troca de ações (i)	182.031
Contraprestação contingente (ii)	57.696
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**429.885**

(i) Contraprestação por meio de troca de ações, que resultará no montante de R$ 182.031 correspondente a 50% do capital social da Companhia; (ii) O referido valor está registrado em "Aquisição de empresas a pagar" e o montante será retido como garantia de eventuais contingências, acrescido de 100% do CDI a.a. e será pago ao final do prazo de 5 anos.
Em conformidade com o CPC 15/ IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	12.710	-	12.710
Títulos e valores mobiliários	9.865	-	9.865
Estoques	88.751	6.583	95.334
Contas a receber	42.501	-	42.501
Ativo de indenização	-	430	430
Imobilizado líquido	94.960	5.008	99.968
Intangível	77	288.809	288.886
Outros créditos	150.623	-	150.623
Total do ativo	**399.487**	**300.633**	**700.119**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	45.425	-	45.425
Fornecedores e *floor plan*	75.225	-	75.225
Arrendamento por direito de uso	63.107	-	63.107
Obrigações trabalhistas	59.055	-	59.055
Provisão para demandas judiciais e administrativas	7.588	430	8.018
Outras contas a pagar	49.555	-	49.555
Total do passivo	**299.955**	**430**	**300.385**
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			**399.932**
Valor justo da contraprestação			**429.885**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**29.953**

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. O laudo provisório de alocação do preço de compra ("PPA – *Purchase Price Allocation*") obteve como resultado a alocação de R$ 6.583 em estoques, R$ 85.351 em Marcas, R$ 203.458 em contratos de distribuição com montadoras, R$ 5.008 de mais valia de imobilizado e esta operação gerou um *goodwill* no montante de R$ 29.953. **Resultado da combinação de negócio - Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia** com R$ 365.073 de receita líquida e R$ 22.291 de lucro líquido gerado a partir de setembro de 2022, data em que assumiu o controle. Se a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita líquida seria de R$ 541.855 (estimativa da administração – não auditado) e o lucro líquido do exercício de R$ 26.235 (estimativa da administração – não auditado). **Custos de aquisição -** A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 230 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado. **Premissas chaves -** As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa	
Taxas de desconto (WACC)	15,2%
Taxas de crescimento médio até 2031	5,3%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,3%

continua

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Aquisição da Hamsi Empreendimentos S/S Ltda. ("Grupo Green") - Em 30 de maio de 2022, a Automob assinou o contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas de emissão do Grupo Green, holding que controla as operações de concessionárias da Volkswagen, Peugeot e Citröen. Em 15 de setembro de 2022 a transação foi concluída após cumprimento de todas as condições precedentes, incluindo a aprovação por todas as montadoras concedentes e aprovação pelo CADE. A aquisição do Grupo Green fortalece o posicionamento da Automob no segmento de veículos leves na cidade de São Paulo, por meio da adição de 9 lojas ao portfólio da Automob, sendo 4 da Volkswagen, 3 da Peugeot e 2 da Citröen. Com mais de 64 anos de atuação no setor, o Grupo Green se transformou em uma das principais redes de comercialização de veículos leves das marcas Volkswagen, Peugeot e Citröen na cidade de São Paulo. O Grupo Green atua na comercialização de veículos leves novos e seminovos, pós venda, consórcio e seguros. O valor da transação foi de R$ 100.168 pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores contraprestação
Valor pago à vista	37.944
Contraprestação por troca de ações (i)	19.740
Contraprestação contingente (ii)	3.003
Valor a pagar	39.481
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**100.168**

(i) Contraprestação por meio de troca de ações, que resultará no montante de R$ 19.740 correspondente a 20% do capital social da Companhia; (ii) O referido valor está registrado em "Aquisição de empresas a pagar" e o montante será retido como garantia de eventuais contingências, acrescido de 100% do CDI a.a. e será pago ao final do prazo de 5 anos.

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo provisório dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	5.824	-	5.824
Estoques	67.164	2.607	69.771
Contas a receber	1.222	-	1.222
Ativo de indenização	-	747	747
Imobilizado líquido	30.497	8.152	38.649
Intangível	1.451	19.477	20.928
Outros créditos	11.928	-	11.928
Total do ativo	**118.086**	**30.983**	**149.069**
Passivo			
Empréstimos e financiamentos	1.534	-	1.534
Fornecedores e *floor plan*	28.761	-	28.761
Arrendamento por direito de uso	24.239	-	24.239
Obrigações trabalhistas	5.729	-	5.729
Provisão para demandas judiciais e administrativas	4.161	747	4.908
Outras contas a pagar	33.402	-	33.402
Total do passivo	**97.826**	**747**	**98.573**
Total do valor justo do ativo líquido dos passivos			**50.496**
Valor justo da contraprestação			**100.168**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*			**49.672**

Mensuração de valor justo em bases provisórias - O valor justo de ativos e passivos foi determinado provisoriamente. Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista. O laudo provisório de alocação do preço de compra ("PPA – *Purchase Price Allocation*") obteve como resultado a alocação de R$ 2.607 em estoques, R$ 8.095 em Marcas, R$ 11.382 em contratos de distribuição com montadoras, R$ 8.152 de mais valia de imobilizado, R$ 747 de provisão para demandas judiciais e administrativas e esta operação gerou um *goodwill* no montante de R$ 49.672. **Resultado da combinação de negócio -** Essa combinação de negócios contribuiu para o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Companhia com R$ 180.828 de receita líquida e R$ 22.740 de lucro líquido gerado a partir de setembro de 2022, data em que assumiu o controle. Se a aquisição tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2022, a receita líquida seria de R$ 484.800 (estimativa da administração – não auditado) e o lucro líquido do exercício de R$ 48.400 (estimativa da administração – não auditado).**Premissas chaves -** As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2022 estão apresentadas abaixo:

Unidades Geradoras de Caixa	
Taxas de desconto (WACC)	15,4%
Taxas de crescimento médio até 2031	3,3%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,2%

1.3. Reorganização societária - Em 30 de setembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a reestruturação societária do Grupo. O objetivo da reestruturação foi apenas simplificar as atividades do Grupo, de forma que todas as empresas operacionais relacionadas aos negócios de concessionárias passaram a ser investidas da Original Holding S.A. a partir da data da aprovação da reestruturação, mediante transferência da Simpar S.A para a Original Holding S.A. do acervo liquido contábil na data-base de 31 de agosto de 2021 das empresas abaixo listadas, incorporando ao capital social o valor de R$ 194.955, com base no instrumento jurídico aprovados em 30 de setembro de 2021 com a Simpar S.A.

	Valor conforme laudos de avaliação
Original Veículos Ltda.	119.219
Ponto Veículos Ltda.	51.817
Avante Veículos Ltda.	23.690
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	228
	194.954

1.4. Relação de entidades controladas - Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária do Grupo Original:

Razão social	Atividades	País sede	31/12/2022 Direta %	31/12/2022 Indireta %	31/12/2021 Direta %	31/12/2021 Indireta %
Original Veículos S/A ("Original Veículos)	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	100	-	100	-
Ponto Veículos S/A. ("Fiat Original")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	100	-	100	-
Original Comércio de Veículos. Seminovos S/A ("Original Seminovos")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	100	-	100	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda. ("Original Distribuidora")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	100	-	100	-
Original Nagano Comércio de Veículos S/A ("Original Nagano")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Américas Comércio de Veículos S/A ("Original Américas")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Berlim Comércio de Veículos S/A ("Original Berlim")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Comércio de Motos S/A ("Original Motos")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Germânia Comércio de Veículos S/A. (Original Germânia")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Ibero Comércio de Veículos S/A. ("Original Ibero")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Tokyo Comércio de Veículos S/A. ("Original Tokyo")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Pacific Comércio de Veículos S/A. ("Original Pacific")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Empreendimentos Imobiliários S/A ('Original Empreendimentos, nova denominação da Original Paris')	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Pequim Comércio de Veículos S/A. ("Original Pequim")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Ranger Comércio de Veículos S/A. ("Original Ranger")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Seoul Comércio de Veículos S/A. ("Original Seoul")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Suécia Comércio de Veículos S/A. ("Original Suécia")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Provence Comércio o de Veículos S/A. ("Original Provence")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original New England Comércio de Veículos S/A. ("Original New England")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Munique Comércio de Veículos S/A. ("Original Munique")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Milwaukee Comércio de Veículos S/A. ("Original Milwaukee")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Xangai Comércio de Veículos S/A. ("Original Xangai")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Xian Comércio de Veículos S/A. ("Original Xian")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Hamburgo Comércio de Veículos S/A. ("Original Hamburgo")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original Yoko Comércio de Veículos S/A. ("Original Yoko")	Holding e demais	Brasil	100	-	-	-
Original New Xangai Comércio de Veículos e Peças Serviços S/A. ('Original New Xangai', nova denominação da Saga Xangai)	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original New Berlim Comércio de Veículos e Peças Serviços S/A. ('Original New Berlim', nova denominação da Saga Berlim)	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original Grand Tour Comércio de Veículos e Peças Ltda. ("Saga Grand Tour")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original New Suécia Comércio de Veículos e Peças Serviços S/A. ('Original New Suécia', nova denominação da Saga Suécia)	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original Nice Comércio de Veículos e Peças Ltda. ("Original Nice")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original New Pacific Comércio de Veículos e Peças Serviços S/A. ('Original New Pacific', nova denominação da Saga Pacific)	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original Indiana Comércio de Veículos e Peças Ltda. ("Avante Chevrolet")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original Asia Comércio de Veículos e Peças Ltda. ("Estação Asia")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original New Provence Comércio de Veículos e Peças Serviços S/A ('Original New Provence', nova denominação da Saga Provence)	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Original Turim Comércio de Veículos e Peças Ltda. ("Original Turim")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Sagamar Serviços Comércio de Veículos e Peças Ltda. ("Sagamar Serviço") (iii)	Holding e demais ("UAN Motors")	Brasil	-	100	-	-
UAN Motors Participações Ltda.	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
United Auto Interlagos Comércio de Veículos Ltda. ("United Auto Interlagos")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
UAB Motors Corretora de Seguros Ltda. ("UAB Motors Corretora")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
UAB Motors Participações Ltda. ("UAB Motors Participações")	Holding e demais	Brasil	3,32	96,68	-	-
UAQ Publicidade E Propaganda Ltda. ("UAQ Publicidade")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
United Auto Participações Ltda. ("United Auto Participações")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
United Auto São Paulo Comércio de Veículos Ltda. ("United Auto São Paulo")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
United Auto Aricanduva Comércio de Veículos Ltda. ("United Auto Aricanduva")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Sceptrum Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Sceptrum Empreendimentos")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Sul Import Veículos e Serviços Ltda. ("Sul Import")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
United Auto Nagoya Comércio de Veículos Ltda. ("United Auto Nagoya")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Ophiucus Participações Ltda. ("Ophiucus Participações")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Ar Sudeste Comércio de Veículos Ltda ("Ar Sudeste")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Euro Import Motos Comércio de Motos Ltda. ("Euro Import Motos")	Concessionárias de motocicletas, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Cvk Auto Comércio De Veículos Ltda. ("CVK Auto")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Euro Import Comércio e Serviços Ltda. ("Euro Import Comércio")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Ar Centro-Oeste Comércio de Veículos Ltda ("Ar Centro-Oeste")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Ar - Veículos e Participações Ltda. ("Ar Veículos")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Acanthicus Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Acanthicus Empreendimentos")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
American Star Comércio de Veículos S.A. ("American Star")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Autostar Comercial e Importadora S.A. ("Autostar Comércio")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
British Star Comércio de Motocicletas S.A. ("British Star")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Moto Star Comércio de Motocicletas S.A. ("Moto Star")	Concessionárias de motocicletas, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
SBR Comércio e Serviços de Blindagens S.A. ("SBR Comércio e Serviços")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Bike Comércio de Motocicletas S.A. ("Bike Comércio de Motocicletas")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Autostar London Comercial e Importadora S.A. ("Autostar London")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Autostar Sweden Comercial e Importadora S.A. ("Autostar Sweden")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Auto Green Veículos Ltda. ("Auto Green")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Green Ville Comércio de Veículos Ltda. ("Green Ville")	Concessionárias de veículos, peças e acessórios e serviços automotivos	Brasil	-	100	-	-
Hamsi Empreendimentos. S/S Ltda. ("Hamsi Empreendimentos")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-
Serv Cinq Serviços Ltda. ("Service Cinq")	Holding e demais	Brasil	-	100	-	-

(i) Empresa extinta em 26/08/2022.

1.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade - Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade - O Grupo Automob acredita que a avaliação da exposição aos riscos relacionados ao clima, em cenários de curto, médio e longo prazo é uma etapa importante para que a estratégia climática seja desenvolvida alinhada com os desafios nacionais e globais sobre clima e em linha com a transição para economia de baixo carbono. No ano de 2022 a Companhia realizou um estudo de riscos climáticos e, aderiu ao documento lançado pela controladora Simpar, a Política de Mudanças Climáticas, com as ações de mitigação, compensação e adaptação incluindo formalmente o tema nas suas decisões e estratégias de negócios. O estudo em 2022 englobou a qualificação e quantificação de custos e oportunidades financeiras relativos às mudanças climáticas. O assunto é considerado prioritário nas ações de todo o Grupo com soluções voltadas à mitigação do aquecimento da temperatura média global, tendo como referência os principais tratados e instituições do tema: Acordo de Paris, Science Based Targets (SBTi), Pacto Global da ONU, Programa Brasileiro GHG Protocol e Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). As avaliações com horizontes de curto, médio e longos prazos estão em linha com a Política de Gerenciamento de Risco da Companhia e permite que a Automob possa se preparar frente aos possíveis impactos que as mudanças climáticas podem vir a ocasionar em suas operações. Essa avaliação, em diferentes horizontes de tempo, contribui para a construção de uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono (premissas do Acordo de Paris). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos: Riscos de transição: são aqueles que surgem no processo de ajustamento para uma economia de baixo carbono e foram classificados em regulatórios e tecnológicos. Se destacam: adoção de uma série de políticas visando a redução das emissões de gases de efeito estufa e implantação de mecanismos de precificação de carbono. Riscos físicos: são riscos relacionados às alterações climáticas, foram mapeados riscos agudos (aumento da gravidade e frequência de eventos climáticos extremos, como ciclones e inundações) e crônicos (mudanças nos padrões de precipitação extrema variabilidade nos padrões climáticos e temperaturas médias crescentes). **Gestão de riscos, oportunidades e estratégia sobre mudanças climáticas** - Além de adotar ações para minimizar emissões de GEE, a Companhia acompanha discussões legislativas, realiza análises internas e externas, promove benchmarking nacional e internacional e estuda pareceres de agências externas em relação aos temas ESG. No ano, se destaca a parceria entre a BYD Brasil e a Automob, por meio da Original, para venda de veículos elétricos em algumas concessionárias em diferentes estados do Brasil. **Reconhecimento -** O grupo Simpar, publicou o inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), e recebeu certificação Selo Ouro *GHG Protocol*. **Gestão de recursos naturais -** A Companhia assina a Política de Sustentabilidade do grupo Simpar, com orientações ao uso eficiente de energia e dos recursos naturais. Mantemos indicadores para avaliação do desempenho e desenvolvimento de planos de ação. Em relação a gestão de resíduos a Automob dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados das operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas International Financial Reporting Standards - IFRS) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 07 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidênciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **a) Base de mensuração -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária das empresas atuantes na unidade de negócios de concessionárias da Simpar S.A. e não configurava um negócio nos termos do CPC 15 / IFRS 3 Combinação de Negócios e, portanto, a integralização das ações das empresas listadas na Nota 1.3. na Companhia foi contabilizada como uma reorganização de capital ao invés de uma combinação de negócios. Considerando que as transações entre empresas sob controle comum, as quais compreendem a reorganização de capital, ainda não foram abordadas especificamente pelos CPCs conforme CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração pode também

continua

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

considerar as mais recentes posições técnicas assumidas por outros órgãos normatizadores contábeis que usem uma estrutura conceitual semelhante à do CPC para desenvolver pronunciamentos de contabilidade, ou ainda, outra literatura contábil e práticas geralmente aceitas do setor, até o ponto em que estas não entrem em conflito com as fontes enunciadas no parágrafo 11 do CPC 23 / IAS 8. Nesse contexto, no exercício de 2021, como a Simpar S.A., controladora final da Original Holding S.A., mantém sua participação nas empresas, antes e depois da contribuição de Ações, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil que representa melhor a transação ocorrida e fornece ao investidor uma informação de maior relevância, em que as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas considerando os registros contábeis históricos das empresas existentes, e que refletem a substância econômica das operações consolidadas da Companhia como se ela já existisse desde o início dos exercícios apresentados. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021, consideram as informações financeiras combinadas da Original Veículos Ltda., Ponto Veículos Ltda., Avante Veículos Ltda. e Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda., do período entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021, representando as operações existentes e correspondentes, a qual foram posteriormente integralizadas na Companhia em 31 de dezembro de 2021 (nota 1.3). A apresentação dos efeitos contábeis da adoção da Contribuição de Ações nos exercícios anteriores a 30 de setembro de 2021 (data da constituição da Original Holding) não altera os atos e fatos societários ocorridos até 30 de setembro de 2021. As informações contábeis até esta data têm finalidade de fornecer aos usuários destas demonstrações contábeis informações comparativas com as informações contábeis históricas a partir de 30 de setembro de 2021. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. **2.1. Base de consolidação e combinação - a) Combinação de negócios -** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado quando incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. As técnicas de avaliação para mensuração do valor justo dos ativos significativos adquiridos são:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangíveis	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings:* o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. Método *multi-period excess earnings* MPEEM: o método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

Nos casos em que o Grupo adquire uma controlada com participação menor que 100% mas possui contrato compra de opção de compra, e, concomitantemente, opção de venda, isto é, opção de venda simétrica com os antigos proprietários, da participação societária remanescente após aquisição, o Grupo considera que a aquisição de 100% das ações da controlada na data da combinação de negócios, com base no método de aquisição antecipada, e reconhece o passivo pela obrigação decorrente das opções de compra e venda das ações contra uma redução da participação de não controladores. As variações do valor justo das opções posteriores a data de aquisição são reconhecidas na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Nesse sentido, quando a Companhia incorpora a adquirida, a amortização e depreciação dos ativos adquiridos é dedutível. Os custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram refletidas, quando aplicável, para as empresas descritas na nota explicativa 1.4, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação. **a) Controladas -** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial -** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **c) Transações eliminadas na consolidação -** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **2.2. Instrumentos financeiros - 2.2.1. Ativos financeiros - a) Reconhecimento e mensuração -** As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é, inicialmente, mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **b) Classificação e mensuração subsequente - Instrumentos Financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento - O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **2.2.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **a) Desreconhecimento -** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes dos fluxos de caixa do passivo original, caso em que um novo passivo financeiro, baseado nos termos modificados, é reconhecido a valor justo. **2.2.3. Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.2.4. Redução ao valor recuperável *("impairment")* de ativos financeiros -** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. O Grupo utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo em momentos específicos. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada exercício de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 9 é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido entre 12 a 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. **2.3. Mensuração ao valor justo -** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento *(non-performance)*. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. **2.4. Estoques -** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses. **2.5. Imobilizado - a) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **b) Custos subsequentes -** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Depreciação -** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. **2.6. Intangível - 2.6.1. *Softwares* -** As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares.* Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.6.2. Fundo de comércio -** O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de veículos das diversas marcas do Grupo Automob. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados, mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável *("impairment").* **2.6.3. Direito de distribuição -** Os direitos de distribuição são direitos de comercializar os veículos das diversas marcas das montadoras. Os contratos com direito de distribuição possuem prazo indeterminado e também há contratos com prazo determinado. Os contratos com prazos determinados podem ser renovados ao fim do prazo por período equivalente ou por prazo indeterminado e são amortizados pelo período da vigência do contrato. Os direitos de concessão por prazo indeterminado, não são amortizados e tem seu término condicionado à venda ou descontinuação das atividades e são testados, no mínimo, anualmente para avaliação de seus valores recuperáveis *("impairment").* **2.6.4. Amortização e testes de perda de valor recuperável *("impairment")* -** A vida útil do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de intangíveis com vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida útil do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa. Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperáve*l ("impairment"),* individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais poderão ser revertidas. **2.7. Arrendamentos -** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16. **(i) Como arrendatário -** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa de desconto obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **2.8. Imposto de renda e contribuição social a recuperar e a recolher -** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(I) Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro -** O Grupo aplica a interpretação técnica ICPC 22 / IFRIC 23, que trata da contabilização dos tributos sobre o lucro quando existir incerteza sobre a aceitabilidade de certo tratamento tributário. Caso a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade reflete o efeito da incerteza na determinação do lucro tributável. **2.9. Provisões - 2.9.1. Geral -** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.9.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas -** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.10. Receitas de contratos com clientes -** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo: **2.10.1. Receita de vendas de veículos e peças - a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos -** Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto, cartão de crédito e papel moeda. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 -** A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes, momento este que o bem está sob controle completo do cliente. **2.10.2. Receita de prestação de serviços - a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos -** O Grupo presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos. As vendas de serviços são formalizadas por meio de ordens de serviços acordadas com os clientes, que incluem os valores de peças e mão de obra utilizados na prestação de serviços. As faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 -** A receita é reconhecida quando é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade. **2.10.3. Receita de bonificações - a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos -** O Grupo recebe bonificações de montadoras ao cumprir condições preestabelecidas pelas montadoras afins de incrementar as vendas. **b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 -** O bônus recebido das montadoras pela Companhia e suas controladas é reconhecido quando já é certo que o seu recebimento ocorrerá e quando o valor pode ser mensurado com confiabilidade. **2.11. *Floor Plan* -** As compras de veículos novos no segmento de concessionárias são realizadas preponderantemente pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novo denominado "Floor plan", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 30 e 180 dias após a emissão da nota fiscal, com incidência de juros de até 100% do CDI mais 0,5% ao mês, após o período de carência. O Grupo reconhece os impactos floor plan nas demonstrações de fluxos de caixa dos veículos novos como uma atividade operacional dos veículos adquiridos dentro do período de carência e aquisições fora do período de carência são reconhecidos como atividade de financiamento.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo Automob e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Consolidação e combinação de negócios: (i) determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida - nota explicativa 2.1. (ii) avaliação para mensuração do valor justo dos ativos e passivos significativos adquiridos - nota explicativa 2.1. **3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 24.2. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis sem vida útil definida. d) Contratos de distribuição adquiridos em combinação de negócio – definição da vida útil.

4. NOVAS NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **4.1. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis" -** Emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **4.2. Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas".** As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar

continua

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **4.3. Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro -** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. **4.4. Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro**: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1° de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo Simpar. **4.5. Alterações adotadas pelo Grupo** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2022: **• Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **• Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **• Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios":** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018. **• Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

5. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento estão sendo apresentadas substancialmente em relação aos negócios da Grupo Original que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Automob. . O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o acionista controlador, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os resultados por segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis. Os negócios do Grupo são substancialmente um segmento operacional cujas atividades consistem basicamente em Concessionárias de veículos, que por sua vez executam comercialização de veículos, revenda de veículos usados, peças e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria, pintura e blindagem. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social - O capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 719.755 dividido em 715.013.777 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. (Em 31 de dezembro de 2021, era de R$ 194.956, dividido em 194.955.803, ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal). A Companhia possui registrado em reserva de capital 160.054.920 ações a serem emitidas e subscritas aos conforme contraprestação baseado em ações divulgadas nas notas 1.2 (a), (c) e (d). Em 01 de abril de 2022, a controladora Simpar aportou R$ 500.000 com emissão de 500.000 novas ações, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de um real. Conforme mencionado na nota 1.2 (a) (ii), como parte da contraprestação da aquisição de 20% sobre a participação da Sagamar, a Companhia reconheceu R$ 24.799 em reserva de capital correspondente a 20.057.974 ações, que foram integralizados pelos mesmos montantes no capital social da Controladora, após a conclusão da troca de ações ocorrido em 23 de novembro de 2022. Em 04 de setembro de 2022, após fechamento da aquisição do grupo Autostar a Companhia reconheceu R$ 182.030 pela participação de 50% no grupo Autostar apresentado na nota 1.2 (c)(ii) registrando 144.624.426 de ações a serem emitidas em reserva de capital. Em 14 de setembro de 2022, com a aquisição do Grupo Green, a Companhia reconheceu R$ 19.740 pela participação de 20% no Grupo Green apresentado na nota 1.2 (d)(i) registrando 15.430.494 de ações a serem emitidas em reserva de capital.
A conclusão da troca de ações das aquisições do grupo Autostar e Green estão em andamento.

	31/12/2022	
Quantidade de ações	**Ações Ordinárias**	**(%)**
Acionistas		
Controladores	**694.955.803**	**79,4%**
Simpar	694.955.803	79,4%
Não controladores	20.057.974	2,3%
Total - Capital Social	**715.013.777**	**81,7%**
Reserva de capital - Contraprestação baseado em ações		
Não controladores	160.054.920	18,3%
Total	**875.068.697**	**100,0%**

6.2. Reserva de lucros - a) Distribuição de dividendos - Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser descontados do dividendo obrigatório anual. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os cálculos dos dividendos estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro líquido do exercício	94.271	15.518
Lucro líquido, base para proposição da reserva legal	**94.271**	**15.518**
(-) Reserva legal (5%)	(4.714)	(776)
Lucro líquido do exercício, base para proposição de dividendos	**89.557**	**14.742**
Dividendos mínimos (25%)	**22.389**	**3.686**

6.3. Reserva legal - A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar o prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva legal é de R$ 5.490 (R$ 776 em 31 de dezembro de 2021).

DIRETORIA EXECUTIVA

Sidnei José Bio Ongarelli

Denys Marc Ferrez

Samir Moises Giglio Ferreira

CONTADOR

Fernando Franco do Carmo - CRC 1SP 171760/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS (I)

Aos Administradores e Acionistas Original Holding S.A.
(i) Ressalta-se que o relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mansagem da administração dessa publicação resumida.

Tipo de Opinião - Sem modificação.

Barueri, 7 de março de 2023

pwc **Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes Ltda.**
CRC 2SP000160/O-5

Diogo Maros de Carvalho
Contador - CRC 1 SP248874/O-8

ESTADÃO
PUBLICIDADE LEGAL
Publique os atos societários da sua empresa no Estadão. Aqui sua publicidade legal é vista com transparência e credibilidade.
✔ Referência editorial em Economia & Negócios
✔ 14 vezes o veículo impresso mais admirado do País
✔ 148 anos de qualidade e credibilidade editorial
✔ Veiculação impressa diária de Publicidade Legal
✔ Plataforma Estadão RI de Atos Societários e Fatos Relevantes
LEIA O QR CODE E ACESSE O PORTAL DO ESTADÃO RI
Contato comercial
Fone: (11) 3856-2442
publicidade.legal@estadao.com
ESTADÃO RI
ESTADÃO BLUE STUDIO
ESTADÃO

IGA Participações S.A.

CNPJ 04.238.150/0001-99 NIRE 35300154860

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE JANEIRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 31.01.2023, às 16h30, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, Parque Jabaquara, em São Paulo (SP). **MESA:** Alexsandro Broedel Lopes - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Eleita Diretora **MARINA FAGUNDES BELLINI**, brasileira, casada, economista, RG/SSP 13.250.146-6, CPF 173.837.768-79, domiciliado em São Paulo (SP), na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setúbal, PI, Parque Jabaquara, CEP 04344-902, no mandato trienal em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2025. 2. Registrada, ainda que, a Diretora eleita: (i) apresentou os documentos comprobatórios do atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos arts. 146 e 147 da LSA, incluindo a declaração de desimpedimento, todos arquivados na sede da Companhia; e (ii) tomou posse nesta data. 3. Por fim, registrado que os demais cargos da Diretoria não sofreram alterações. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 31 de janeiro de 2023. (aa) Alexsandro Broedel Lopes - Presidente; Andre Balestrin Cestare - Secretário. **Acionista:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Alexsandro Broedel Lopes e Andre Balestrin Cestare - Diretores. JUCESP sob nº 98.562/23-0 em 07.03.2023. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SINDICATO DOS EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES DO COMÉRCIO NO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - DELIBERAÇÃO SOBRE CONTRIBUIÇÕES SINDICAL E ASSISTENCIAL - CLT - DELIBERAÇÃO SOBRE CONVENÇÃO E/OU DISSÍDIO COLETIVO - DIA 20 DE MARÇO DE 2023 - 1ª CONVOCAÇÃO ÀS 13:00h - 2ª CONVOCAÇÃO ÀS 14:00h - A Presidente do Sindicato em epígrafe, em cumprimento à cláusula 19ª dos Estatutos, CONVOCA a Categoria dos Empregados Vendedores-Pracistas e Viajantes, Vendedores-Motoristas, vendedores de Cosméticos, de Produtos Químicos, Agropecuários, Sanitários, de Bebidas, de Porta em Porta; Vendedores de Serviços, de Contratos de Locação entre outros, de Consórcio, de Carnês, de Planos de Saúde, de Fretes (agenciador de fretes), inclusive Vendedor Técnico; Inspetores, Supervisores, Chefes e Gerentes de vendas, Assistentes, Promotores, Demonstradores, Repositores, Degustadores, Contatos, e Assessores, de Vendas, inclusive vendedores por telefone, ligados a vendas externas, de empresas industriais e comerciais (incluídos serviços) sediadas no território do Estado de São Paulo, ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS (SINDICALIZADOS OU NÃO), para a ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na sede social da Entidade, na Rua Santo Amaro, nº 255 (Bela Vista), no dia **20 de março de 2023, em primeira convocação às 13:00h (treze horas),** e, em não sendo atingido o quórum estatutário para os associados**, a Assembleia será instalada em segunda e última convocação, às 14:00h (quatorze horas**), com qualquer número presente, no mesmo local e data, sendo automaticamente transformada em **Assembleia Extraordinária Permanente até o dia 20 de abril de 2023, das 10:00h às 15:00h de 2ª a 5ª feira (exceção feita às sextas-feiras, finais de semana e feriados)**, para apreciação da seguinte Ordem do Dia: a) Discussão sobre a Contribuição Sindical de lei – CLT e sua necessidade para a manutenção do sindicato e sua ação sindical; o respectivo desconto em folha - mês de março/abril 2023, e o consequente obrigatório recolhimento pelos empregadores, nos termos da nova lei; b) Discussão sobre a contribuição assistencial - artigo 513, "e" da CLT, sua necessidade para a manutenção do sindicato e sua ação sindical; a obrigatoriedade do respectivo desconto e consequente recolhimento, de trabalhadores da categoria, tanto associados como também de não associados, e ainda, quanto à adoção dos termos deliberados em assembleias, conforme art. 8, III e IV da Constituição Federal; c) Deliberação sobre a pauta de reivindicações sugerida pela Diretoria, à disposição de todos os interessados e sobre eventuais complementos; d) Deliberação sobre os poderes a serem concedidos à Diretoria para as negociações, tendo em vista a possibilidade de alteração de cláusulas normativas já estabelecidas, a substituição de cláusulas da pauta sugerida por equivalentes ou semelhantes e inclusão de cláusulas novas, alternativas, sempre no interesse Coletivo da Categoria, bem assim sobre os poderes à Diretoria para celebrar Convenção Coletiva, e, não ocorrendo esta, para instaurar o Dissídio, junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, incluindo os poderes de formular acordo, no seu curso; e) A Assembleia será aberta a todos os integrantes da Categoria, ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS (SINDICALIZADOS OU NÃO).

São Paulo, 10 de março de 2023. **Maria Neide Cardoso de Carvalho -** Presidente.

PENALTY | STADIUM

CAMBUCI S/A

Capital Aberto Autorizado
CNPJ 61.088.894/0001-08

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os acionistas da CAMBUCI S/A, convocados para participarem da AGOE que realizar-se-á no dia 12/04/2023, às 10:00 h em primeira convocação, de modo exclusivamente presencial, na sede administrativa da empresa, localizada na Av. Getúlio Vargas, 930, Marmeleiro, São Roque/SP, cuja pauta será a seguinte: AGO: a) exame, discussão e votação do relatório da Administração e Demonstrações Financeiras com pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2022; b) as contas dos administradores e o relatório da administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; c) a proposta da administração para a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; d) eleição dos membros do conselho fiscal; e) fixação do montante global dos honorários dos administradores; f) eleição dos membros do Conselho de Administração. AGE: a) alteração da razão social da Companhia para Penalty S.A. e adequação do art. 1º do Estatuto Social; b) consolidação do Estatuto Social. **Informações Gerais:** Para tomar parte e votar na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o acionista deve provar a sua qualidade como tal. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir à Companhia as procurações por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante à utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) até o momento de abertura dos trabalhos da respectiva Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 81/22, informamos que, para a adoção do processo de voto múltiplo, será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante para eleição de membros do Conselho de Administração, devendo tal solicitação ser encaminhada por escrito à Companhia até 48h (quarenta e oito horas) antes da data marcada para a realização da Assembleia ora convocada. A Companhia, conforme previsto na Resolução CVM 81/22, assegurará aos acionistas a possibilidade de exercerem seu voto a distância na AGO/E. O acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância poderá: (a) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia, caso estas disponibilizem esses serviços; (b) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja, o Itaú Unibanco S.A.; ou (c) preencher o boletim de voto a distância disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81/22 e no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia nos endereços indicados abaixo. Dos Documentos: em observância ao Artigo 133 da Lei nº 6.404/76 e à Resolução CVM 81/22, encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede e no website da Companhia (www.cambuci.com.br), no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo a proposta da administração e o boletim de voto a distância. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

Roberto Estefano
Presidente do Conselho de Administração

ECOTAUBATÉ AMBIENTAL S/A

CNPJ: 24.890.764/0001-68 - NIRE: 3530051237-5

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA "ECOTAUBATE AMBIENTAL S/A", LAVRADA EM FORMA DE SUMÁRIO.

DATA: 15/08/2022. **LOCAL E HORA:** Sede Social, localizada à Rua Padre José Rubens Bonafé, nº 653, Parque Bandeirantes, Taubaté/SP, CEP: 12.051-250, às 10:00 (dez) horas. **PRESENÇA:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social com e sem direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro "Presença de Acionistas". **CONVOCAÇÃO:** Convocados por carta convite, conforme documento arquivado na Companhia com o "ciente" de todos os acionistas, em conformidade com o Parágrafo 4º do artigo 124, da Lei 6.404/76. **MESA:** Hugo Nery dos Santos, Presidente e Caio Marco de Stefano, Secretário. **ORDEM DO DIA: a)** Ampliação do objeto social da Companhia; e **b)** Alteração da redação do artigo 4º do estatuto social da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Foram aprovadas, por unanimidade da totalidade dos acionistas, as seguintes deliberações, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: **I –** Aprovar, sem restrições, a ampliação do objeto social da Companhia para incluir a fabricação de adubos biológicos a partir da compostagem e a fabricação de adubos e fertilizantes organominerais; **II –** Aprovar, sem restrições, a alteração da redação do Artigo 4º do estatuto social da Companhia, que passará a ter a seguinte redação: "**Artigo 4º.** Constitui o objeto social da Companhia a prestação, pela Companhia, dos seguintes serviços na área de concessão: **a)** Execução das obras; **b)** Construção e operação da Unidade de Tratamento de Resíduos, conforme os termos do Edital, a ser implantado e operado mediante a realização de obras e serviços; **c)** Coleta manual e mecanizada, transporte, tratamento e destinação final de rejeitos, de resíduos sólidos domiciliares, e de varrição de feiras livres e de logradouros; **d)** Construção de um aterro de inertes e de uma usina de processamento e reciclagem de entulho da construção civil; **e)** Implantação da coleta seletiva regular e transporte ao destino final (central de triagem e reciclagem); **f)** Implantação de uma central de triagem e reciclagem com capacidade de processamento de 30 ton/dia, conforme os termos e prazos do Edital nº 12-II/14; **g)** Desenvolver, implantar, e manter programa de conscientização ambiental; **h)** Implantar e operar uma central de atendimento dos serviços contratados ao usuário final; **i)** Realizar coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos de saúde (RSSS) da rede pública da Prefeitura Municipal de Taubaté, classificados nos grupos "A" e "E" de acordo com a Resolução CONAMA nº 358/05 e ANVISA nª 306/04, com a implantação de Unidade de Tratamento de RSSS para os grupos "A" e "E"; **j)** Implantação, operação, manutenção e monitoramento de Unidade de tratamento de resíduos domiciliares, utilizando tecnologia de redução de massa; **k)** Limpeza de Feiras Livres em áreas e logradouros públicos; **l)** Varrição Manual e Mecanizada de Vias Públicas; **m)** Realização dos serviços complementares de limpeza urbana: lavagem de vias e logradouros públicos; serviços de roçada, poda e corte de galhos, remoção papéis e materiais dispersos em áreas verdes; pintura de meio fio; equipe de serviços diversos; serviços de lavagem de monumentos e prédios públicos; remoção de materiais e entulhos, de forma manual e mecanizada, depositados irregularmente nas vias e logradouros públicos e/ou provenientes de obras públicas; **n)** Fabricação de adubos biológicos a partir da compostagem; e **o)** Fabricação de adubos e fertilizantes organominerais." (...) **PARECER DO CONSELHO FISCAL**: Não há Conselho Fiscal permanente nem foi instalado no presente exercício. **DISSIDÊNCIAS**: Não houve dissidências, protestos, propostas ou declaração de votos de acionistas. **ASSINATURAS**: Construtora Marquise S/A, por Hugo Nery dos Santos e Luiz Gustavo Liborio Vianna e Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Eireli, por Caio Marco de Stefano. **ESTÁ CONFORME O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO. Hugo Nery dos Santos - Presidente, Caio Marco de Stefano - Secretário.** Ata registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP em 24.02.2023, sob o nº 86.281/23-9, assinada pela sua Secretária Geral, Gisela Simiema Ceschin.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2023 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS PERECÍVEIS - CARNE BOVINA, SUÍNA, AVES, PEIXES E EMBUTIDOS PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, COM RESPECTIVAS QUANTIDADES PARA REGISTRO DE PREÇO DO PERÍODO COMPREENDIDO DE 12 (DOZE) MESES, COM ENTREGA PONTO A PONTO NO MUNICÍPIO DE ARUJÁ. Disputa: dia 24/03/2023 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 09 de março de 2023

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 067/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE PRODUTOS PARA SAÚDE - PARTE VII (KIT DE LARINGOSCÓPIO, LÂMINAS E OUTROS), PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DESTE EDITAL.**DO TIPO:** MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 10de março de 2023 a 23 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 23de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 23 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477|CLFOR.**

Fortaleza – CE, 09 de março de 2023.
CARLOS HENRIQUE ROCHA ALMEIDA
Pregoeiro(a) da CLFOR

Fortaleza PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 068/2023**.
ORIGEM: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A SELEÇÃO DE EMPRESA PARA O REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E EVENTUAIS DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE FORTALEZA - SMS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.
DESTE EDITAL.**DO TIPO:** MENOR PREÇO.
FORMA DE FORNECIMENTO: POR DEMANDA.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 10 de março de 2023 a 23 de março de 2023 até às 10h00min. **(Horário de Brasília)**, estará recebendo as **Propostas de Preços** e Documentos de Habilitação referentes a este Pregão, no Endereço Eletrônico www.comprasnet.gov.br. A **Abertura das Propostas** acontecerá no dia 23 de março de 2023, às 10h00min. **(Horário de Brasília)** e o início da **Sessão de Disputa de Lances** ocorrerá a partir das 10h00min. do dia 23 de março de 2023. O **edital** na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Central de Licitações | Avenida Heráclito Graça, 750, CEP: 60.140-060 - Centro – Fortaleza-CE, no portal ComprasFor: https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/index.asp, no www.compras.gov.br, assim como no Portal de Licitações do TCE-CE: https://licitacoes.tce.ce.gov.br/. Maiores informações pelo telefone: **(85) 3452.3477 |CLFOR.**

Fortaleza – CE, 09 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

JOCKEY CLUB SÃO VICENTE

ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos das disposições Estatutárias e Regimentais convoco os senhores Sócios Proprietários do Jockey Club São Vicente para a Assembleia Geral Eleitoral a realizar-se no próximo dia 31 de março de 2023, sexta-feira, para eleição e posse dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, para o triênio de 2023 a 2026. Será instalada a Mesa Eleitoral que funcionará como escrutinadora e apuradora, a saber: Mesa - Hipódromo Vicentino- "Salão Fábio Salvador Bei" Praça Matteo Bei nº 350 - São Vicente. Horário de Funcionamento: das 10h às 17horas. Presidente: Dr. Walter de Araujo, 1º Secretário: João Kaplar Filho, 2º Secretário: Dr. Antonio Moreno Junior Apuradoras: Sirlany Batista da Silva e Roseli Guerra Simões Scioli

OBSERVAÇÔES: **1 –** Após o encerramento da votação, os Apuradores designados, na presença dos interessados, procederão à apuração do pleito, cujo relatório será entregue ao Presidente da Mesa, depois de dirimidas quaisquer dúvidas, se houverem. Nesse momento, a Assembleia Geral Ordinária se reinstalará com sua Mesa Inicial, procedendo à anunciação oficial dos resultados, proclamando os eleitos; **2 –**Qualquer sócio-proprietário poderá coordenar a composição de Chapas e concorrer às eleições gerais, desde que tenha mais de 3 (três) anos de quadro associativo, e tenha autorização, por escrito, à inclusão dos nomes constantes da Chapa concorrente, respectivamente, ao Conselho Deliberativo, Fiscal e de Administração. Ao coordenador de cada Chapa caberá, a seu exclusivo critério, formar a sua Chapa com os nomes que lhe aprouver; **3 –** Para o registro de cada chapa, cada um dos Conselhos, é obrigatória a constituição integral, com a indicação dos candidatos a Presidente e Vice-Presidentes - Administradores - do Conselho de Administração, a 20 (vinte) candidatos a membros efetivos e 20 (vinte) candidatos a membros suplentes do Conselho Deliberativo e de 07 (sete) candidatos a membros do Conselho Fiscal. As chapas incompletas não serão registradas; **4 –** As Chapas organizadas para concorrer às eleições, deverão ser apresentadas na Secretaria do Club, no horário do expediente, encaminhadas por requerimentos distintos, solicitando os seus respectivos registros, com as denominações que lhes aprouver dar a cada Chapa e cujo requerimento deverá ser assinado pelo primeiro signatário da Chapa, com firma reconhecida em Cartório, ou na Secretaria do clube, se houver cadastro dos candidatos devidamente atualizados; **5 –** As Chapas concorrentes poderão ser inscritas até às 17 horas do dia 20 de março, segunda-feira, na Secretaria do Club; **6 –** A Chapa que sofrer qualquer tipo de impugnação, por ocasião de seu registro, disporá de 48 horas, improrrogáveis, para regularizar as falhas, ou eventuais substituições de nomes impugnados; **7 –** Nenhum candidato poderá inscrever-se em mais de uma chapa; **8 –** O Sócio-Proprietário poderá votar por PROCURAÇÃO, desde que a registre na Secretaria com antecedência de 48 horas em relação ao evento a que se destina, a qual deverá constar à obrigatoriedade do instrumento, inclusive com a data correspondente. As procurações deverão ser reconhecidas em Cartório ou na Secretaria do clube, se os associados outorgantes dispuserem de cadastros atualizados ou abonadas por dois associados proprietários. Cada associado não poderá representar mais de 5 (cinco) associados por procuração; **9 –** Os casos omissos serão resolvidos, soberanamente, pelo presidente da Mesa Eleitoral e em grau de recurso pelo presidente da respectiva Assembléia Eleitoral.

São Vicente, 10 de março de 2023. - MARIA JOSÉ ROMA FERNANDES DEVESA - Presidente do Conselho de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal de São Paulo convida o público interessado a participar de **Audiência Pública Semipresencial** da Comissão para discutir a seguinte matéria:

- PL 81/2023, de autoria do Executivo – Ricardo Nunes, que *"Estabelece a majoração das multas previstas na Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que "Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo"; e na Lei nº 14.803, de 26 de junho de 2008, que "Dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes" e acrescenta dispositivo ao art.169 da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002."*

Data: **13/03/2023**
Horário: **17h00**
Local: **Auditório Prestes Maia (1º andar) e Auditório Virtual**
Para assistir: Será permitido o acesso do público até o limite de capacidade do auditório. O evento será transmitido ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, através dos Auditórios Online [**www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online**], e pelo canal da Câmara Municipal no YouTube [**www.youtube.com/camarasaopaulo**].
Para participar: Inscreva-se para participar ao vivo, por videoconferência, através do Portal da CMSP na internet, em:
http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciaspublicas. Também serão permitidas inscrições para participação do público presente no auditório.
Para maiores informações: **ccj@saopaulo.sp.leg.br**

Vêm aí
Em 2023
Totalmente renovados

summits ESTADÃO

- Novas oportunidades para evidenciar a sua marca
- Cotas de patrocínio feitas sob medida
- Não perca a chance! Mais informações: summit@estadao.com

Trilhas de conhecimento para desafios atuais, inovação e perspectivas de futuro que aprofundam o conteúdo dos temas

Painéis de debates Direto da Redação e Visão do Mercado

Seleções Paladar e Eldorado

Eventos híbridos

Transmissão online e gratuita

INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
IMOBILIÁRIO
MOBILIDADE
ESG
FUTEBOL
EDUCAÇÃO
festival START
SAÚDE
AGRO
INOVAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

Política monetária Seminário de Análise Conjuntural

Pressão política e incerteza fiscal afetam ação do BC, dizem economistas da FGV

VINICIUS NEDER
RIO

A condução da política monetária brasileira pelo Banco Central (BC) seguirá desafiadora em 2023. Os motivos são o cenário internacional de juros elevados e de crescimento baixo, as incertezas sobre os desequilíbrios nas contas do governo e as pressões políticas sobre a autoridade monetária, em discursos e declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seus ministros. A avaliação é de pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), que participaram ontem do 1.º Seminário de Análise Conjuntural, organizado em parceria com o **Estadão**, em formato virtual.

Segundo José Júlio Senna, diretor do Centro de Estudos Monetários (CEM) do FGV Ibre, o cenário externo aponta para a necessidade de um ciclo mais forte de elevação dos juros americanos, pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), o que diminuiria o espaço para o BC do Brasil reduzir a taxa básica Selic (hoje, em 13,75% ao ano).

No quadro doméstico, com os preços pressionados e as expectativas de inflação em elevação, não há espaço para o BC reduzir juros por aqui. "Não parece que haja muita coisa que o BC possa fazer. O certo é que ele não vai afrouxar a política monetária sem uma justificativa muito boa", afirmou Senna.

> **Pessimismo**
> **'As expectativas de inflação continuam subindo', diz Castelar, pesquisador do FGV Ibre**

Na visão de Senna, diante de sinalizações da equipe econômica, principalmente no sentido de buscar aumentos da arrecadação tributária, o BC poderá até fazer ajustes em seu "balanço de riscos", citados em seus comunicados, mas não há atalhos para reduzir os juros. "Nada substitui um ajuste fiscal robusto", disse.

AJUSTE NAS CONTAS. O problema é que há pouco otimismo com a possibilidade de o atual governo federal caminhar no sentido de um ajuste, cujas esperanças estão depositadas no novo arcabouço de regras fiscais a ser anunciado pela Fazenda. Para Armando Castelar, também pesquisador do FGV Ibre, a proposta da equipe econômica deverá ser "mais uma promessa" do que "algo que amarre os gastos". "Na ausência de alguma coisa que segure o gasto, o governo está tentando aumentar a arrecadação tributária", afirmou.

Com isso, as expectativas de inflação seguem subindo. Castelar citou as cotações dos títulos da dívida pública, que apontariam para inflação implícita de 6,3%, "muito longe da meta" de inflação, de 3,25% para este ano – a inflação implícita é calculada com base nas taxas de juros dos títulos públicos negociados no mercado; quando os investidores veem incertezas no horizonte, tendem a desvalorizar as cotações dos títulos, o que eleva as taxas, aumentando a inflação implícita. "O mercado está dizendo que não acredita que a inflação vai cair nem para baixo do teto da meta. Esse é o desafio do BC", afirmou. ●

CAMPO BELO - SÃO PAULO - SP
É HOJE!
ÁREA ÚTIL DE APROX. 363,06 m²
APARTAMENTO AMPLO COM VARANDA GOURMET
ÁREA DE LAZER • 4 VAGAS DE GARAGEM
ÓTIMA LOCALIZAÇÃO, PRÓXIMO AO SHOPPING IBIRAPUERA
LEILÃO SOMENTE ONLINE EM 10/03/23 - 15h
LANCE INICIAL: R$ 1.700.000,00
São Paulo/SP. Campo Belo. Rua República do Iraque, 1391. Edifício Piazza Venetto. Apartamento nº 4 (4º andar), c/ direito ao uso de 04 vagas de garagem indeterminadas (1º e 2º subsolos do edifício) e sujeitas ao auxílio de manobrista. Área útil de aprox. 363,06 m², área de garagem de aprox. 144,54 m², área comum de aprox. 138,92 m² e área total de aprox. 646,34 m². Insc. municipal 086.175.0136-7. Matrícula 137.473 do 15º RI local. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com Sr. Orlando Costa, tel.: (11) 98474-8888, ou com o Sr. Leonardo Costa, tel.: (11) 98800-4343.
Mais informações: (11) 2464-6463 e af@sodresantoro.com.br.
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
APONTE A CÂMERA DO SEU CELULAR PARA O CÓDIGO AO LADO E ACESSE ESTE LEILÃO.
Consulte edital completo no site. Informações: 11 2464-6464
DESOCUPADO
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS

Indicadores Com carteira assinada

País cria 83,2 mil vagas formais em janeiro, diz Caged

O Brasil criou 83.297 vagas com carteira assinada em janeiro, segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho. O resultado ficou abaixo do registrado no mesmo período do ano passado (167.269 vagas).

O resultado em janeiro foi puxado pelo desempenho do setor de serviços, com a criação de 40.686 postos formais, seguido pela construção, que abriu 38.965 vagas. Na indústria em geral, houve abertura de 34.023 vagas em janeiro, enquanto houve um saldo positivo de 23.147 postos de trabalho no agronegócio. Já o comércio registrou o fechamento de 53.524 vagas no mês. "Esse número negativo no comércio já era esperado, porque em janeiro tradicionalmente já observamos o fechamento dos vínculos temporários", disse o economista da LCA Consultores Bruno Imaizumi. ● ANTONIO TEMÓTEO/BRASÍLIA

Montadoras **Novos negócios**

Com novos carros elétricos e híbridos, Caoa confirma retomada de fábrica

Empresa amplia segmento de eletrificados com modelos da coreana Hyundai; plano de retomar produção na unidade de Jacareí está mantido, diz novo presidente

CLEIDE SILVA

Em um movimento para mostrar sua nova fase no mercado brasileiro, o Grupo Caoa, agora comandado por Carlos Alberto de Oliveira Andrade Filho, apresentou nesta semana três automóveis híbridos e elétricos da marca Hyundai que serão vendidos com exclusividade no País pela empresa brasileira a partir deste mês.

Além de introduzir no País os primeiros veículos eletrificados da marca coreana, com a qual a Caoa tem parceria desde 1999, a ampliação da gama de modelos com essas tecnologias faz parte da guinada que Andrade Filho planeja para o grupo rumo à eletrificação.

A Caoa já produz dois modelos híbridos flex da coligada Chery na fábrica de Anápolis (GO), o Tiggo 5 e o Tiggo 7, mas a intenção é ter uma gama completa de produtos menos poluentes do que os carros a combustão, parte deles importada e parte com produção local.

"O Brasil caminha para a eletrificação, não necessariamente com modelos 100% elétricos, que também vão chegar, mas mais para frente", afirma Andrade Filho em seu primeiro encontro com jornalistas desde que assumiu o cargo de CEO do grupo, em outubro do ano passado.

Carlos Alberto de Oliveira Andrade, seu pai, fundou em 1979 a Caoa (iniciais de seu nome), e esteve à frente dos negócios até falecer, em agosto de 2021. Foi ele quem trouxe para o Brasil a marca Hyundai, assim como a francesa Renault, anos antes.

O grupo hoje, além da produção de modelos Hyundai e Chery, tem várias concessionárias, locadora, seguradora e consórcio próprios.

LANÇAMENTOS. Ainda neste mês, a Caoa inicia as vendas do fastback (mistura de sedã e utilitário-esportivo) Ioniq híbrido. O modelo já rodava pelo País desde novembro, mas apenas por meio de locação feita pela empresa do ramo pertencente ao próprio grupo.

Em julho, começam as vendas do SUV compacto Kona híbrido e, em agosto, da versão elétrica – que, segundo a empresa, tem 250 quilômetros de autonomia com a bateria totalmente carregada. Os preços dos três modelos importados da Coreia serão anunciados nos próximos dias.

O objetivo do grupo é ampliar sua presença no segmento de veículos eletrificados. "Neste início de ano, mais de 50% das nossas vendas foram dos modelos híbridos", informa Andrade Filho.

FÁBRICA EM SÃO PAULO. Aos 23 anos e formado em administração e marketing pela Brown University, nos Estados Unidos, Andrade Filho informa que o plano de reabrir a fábrica de Jacareí, no interior de São Paulo, está mantido para 2025. A produção de modelos da Chery foi suspensa em maio do ano passado.

Na ocasião, o grupo brasileiro, dono de 50% da companhia chinesa, informou que a planta seria remodelada para produzir veículos elétricos e híbridos.

Com o anúncio, há duas semanas, de que a matriz da Chery vai construir uma fábrica para carros elétricos na Argentina, houve especulações no mercado de que a unidade do interior paulista não retomaria a produção de veículos. Hoje, as instalações são usadas para serviços de logística.

"Não mudamos nada em nossos planos, e a fábrica de Jacareí voltará a funcionar em 2025", afirma Andrade Filho. Segundo ele, apesar de a unidade de Goiás ter capacidade para ampliar sua produção, o grupo precisa da planta paulista para seus projetos futuros.

VIAGEM À CHINA. Ontem, ele e o vice-presidente executivo da Caoa, Marcelo de Oliveira Elias, embarcaram para a China, onde vão participar de um evento e discutir com executivos da matriz da Chery futuros produtos que serão feitos no Brasil, parte deles em Goiás e parte em São Paulo.

De acordo com Andrade Filho, uma eventual fábrica da Chery no país vizinho vai, inclusive, ajudar a ampliar exportações do Brasil, já que o acordo do Mercosul prevê, pelo menos até 2029, uma reciprocidade entre exportações e importações.

Além dos três modelos eletrificados, a Caoa mostrou também versões atualizadas do SUV Tucson e do comercial leve HR – ambos são produzidos em Anápolis e passaram por pequenas reestilizações.

A empresa iniciará em breve a pré-venda do Kona de forma online, assim como as encomendas do Tucson e do HR – que, segundo Andrade Filho, é líder em vendas no seu segmento.

O veículo é utilizado principalmente por empresas de logística no transporte de cargas nas áreas urbanas das grandes cidades. ●

TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Andrade Filho, novo presidente do Grupo Caoa; rumo à eletrificação

"O Brasil caminha para a eletrificação, não necessariamente com modelos 100% elétricos"

"Neste início de ano, mais de 50% das vendas foram de híbridos"
Carlos Alberto de Oliveira Andrade Filho
Presidente da Caoa

Varejo **Espanhola Mango**

Concorrente da Zara volta ao Brasil para tentar conquistar classe média

WESLEY GONSALVES

Dez anos depois de fechar sua última loja no Brasil, a marca espanhola de moda Mango voltará a ser comercializada no País – agora, no mundo virtual. O retorno ocorre em meio aos investimentos da empresa para ampliar a internacionalização e enfrentar a sua rival, também espanhola, Zara. Por aqui, o retorno da marca tem uma responsável: a Dafiti, que terá a exclusividade dos produtos da empresa.

O e-commerce de moda adquiriu os direitos de revenda dos produtos da companhia espanhola e será a representante da fast fashion no País. O investimento não foi divulgado.

Fabio Fadel, diretor comercial da Dafiti, diz que os produtos da Mango chegam ao portfólio de itens do segmento premium do site depois de uma negociação que durou nove meses. O executivo afirma que a escolha da Mango se deu pela relevância internacional.

"Não é um produto difícil de digerir, porque ele tem informação de moda, mas é um produto comercial, casual e tradicional, o que é de fácil entrada no público feminino e no da Dafiti", diz Fadel.

Inicialmente, o e-commerce oferecerá apenas peças do universo feminino, mas, segundo o executivo, no futuro, a depender do desempenho, a empresa deve ampliar a grade de produtos com itens masculinos e infantil.

Fadel afirma que, assim como na Espanha, por aqui a principal concorrente da nova etiqueta será a fast fashion Zara, empresa que desembarcou no Brasil pouco antes de a Mango fechar suas lojas aqui. "A nossa ideia é promover esse acesso dessa marca e brigar (*por mercado*) com a Zara", diz.

O especialista em varejo e fundador da Varese Retail, Alberto Serrentino, explica que, assim como a Zara, a Mango está posicionada no mundo como um produto de fast fashion massificado, mas no Brasil, dado o custo de importação dos produtos, acaba sendo reposicionada no mercado local como um item premium. "Quem viaja conhece a Mango, porque a marca está no mundo todo", diz. Por aqui, as peças chegam ao site de moda com tíquete médio das peças entre R$ 280 e R$ 300. ●

Acordo
Marca espanhola retorna ao País por meio de uma parceria com a Dafiti, loja virtual de roupas

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 449/2023.
Pregão Eletrônico nº 15/2023.

Objeto: Aquisição de veículo automotor utilitário, tipo pick-up, zero-quilômetro.
Data limite para recebimento das propostas e documentos de habilitação: 24/03/2023 até as 08:59:59 horas.
Abertura, avaliação das propostas e documentos de habilitação e início da sessão pública de disputa de preços: 24/03/2023 – 09:00:00 horas.
Sítio eletrônico: www.bbmnetlicitacoes.com.br
O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Ourinhos (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, bem como no endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias (www.bbmnetlicitacoes.com.br), sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser registrados e obtidos diretamente na plataforma da Bolsa Brasileira de Mercadorias.
Ourinhos, 09 de março de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO - CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2023
Dispensa de Licitação nº 05/2023
Processo nº 398/2023.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural, destinada ao aten-dimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
Data de recebimento e abertura dos envelopes "Documentos de Habilitação" e "Projeto de Venda": 04 de abril de 2023 às 09:00 horas.
Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ourinhos, sito à Travessa Vereador Abrahão Abujamra, nº 70, fundos, Centro.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Diretoria de Estratégia de Aquisições de Materiais, Bens e Serviços, sito à Rua Euclides da Cunha, nº 522, Centro, no horário comercial, no site da Prefeitura (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações ou mediante requerimento da empresa enviado via e-mail para licitacao.pmo@gmail.com, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Diretoria ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramal 6123.
Ourinhos, 09 de março de 2023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE AMERICANA

Acha-se aberta a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 05/2022 – Processo PCSP-PRC n.º 2022/09129, Tipo Menor Preço, para contratação de serviços de depósito e guarda de veículos automotores e outros tracionados apreendidos em decorrência da prática de atos característicos de polícia judiciária, com disponibilização e administração de pátios, nos municípios abrangidos pela Delegacia Seccional de Polícia. A Sessão Pública de processamento de Pregão Eletrônico será realizada na Delegacia Seccional de Polícia de Americana, localizada à Avenida Brasil nº 104, Centro, Americana/SP, no dia 22/03/2023, às 10:30 horas. O Edital poderá ser obtido no local acima, no horário das 09 às 17horas, ou no sítio www.bec.sp.gov.br – pregão eletrônico" OFERTA DE COMPRA – 180287000012023OC00007.

E D I T A L - DESMEMBRAMENTO SEM DENOMINAÇÃO – MATRÍCULA 22.947

A Oficial Delegatária HELENA SAYOKO ENJOJI, do Registro de Imóveis da cidade, município e comarca de BROTAS, Estado de São Paulo, FAZ PÚBLICO, que foram apresentados na Serventia, por DIEGO DANIEL ALVAREDO, brasileiro, solteiro, administrador, RG.40.033.335-1/SSP-SP, CPF.423.362.268-71, residente e domiciliado em Brotas/SP, na Avenida Péricles de Albuquerque Pinheiro nº 198, Jardim Planalto, requerimento instruído dos documentos previstos na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, para Registro Especial de Desmembramento (desdobro) do imóvel situado no município de BROTAS, consistente em: UM TERRENO URBANO sem benfeitorias, situado na Rua Edson Marrega, sem número, esquina com a Rua Napoleão Prata, compreendido pelo LOTE 07 e 08 da QUADRA F, do loteamento CAMPOS ELISEOS II, nesta cidade e comarca de Brotas, com a área de 10.157,71 metros quadrados, com a descrição constante da matrícula nº 22.947 deste Registro de Imóveis, com memorial descritivo e mapa elaborados pelo engenheiro civil Angelo Vicente Bissoli – CREA nº 5069916706-SP. O plano do DESMEMBRAMENTO SEM DENOMINAÇÃO – MATRÍCULA 22.947 é formado por 08 lotes abrangendo toda a área disponível, observados os padrões urbanísticos estabelecidos pela municipalidade de Brotas, bem como as cláusulas restritivas indicadas no Contrato-Padrão. Possui toda infraestrutura de rede distribuidora de água, rede coletora de esgotos, pavimentação asfáltica, guias e sarjetas e galeria de águas pluviais. A presente publicação é para efeito de, decorrido o prazo de quinze 15 dias da última publicação do presente edital sem qualquer impugnação de terceiros ou deste ofício, proceder-se ao registro de que trata o artigo 19, parágrafo 1º da Lei Federal 6766/79. Dado e passado em cartório do Oficial do Registro de Imóveis, etc., aos 06 de Março de 2023. A Oficial Delegatária, (a) (Helena Sayoko Enjoji).

LOCALIZAÇÃO SEM ESCALA

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS MÉDICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SECMESP – CNPJ 61.054.623/0001-3. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL COM EMPREGADOS DA UNIMED DE MARÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados todos os empregados da **UNIMED DE MARILIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL** que faremos realizar no dia 29 de março de 2023, em primeira convocação às – 08H00, com o número legal, ou em segunda convocação às 09H00, com qualquer número de presentes, em ambiente virtual que poderá ser acessado pelo endereço: www.secmesp.org.br através do botão assembleias virtuais, onde, a partir do dia 22/02/2023, acessará a página com edital, proposta de acordo e explicação sobre o mesmo, onde poderá também tirar suas dúvidas previamente. Para acessar esta página virtual será obrigatório o número do CPF/MF, data nascimento e número de matrícula do empregado. No horário estabelecido para a assembleia, será aberta a possibilidade para que possa votar, sendo que o horário de votação será até as 11H00, e caso o trabalhador não consiga manifestar o seu voto na plataforma da assembleia, poderá votar por e-mail, encaminhando seu voto, no mesmo horário, através de uma mensagem para votosecmesp@gmail.com informando se é a favor ou contra o acordo proposto, porém, aqueles que tiverem efetuado o seu voto pelos dois canais terá seu voto por e-mail ignorado.
JUSTIFICATIVA Considerando que o artigo 3º da Lei 14.309/22 e o artigo 4º-A da Lei 13.019/2014 permite a realização de reuniões e assembleias das entidades civis de direito privado, como é um sindicato, a assembleia será realizada virtualmente por meio telemático, com processo de deliberação em plataforma digital (internet), contendo a apresentação da proposta e acesso ao interessado para perguntas pertinentes e votação secreta na plataforma, o que assegura o direito de voz e voto dos participantes. **ORDEM DO DIA:** A ordem do dia será: autorização ou não dos empregados da **UNIMED DE MARÍLIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, para o SECMESP promover e formalizar por dois anos, a partir da data da assembleia, um acordo coletivo de trabalho que adotará a marcação do horário de trabalho prestado à distância ou presencial, ou ambos de forma híbrida, via dispositivo remoto, acionado pelo empregado em computador e celular, através de software certificado, conforme autoriza a Portaria nº 671 de 08 de novembro de 2021 (DOU 08/11/2021) do Ministério do Trabalho e Previdência que regula o "Sistema Alternativo Eletrônico de Ponto" em caso de aprovação. Na hipótese de não aprovação o acordo não será firmado.
Encerrado o processo de votação eletrônica, os votos serão apurados e o resultado publicado no site do sindicato, no mesmo endereço eletrônico, em até um dia útil imediatamente posterior ao da assembleia.
Campinas, 09 de março de 2023

EDSON PEREIRA DA SILVA – VICE—PRESIDENTE

CETESB
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 43.776.491/0001-70

AVISO DE PRORROGAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO N° 1/2022/329

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para atuar como Administradora de Benefícios ou Operadora de Planos de Saúde, visando à disponibilização de planos privados de assistência à saúde coletivo empresarial ou por adesão aos empregados da CETESB (ativos e seus dependentes), em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Por motivo de ordem administrativa informamos, que: a data limite para entrega da proposta fica prorrogada para **17/03/2023.** Informamos também que as respostas aos esclarecimentos e impugnações estão disponíveis no site CETESB, www.cetesb.sp.gov.br, em arquivo compactado, juntamente com o Edital.

CETESB

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

PORTO SAÚDE - OPERAÇÕES DE SAÚDE S.A.

CNPJ/ME nº 46.728.667/0001-06 - NIRE 35300597303

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2022

1. Data, Hora e Local: 29 de dezembro de 2022, às 10h, na sede social da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Edifício Guaianases, 8º andar, Sala 02, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01205-001. **2. Presença:** Acionista única representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. Presente também, a nova acionista **Porto Seguro S.A.,** CNPJ/ME nº 02.149.205/0001-69, neste ato representada por seus diretores Sr. Celso Damadi e Sr. Lene Araújo de Lima. **3. Composição da Mesa:** Sr. Celso Damadi - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do dia:** (i) o aumento do capital social, com a consequente alteração do artigo 5º, do estatuto social da Companhia; e (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia. **5. Deliberações:** A acionista titular da totalidade do capital social da Companhia: **5.1** Aprovou, o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 7.812.115,93 (sete milhões, oitocentos e doze mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos), passando de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para R$ 7.822.115,93 (sete milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos), mediante a emissão de 7.812.115 (sete milhões, oitocentas e doze mil, cento e quinze) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista ingressante **Porto Seguro S.A.** e integralizadas mediante a conferência de 3.367.414.898 (três bilhões, trezentos e sessenta e sete milhões, quatrocentas e quatorze mil, oitocentas e noventa e oito) de quotas, representativas da totalidade do capital social da **Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda.** ("Portomed"), sociedade com sede na Rua Guaianases, nº 1.238 - Mezanino/Parte, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 11.565.995/0001-54, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.2.2886210.7 e de 1.675.000 (um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil) de quotas, representativas da totalidade do capital social da **Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda.** ("Porto Odonto"), sociedade com sede na Rua Guaianases, nº 1.238, Mezanino/Parte, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 13.991.711/0001-17, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.2.2886359.6, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de propriedade única e exclusiva da **Porto Seguro S.A.,** sociedade com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.149.205/0001-69, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0015166.6, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor, Sr. **Celso Damadi,** brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.935.318-03 e por seu Diretor Sr. **Lene Araújo de Lima,** brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 118.454.608-80, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, que passa a ser acionista da Companhia, nos termos do boletim de subscrição anexo a esta ata (Anexo I - Boletim de Subscrição). 5.1.1 As ações emitidas totalizaram R$ 7.812.115,93 (sete milhões, oitocentos e doze mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos), preço fixado com base nas características do investimento realizado pela acionista, bem como na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinado integralmente para a formação do capital social da Companhia. **5.2** Aprovou a indicação da Avaliadora para elaboração dos Laudos de Avaliação das quotas que serão conferidas, conforme item "5.1", acima; 5.2.1 As quotas conferidas à Companhia, para fins de integralização do aumento de capital aprovado neste ato, foram avaliadas por seu valor patrimonial contábil, conforme apurados em laudos de avaliação elaborados pela Consulcamp Auditoria, com endereço no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Conceição, nº 233, cj. 2.310, 23º andar, Centro, CEP 13010-916, inscrita no CNPJ sob o nº 09.286.707/0001-80 e inscrita no CRC/SP sob o nº 024.818-O/5 ("Avaliadora"), datado de 29 de dezembro de 2022, constante do anexo a esta ata ("Anexo II - Laudo de Avaliação"). As acionistas aprovam, para todos os fins, o Laudo de Avaliação e os valores das quotas contidos no Laudo de Avaliação, bem como ratificam a nomeação da Avaliadora para a sua elaboração, nos termos dos artigos 8º e 170, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.3** A acionista Porto Saúde Participações S.A. renuncia expressamente ao seu direito de preferência à subscrição das novas ações emitidas pela Companhia em favor da subscritora, conforme o artigo 171, da Lei das Sociedades por Ações. **5.4** Aprovou a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, da deliberação referida neste item. Assim, o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 7.822.115,93 (sete milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos), dividido em 7.822.115 (sete milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.5** Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, a fim de refletir o todo deliberado nesta Assembleia, passará a vigorar na forma do Anexo I a esta ata ("Anexo I - Estatuto Social Consolidado da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A."). **6. Documentos Arquivados na Sociedade:** Procurações, Boletim de Subscrição, Laudos de Avaliação e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata, em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 29 de dezembro de 2022. (ass.) **Presidente:** Sr. Celso Damadi; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Saúde Participações S.A.,** por seus Diretores, Sr. Celso Damadi, Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e Sr. Lene Araújo de Lima, Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional. Acionista ingressante: **Porto Seguro S.A.,** por seus Diretores, Sr. Celso Damadi, Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e Sr. Lene Araújo de Lima, Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Celso Damadi - **Presidente;** Aline Salem da Silveira Bueno - **Secretária. Anexo I - Estatuto Social Consolidado da Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º - A Porto Saúde - Operações de Saúde S.A.** é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1475, Edifício Guaianases, 8º andar, sala 02, Campos Elíseos, CEP 01205-001. **Parágrafo único:** Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º -** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 7.822.115,93 (sete milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze reais e noventa e três centavos), dividido em 7.822.115 (sete milhões, oitocentos e vinte e dois mil, cento e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º -** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º -** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10 -** Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 11 -** A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º:** As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º:** Nos termos da artigo 124, §4º da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º:** A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º:** Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou a distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12 -** As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13 -** As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14 -** Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1:** Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º:** Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração: Artigo 15 -** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 5 (cinco) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) CEO - Saúde; (iii) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional; (iv) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; e (v) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo único:** A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16 -** O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º:** A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º:** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17 -** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º:** As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não. **Parágrafo 2º:** Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º:** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18 -** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19 -** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo único:** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar todos os poderes outorgados e, exceto se para fins de representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo determinado, não superior a 1 (um) ano. **Artigo 20 -** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo único:** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 21 -** A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22 -** Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo único:** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas: Artigo 23 -** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo único:** Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados: Artigo 24 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25 -** O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do caput do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º:** Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º:** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26 -** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27 -** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28 -** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 29 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas**: **Artigo 30 -** Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31 -** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais: Artigo 32 -** Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder.

CIRCE BONATELLI, TALITA NASCIMENTO, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT E ALINE BRONZATI/CRISTIANE BARBIERI (edição)
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

Saint Gobain vai 'reformar' Telhanorte enquanto comprador não aparece

Sem compradores com uma proposta firme na mesa, a Telhanorte foi para reforma. A dona da rede de materiais para construção, a francesa Saint Gobain, segue aberta a interessados no negócio, mas, enquanto não aparecem, a operação com 77 lojas das marcas Telhanorte e Tumelero será ajustada. Segundo o presidente da Saint Gobain na América Latina, Javier Gimeno, o "varejo não é prioridade para o grupo no Brasil, mas não há pressa para vender o negócio." Quem quiser fazer uma oferta terá de respeitar duas condições: pagar bem e apresentar um plano de manutenção do negócio e dos empregos, diz ele. Por ora, a prioridade é acelerar a transformação no modelo de negócio, que inclui digitalização e ajuste nos formatos das lojas.

Empresa lança home center compacto

O grupo está lançando home centers compactos, para substituir a bandeira Telhanorte Já!. A premissa do modelo, lançado em 2020, foi se aproximar do consumidor, com possibilidade de entrega de produtos no mesmo dia, aluguel de ferramentas, crédito a empresas e ajuda para projetos. Mas não prosperou.

Em bairros nobres, butiques

A Saint Gobain também testa um modelo 'butique'. São lojas pequenas, em bairros nobres, com produtos de alto padrão e profissionais que oferecem serviço personalizado de design de interiores. A primeira unidade foi aberta nos Jardins, em São Paulo, e outras duas inaugurações estão previstas para 2023.

● **INDÚSTRIA.** Como um todo, a Saint Gobain projeta alta de ao menos 10% no faturamento em 2023 no País. A expectativa é baseada na expansão do braço industrial, que tem marcas como Quartzolit, Brasilit e Brasprefer. O segmento responde por cerca de 90% do faturamento no País e a ideia é abrir novas fábricas e/ou centros de distribuição. A múlti também prevê seguir investindo em aquisições de empresas que possam complementar o portfólio, como a fabricante de impermeabilizantes Brasprefer, comprada em 2022.

MUDANÇAS

NILTON FUKUDA/ESTADÃO-22/8/2019

Prioridade é acelerar a transformação no modelo de negócio, que inclui digitalização e ajuste nos formatos das lojas da Telhanorte

● **SALVAÇÃO.** Um grupo de cinco bancos ficou com as R$ 750 milhões de títulos de dívida (debêntures) emitidos pela Hapvida, o que ajudou a companhia de saúde a captar recursos para enfrentar seus atuais desafios financeiros. A Hapvida tinha intenção de captar um valor maior e por prazo mais longo. Mas como os custos no mercado de crédito dispararam após a crise das Americanas, a operação foi alterada.

● **ESTENDIDO.** Dessa forma, BV, Bradesco BBI, Itaú BBA, UBS-BB e Santander proveram recursos numa espécie de empréstimo-ponte com prazo de 12 meses. Cada um deu um cheque de R$ 150 milhões, o que totalizou R$ 750 milhões. Daqui a um ano, essas debêntures devem ser trocadas, aí sim, com uma oferta no mercado, por novos papéis e com prazo maior, de 5 ou 7 anos.

● **EM ESPERA.** Os bancos irão receber remuneração de 1,70% mais CDI pela subscrição das debêntures. No mercado secundário, papéis mais longos da empresa pagam remuneração maior, devido à crise de crédito. Segundo o presidente de um banco de investimento, o mercado de emissão de renda fixa está superparado.

● **MEXIDA.** Após anunciar mais um trimestre de prejuízo e acumular perdas de 54% em um mês, a Hapvida anunciou que estuda mecanismos para melhorar sua estrutura financeira, incluindo aumento de capital e operação de venda e locação de ativos relevantes junto a potenciais investidores.

● **MOMENTO.** Primeira brasileira a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York (Nyse) neste ano, a Ambipar Response tem apetite por mais aquisições nos EUA, mas admite que o cenário macroeconômico global impõe "cautela". A ambição da companhia, que atua na prevenção e gestão de acidentes industriais e ambientais, é se tornar um grande competidor no país e avançar a outros cantos do mundo. Dentre os mercados que aguçam seu interesse, estão os Emirados Árabes.

● **UNIÃO.** A empresa abriu capital ontem na Nyse em meio a um ambiente de bastante volatilidade por conta dos temores de novas altas de juros nos EUA. O desembarque aconteceu após a Response concluir uma fusão com a HPX Corp, empresa de aquisição com propósito específico (Spac, na sigla em inglês), estrutura também conhecida como "cheque em branco".

● **JUNTOS.** Já listada em Nova York, a HPX Corp tem como sócios os brasileiros Rodrigo Xavier, ex-Bank of America, Bernardo Hees e Carlos Piani. A transação capitalizou a Ambipar Response em mais de US$ 174 milhões e culminou com a sua chegada a Wall Street.

SOBE

Juros futuros favorecem setor de construção na B3

FELIPE RAU/ESTADÃO - 30/12/2020

A queda dos juros futuros, reflexo da expectativa de que o novo arcabouço fiscal do governo possa agradar ao mercado, favoreceu grande parte das incorporadoras na B3. MRV teve alta de 6,38%, Cyrela, de 2,82%. Eztec subiu 1,93% e Cury, 1,85%. Para Filipe Villegas, da Genial Investimentos, os preços das ações estão níveis atrativos, então qualquer informação que possa ter um impacto positivo estimula as compras.

DESCE

Bancos têm retração na Bolsa

NILTON FUKUDA/ESTADÃO - 2/5/2019

A queda de juros futuros levou investidores a apostar nas chamadas small caps (ações de setores com baixa capitalização, como o de tecnologia) em detrimento dos papéis dos bancos ontem na bolsa, segundo analistas. Nesse cenário, Banco do Brasil liderou as baixas do setor, com retração de 2,17%. Itaú recuou 1,91% e Santander, 1,35%. Já as ações ON do Bradesco caíram 0,49% e as PN, 0,36%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 105.071,19 PTS. | Dia -1,38% | Mês 0,13% | Ano -4,25%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
AZUL PN N2	14,25	18,95	37.091
CVC BRASIL ON NM	4,17	9,74	13.372
GOL PN N2	7,87	9,15	21.936

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

HAPVIDA ON NM	1,94	-33,56	13.338
SID NACIONALON	16,54	-8,06	32.823
PETZ ON NM	6,29	-7,09	22.451

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

6/3 A 6/4	0,2388	1,0908	0,7400	0,5000
7/3 A 7/4	0,2381	1,0901	0,7393	0,5000
8/3 A 8/4	0,2087	1,0083	0,7097	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	32.254,86	-1,66	-1,23	-2,69
FRANKFURT - DAX	15.633,21	0,01	1,74	12,28
LONDRES - FTSE	7.879,98	-0,63	0,05	5,75
TÓQUIO - NIKKEI	28.623,15	0,63	3,86	9,69

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,98	2.837,87
	15/5/2035	6,33	1.926,07
JUROS SEMESTRAIS	15/8/2032	6,11	4.046,19
PREFIXADO	1º/1/2026	12,39	719,90
	1º/1/2029	13,06	491,31
SELIC	1º/3/2026	0,08	12.902,76

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Janeiro	Fevereiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,46	-	0,46	5,71
IGP-M (FGV)	0,21	-0,06	0,15	1,86
IGP-DI (FGV)	0,06	0,04	0,09	1,53
IPC (FIPE)	0,63	0,43	1,06	6,70
IPCA (IBGE)	0,53	-	0,53	5,77
CUB (Sinduscon)	-0,07	0,00	-0,06	8,31
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,28	0,34	0,62	4,82

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	1,0186	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	1,0153	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	1,0670	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.302,00	7,5%
DE R$ 1.302,01 ATÉ R$ 2.571,29	9%
DE R$ 2.571,30 ATÉ R$ 3.856,94	12%
DE R$ 3.856,95 ATÉ R$ 7.507,49	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.302,00 A 7.507,49	20%	DE 260,40 A 1.501,49

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	13,65	0,00	0,00	0,00
CDI	13,65	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/23	21,15	391.082	20,71	21,33	1,29
CAFÉ NY*	MAI/23	175,05	78.485	173,90	177,45	-1,30
SOJA CBOT**	MAR/23	15,200	618.000	15,160	15,355	-0,44
MILHO CBOT**	MAI/23	6,12	516.552	6,103	6,298	-2,24

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	159,73	-0,91	-20,93
BOI			
Cepea/esalq, R$/@	276,80	3,69	-19,25
MILHO			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	85,47	-0,65	-15,59
CAFÉ			
Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.089,79	-0,69	-18,18

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1413	0,02	-1,60	-2,63
DÓLAR TURISMO	5,3470	0,30	-1,40	-2,46
EURO	5,4380	0,31	-1,70	-3,53
OURO	297,000	-0,40	-2,30	-1,66
WTI US$/BARRIL	75,5200	-1,36	-1,74	-6,17
IBRENTUS$/BARRIL	81,5000	-0,85	-1,88	-5,18

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0580	1,1921	0,1938
EURO	0,945	1,0000	1,1268	0,1831
FRANCO SUÍÇO	0,934	0,9877	1,1128	0,1810
LIBRA ESTERLINA	0,839	0,8875	1,0000	0,1626
IENE	136,142	144,0365	162,2900	26,378

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

BLUECAST
ESTADÃO BLUE STUDIO

O podcast ao vivo do Estadão

Liberdade de escolha para conectar o seu público com propósito e conteúdos de credibilidade que impactam a vida das pessoas

Consulte:
projetosespeciais@estadao.com

Gravado na Casa NZN, em São Paulo (https://nzn.io/)

Realização:
ESTADÃO

Apoio:
NZN

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de Veículos Leves sobre Trilhos do Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso de suas atribuições a Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS E EM EMPRESAS OPERADORAS DE VEÍCULOS LEVES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DE SÃO PAULO, Senhora Camila Ribeiro Duarte Lisboa, convoca todos os membros da categoria profissional para **Assembleia Geral Extraordinária** a realizar-se na sede do Sindicato a Rua Serra do Japi, nº 31, Tatuapé, São Paulo/SP, no dia **13 de março de 2023**, a partir das 18h30 em primeira convocação, e às 19h00 em segunda convocação, com transmissão em tempo real pelas plataformas digitais do sindicato, instaurando processo de votação on-line até as 21h00, para deliberar sobre: **1) Avaliação e deliberação da GREVE dia 14 de março de 2023; 2) Campanha Salarial/2023: a) Aprovação da Pauta de Reivindicações para a Campanha Salarial. b) Outorgar poderes para o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Metroviários e em Empresas Operadoras de veículos Leves sobre Trilhos do Estado de São Paulo ingressar em juízo com Protesto Judicial e Dissídio Coletivo; 3) Outros assuntos gerais.**

São Paulo, 10 de março de 2023.

Camila Ribeiro Duarte Lisboa

Presidente

PREFEITURA DE SANTA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 03/2023 – PROCESSO Nº 06/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM DA RUA LUIZ RIBEIRO PORTO NO JD. DAS FLORES E VILA SÃO SEBASTIÃO E DA RUA BENEDITO ALVES PEREIRA NA VILA SÃO SEBASTIÃO, SANTA BRANCA – SP. SESSÃO PÚBLICA: 30 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:00 HORAS – recebimento dos envelopes e 30 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:30 HORAS – abertura dos envelopes. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 93, Centro, em Santa Branca – SP. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis, das 08h00min às 17H00min, ou pelo telefone (12) 3972-6627 ou através do e-mail: licitacao@santabranca.sp.gov.br. A obtenção de cópia do edital na íntegra, projetos e planilhas poderão ser efetuada através do site www.santabranca.sp.gov.br – Aba Licitações. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

GESTORA PARA RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS NACIONAL - GREEN ELETRON - CNPJ Nº 24.878.256/0001-64

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da **GESTORA PARA RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS NACIONAL – GREEN ELETRON**, em conformidade com os artigos 21, inc. II, 33 e 39 §5º de seu Estatuto Social e demais disposições que regulam a matéria, convoca as Empresas Associadas, no pleno gozo de seus direitos sociais, para Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 27 de abril do corrente ano 2023, às 15h00 em primeira convocação ou às 15h30 em segunda, na forma eletrônica, à distância, pela internet, com a seguinte ordem do dia: (i) eleição dos membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, para o mandato relativo ao próximo quadriênio, seguindo a norma contida no artigo 29 do Estatuto Social e (ii) deliberação e ratificação sobre proposta de alteração de endereço da Sede da Entidade. Solicitamos às Empresas Associadas interessadas em participar da Assembleia que encaminhem, até 24 de abril do corrente ano 2023, para o e-mail associados@greeneletron.org.br, o nome do representante com o endereço e e-mail, juntamente com o nome da Empresa Associada que representa, para posterior recebimento das informações de acesso à plataforma em que será realizada a Assembleia. Fica estabelecido o prazo de 31 (trinta e um) dias, contados da data da publicação deste Edital, para registro dos nomes das pessoas que concorrerão aos cargos de Presidente e Vice-Presidente da Diretoria, Conselheiros no Conselho de Administração bem como dos integrantes do Conselho Fiscal. O referido registro dos nomes deverá ser encaminhado ao e-mail associados@greeneletron.org.br, contendo a razão social da associada, os dados completos do candidato (nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão, número do documento de identificação e órgão expedidor e sua respectiva unidade da federação, número do cadastro de pessoas físicas – CPF e endereço residencial com CEP) e fotocópia digitalizada do documento de identificação.

São Paulo, 10 de março de 2023. **Humberto Barbato Neto - Presidente**

Clube Atlético Ypiranga

CNPJ nº 61.902.862/0001-02

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Nos termos do Estatuto Social vigente (Artigo 25), ficam convocados os senhores (as) associados (as) titulares, com mais de 18 anos, que estiverem em dia com o pagamento de todas as contribuições devidas ao Clube, aos titulares que integram há pelo menos 2 (dois) anos (Artigo 33, III), para a eleição de 60 (sessenta) membros ao Conselho Deliberativo (Artigo 39 e Artigo 26, I), a ser realizada em **02 de Abril de 2023** em nossa sede social à Rua do Manifesto, 475 - Ipiranga, São Paulo, durante o período das 9:00 (nove) às 16:00 (dezesseis) horas (Artigo 31, I). Somente poderá candidatar-se a Conselheiro (a) o associado (a) titular, que pertença ao quadro social, no mínimo, há 4 (quatros) anos, maior de 18 anos (Artigo 45) e inscrever-se na Secretaria a partir do dia 10 de Março até o dia 22 de Março de 2023 às 17 horas (Artigo 35, I). Será adotado sistema Manual de recepção e apuração dos votos nos termos do (Artigo 34, I), sendo processada a apuração logo após o término das eleições. Os senhores associados deverão comparecer munidos da carteira social e da cédula de identidade (Artigo 32). Todos os artigos citados são constantes de nosso Estatuto Social. São Paulo, 10 de março de 2023. **Silvério Antônio dos Santos Junior -** Presidente do Conselho Deliberativo

PORTO BANK S.A.

CNPJ/ME nº 46.350.164/0001-40 - NIRE 35.300.59.606-4

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Dezembro de 2022

1. Data, Hora e Local: 29 de dezembro de 2022, às 9h, na sede social da Porto Bank S.A. ("Companhia"), à Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sr. Celso Damadi - Presidente; Sra. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) o aumento do capital social, com a consequente alteração do artigo 5º, do estatuto social da Companhia; e (ii) a consolidação do estatuto social da Companhia. **5. Deliberações:** A Assembleia, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **5.1.** Aprovou o aumento do capital social da Companhia, passando de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para R$ 14.217.310,31 (quatorze milhões, duzentos e dezessete mil, trezentos e dez reais e trinta e um centavos), mediante a emissão de 6.209.953 (seis milhões, duzentas e nove mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista Porto Seguro S.A. e integralizadas mediante a conferência de 13.399.701 (treze milhões, trezentos e noventa e nove mil, setecentas e uma) ações representativas do capital social da **Porto Serviços Financeiros S.A.,** sociedade com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, sala 03, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 46.727.980/0001-20, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, que passarão a ser de propriedade única e exclusiva da Companhia, nos termos do boletim de subscrição anexo a esta ata (*Anexo II - Boletim de Subscrição*). **5.1.1.** As ações emitidas, totalizaram R$ 14.167.310,31 (quatorze milhões, cento e sessenta e sete mil, trezentos e dez reais e trinta e um centavos), preço fixado com base nas características do investimento realizado pela acionista, bem como na perspectiva de rentabilidade futura da Companhia, nos termos do artigo 170, §1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinado integralmente para a formação do capital social da Companhia. **5.2.** Aprovou a indicação da Avaliadora para elaboração dos Laudos de Avaliação das ações que serão conferidas, conforme item "5.1", acima; **5.2.1.** As ações conferidas à Companhia, para fins de integralização do aumento de capital aprovado neste ato, foram avaliadas por seu valor patrimonial contábil, conforme apurado em laudo de avaliação elaborado pela Consulcamp Auditoria, com endereço no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Conceição, nº 233, cj. 2.310, 23º andar, Centro, CEP 13010-916, inscrita no CNPJ sob o nº 09.286.707/0001-80 e inscrita no CRC/SP sob o nº 024.818-O/5 ("Avaliadora"), datado de 29 de dezembro de 2022, constante do anexo a esta ata (*Anexo III - Laudo de Avaliação*) ("Laudo de Avaliação"). As acionistas aprovam, para todos os fins, o Laudo de Avaliação e os valores das ações contidos no Laudo de Avaliação, bem como ratifica a nomeação da Avaliadora para a sua elaboração, nos termos dos artigos 8º e 170, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.3.** A acionista Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. renuncia expressamente ao seu direito de preferência à subscrição das novas ações emitidas pela Companhia em favor da subscritora, conforme o artigo 171, da Lei das Sociedades por Ações. **5.4.** Em virtude da deliberação referida neste item, as acionistas, por unanimidade, aprovaram a alteração do artigo 5º, do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar, a partir desta data, com a seguinte redação: *"**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 14.217.310,31 (quatorze milhões, duzentos e dezessete mil, trezentos e dez reais e trinta e um centavos), dividido em 6.259.953 (seis milhões, duzentas e cinquenta e nove mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **5.5.** Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que, a fim de refletir o todo deliberado nesta Assembleia, passará a vigorar na forma do Anexo I a esta ata *("Anexo I - Estatuto Social da Porto Bank S.A.").* **6. Documentos arquivados na Companhia:** Procurações, Boletim de Subscrição, Laudos de Avaliação e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 29 de dezembro de 2022. (ass.) **Presidente:** Sr. Celso Damadi; **Secretária:** Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seu Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, Sr. Marcos Roberto Loução e por seu Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, Celso Damadi; e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Celso Damadi -** Presidente da Mesa; **Aline Salem da Silveira Bueno -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 89.136/23-8 em 01/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social da Porto Bank S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Duração e Objeto Social: Artigo 1º -** A **Porto Bank S.A.** é uma sociedade anônima fechada regida por este estatuto social, por eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social e pelas disposições legais aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º -** A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 4º andar/parte, Lado B, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **Parágrafo Único -** lPor decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º -** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º -** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades financeiras e/ou outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e/ou atividades relacionadas, correlatas e/ou complementares a atividades financeiras e/ou a outras atividades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, reguladas e não reguladas, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º -** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 14.217.310,31 (quatorze milhões, duzentos e dezessete mil, trezentos e dez reais e trinta e um centavos), dividido em 6.259.953 (seis milhões, duzentas e cinquenta e nove mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º -** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º -** As ações não serão representadas por cautelas ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º -** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10 -** Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais: Artigo 11 -** A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º -** As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º -** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º -** A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º -** Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou à distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12 -** As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13 -** As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14 -** Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º -** Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º -** Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração: Artigo 15 -** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 5 (cinco) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) CEO - Negócios Financeiros; (iii) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional; (iv) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; e (v) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo Único -** A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16 -** O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º -** A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º -** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17 -** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º -** As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não. **Parágrafo 2º -** Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º -** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18 -** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19 -** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo 19. **Parágrafo Único -** As procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar todos os poderes outorgados e, exceto se para fins de representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo determinado, não superior a 1 (um) ano. **Artigo 20 -** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo Único -** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 21 -** A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22 -** Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo Único -** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas: Artigo 23 -** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo Único -** Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados: Artigo 24 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25 -** O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do *caput* do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º -** Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º -** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26 -** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27 -** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28 -** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 29 -** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas: Artigo 30 -** Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31 -** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados à interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais: Artigo 32 -** Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder.

TENDA
Construindo Felicidade

Construtora Tenda S.A.

CNPJ/MF: 71.476.527/0001-35

Relatório da Administração 2022

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras, compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de Dezembro de 2022, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. São Paulo, 09 de março de 2023.

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos/Circulantes	514.855	930.772	2.008.988	2.815.936
Caixa e equivalentes de caixa	32.080	53.693	83.692	87.074
Títulos e valores mobiliários	169.561	473.103	590.549	977.870
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	27.163	64.423	549.895	601.886
Imóveis a comercializar	92.429	129.474	631.273	978.450
Valores a receber de partes relacionadas	24.905	50.112	5.795	3.276
Depósitos judiciais	19.247	20.598	19.504	21.562
Demais contas a receber	149.470	139.369	128.280	145.818
Não circulantes	2.059.124	1.975.743	2.119.366	1.625.561
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	58.897	51.633	474.817	492.085
Imóveis a comercializar	267.327	135.456	1.319.659	798.667
Valores a receber de partes relacionadas	27.512	40.665	29.976	39.031
Depósitos judiciais	30.712	27.977	31.129	29.253
Imobilizado	122.081	139.933	187.879	202.262
Intangível	41.944	31.765	42.576	32.027
Investimentos em participações societárias	1.510.651	1.548.314	33.330	32.236
Total dos ativos	2.573.979	2.906.515	4.128.354	4.441.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos e patrimônio líquido/Circulantes	868.552	600.380	1.480.766	1.280.806
Empréstimos e financiamentos	96.939	74.956	343.767	207.127
Debêntures	232.045	118.519	245.968	118.519
Outros instrumentos financeiros	7.618	19.208	7.618	19.208
Arrendamento mercantil direito de uso	5.934	8.385	5.934	8.385
Fornecedores de materiais e serviços	54.167	40.896	136.164	110.842
Impostos e contribuições	4.778	4.503	30.122	32.591
Salários, encargos sociais e participações	13.468	11.736	92.498	68.478
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	84.915	92.191	459.526	554.292
Provisões e distratos a pagar	3.708	3.982	8.880	7.738
Valores a pagar para partes relacionadas	283.984	139.005	27.082	25.654
Provisão para perda de investimentos	10.781	8.300	8.333	5.956
Dividendos a Pagar	120	122	120	122
Demais contas a pagar	11.131	39.235	49.082	78.795
Provisões para demandas judiciais	58.964	39.342	65.672	43.099
Não circulantes	993.153	1.102.722	1.929.976	1.948.063
Empréstimos e financiamentos	70.083	113.613	153.226	195.675
Debêntures	669.416	856.228	731.211	856.228
Arrendamento mercantil direito de uso	30.999	34.209	30.999	34.209
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	171.326	66.611	931.522	801.231
Provisão para demandas judiciais	50.452	30.885	56.191	33.756
Tributos diferidos	250	294	17.289	17.251
Demais contas a pagar	627	882	9.538	9.713
Patrimônio Líquido	712.274	1.203.413	717.612	1.212.628
Capital social	1.095.511	1.095.511	1.095.511	1.095.511
Reserva de capital e de outorga de opções de ações	9.441	6.392	9.441	6.392
Ações em tesouraria	(62.829)	(158.995)	(62.829)	(158.995)
Lucros ou (Prejuízos acumulados)	(329.849)	285.269	(329.849)	285.269
Outros resultados abrangentes	–	(24.764)	–	(24.764)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	712.274	1.203.413	712.274	1.203.413
Participação de acionistas não controladores	–	–	5.338	9.215
Total dos passivos e patrimônio líquido	2.573.979	2.906.515	4.128.354	4.441.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	142.404	140.596	2.412.586	2.539.954
Custos	(165.169)	(178.659)	(2.137.896)	(2.088.664)
Lucro (prejuízo) bruto	(22.765)	(38.063)	274.690	451.290
(Despesas) receitas				
Despesas com vendas	(63.440)	(60.555)	(241.287)	(245.808)
Despesas gerais e administrativas	(63.286)	(61.131)	(208.450)	(188.112)
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	(91.303)	125.809	(7.381)	(6.801)
Outras receitas (despesas), líquidas	(119.264)	(95.322)	(133.381)	(100.999)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	(360.058)	(129.262)	(315.809)	(90.430)
Resultado financeiro	(186.802)	(61.292)	(195.272)	(60.111)
Receitas financeiras	29.238	21.452	54.509	37.642
Despesas financeiras	(216.040)	(82.744)	(249.781)	(97.753)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(546.860)	(190.554)	(511.081)	(150.541)
Imposto de renda e contribuição social	(444)	(923)	(44.632)	(46.048)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(488)	(999)	(44.638)	(44.229)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	44	76	6	(1.819)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(547.304)	(191.477)	(555.713)	(196.589)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos:				
Acionistas controladores	(547.304)	(191.477)	(547.304)	(191.477)
Acionistas não controladores	–	–	(8.411)	(5.112)
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas				
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações - Em Reais	(5,6431)	(1,9892)	(5,6431)	(1,9892)
Lucro (Prejuízo) diluído por lote de mil ações - Em Reais	(5,3462)	(1,8540)	(5,3462)	(1,8540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Resultado Abrangente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício	(547.304)	(191.477)	(555.713)	(196.589)
Outros resultados abrangentes	24.764	(24.764)	24.764	(24.764)
Resultado abrangente total do exercício	(522.540)	(216.241)	(530.949)	(221.353)
Resultado abrangente do exercício atribuível aos:				
Acionistas controladores	(522.540)	(216.241)	(522.538)	(216.241)
Acionistas não controladores	–	–	(8.411)	(5.112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Outros Resultados abrangentes	Total controladora	Atribuível aos acionistas da controladora: Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	1.095.511	35.642	(90.269)	476.746	–	–	1.517.630	491	1.518.121
Recompra de ações	–	–	(95.332)	–	–	–	(95.332)	–	(95.332)
Redução da reserva de capital	–	(737)	–	–	–	–	(737)	–	(737)
Opções outorgadas reconhecidas	–	8.960	–	–	–	–	8.960	–	8.960
Exercício *Stock Option*	–	(37.473)	26.606	–	–	–	(10.867)	–	(10.867)
Compra / Venda de participação	–	–	–	–	–	–	–	7.441	7.441
Aumentos de Capital	–	–	–	–	–	–	–	6.395	6.395
Efeito dos Instrumentos de Hedge de Fluxo de Caixa	–	–	–	–	–	(24.764)	(24.764)	–	(24.764)
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	(191.477)	–	(191.477)	(5.112)	(196.589)
Absorção de prejuízo	–	–	–	(191.477)	191.477	–	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	1.095.511	6.392	(158.995)	285.269	–	(24.764)	1.203.413	9.215	1.212.628
Redução da reserva de capital	–	(548)	–	–	–	–	(548)	–	(548)
Opções outorgadas reconhecidas	–	11.203	–	–	–	–	11.203	232	(11.203)
Exercício *Stock Option*	–	(7.606)	7.606	–	–	–	–	–	–
Aumentos de Capital	–	–	–	–	–	–	–	4.302	4.302
Efeito dos Instrumentos de Hedge de Fluxo de Caixa	–	–	–	–	–	24.764	24.764	–	24.764
Venda Ações em Tesouraria	–	–	88.560	(67.814)	–	–	20.746	–	20.746
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(217.455)	(329.849)	–	(547.304)	(8.411)	(555.715)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	1.095.511	9.441	(62.829)	–	(329.849)	–	712.274	5.338	717.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS	(546.860)	(190.554)	(511.081)	(150.541)
Ajustes em:				
Depreciação e amortização	49.916	41.194	59.509	44.553
Perda (reversão) estimada de crédito de liquidação duvidosa e provisão para distratos (líquida de custos de distratos)	12.070	4.230	71.571	26.535
Ajuste a valor presente	1.874	2.150	25.125	25.353
Provisão para realização de ativos não financeiros	14.051	(2.189)	25.421	1.655
Resultado de equivalência patrimonial	91.303	(125.809)	7.381	6.801
Provisão para demandas judiciais e compromissos	39.189	5.657	45.009	6.768
Juros e encargos financeiros não realizados, líquido	16.577	49.589	67.088	48.603
Provisão para garantia	(23.425)	18.377	(15.200)	16.298
Provisão para participação nos resultados	7.537	4.218	37.502	13.895
Despesas com plano de opções de ações	6.936	12.410	12.872	16.308
Baixa de imobilizado, intangível e arrendamento, líquido	3.357	198	3.357	198
Resultado na compra e venda de participação	(4.877)	(2.028)	2	(901)
Instrumentos financeiros derivativos	13.174	(14.860)	24.764	(14.860)
Outras provisões	(136)	579	1.228	2.218
Provisão (reversão) Impostos diferidos (PIS/COFINS)	(1.697)	(9.075)	4.949	(3.937)
(Aumento) Redução em ativos operacionais				
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	16.017	(5.580)	(24.309)	(249.128)
Imóveis a comercializar e terrenos destinados à venda	(105.971)	(175.483)	(242.244)	(183.008)
Demais contas a receber	(9.695)	(97.452)	19.510	(47.396)
Aumento (Redução) em passivos operacionais				
Fornecedores de materiais e serviços	13.271	34.642	25.322	72.692
Impostos e contribuições	(173)	(208)	(12.399)	(17.590)
Salários, encargos sociais e participações	(1.538)	(21.435)	(15.151)	(19.558)
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	94.568	178.431	75.405	250.310
Demais contas a pagar	(5.057)	10.479	(14.792)	(657)
Operações com partes relacionadas	168.187	278.295	3.226	15.027
Imposto de renda e contribuição social pagos	(134)	(810)	(41.403)	(23.295)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(151.536)	(5.034)	(367.338)	(163.657)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento				
Aumento (Redução) de capital em investidas	(44.283)	(112.661)	(6.100)	4.351
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(45.599)	(95.542)	(59.031)	(143.240)
Aplicação/Resgate em títulos e valores mobiliários	443.883	364.482	496.594	277.335
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	354.001	156.279	431.463	138.446
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
Venda (recompra) de ação	20.745	(95.332)	20.745	(95.332)
Dividendos Pagos	–	(17.055)	–	(17.055)
(Redução) aumento de reserva de capital	(551)	(737)	(319)	(737)
Pagamento de arrendamento mercantil direito de uso	(7.233)	(6.885)	(7.233)	(6.885)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	64.280	646.924	738.681	1.093.657
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(185.040)	(576.574)	(661.015)	(839.129)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(129.432)	(86.643)	(167.421)	(90.982)
Operações de mútuo com partes relacionadas	13.153	5.027	9.055	(987)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(224.078)	(131.275)	(67.507)	42.550
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.613)	19.970	(3.382)	17.339
Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa				
No início do período	53.693	33.723	87.074	69.735
No fim do período	32.080	53.693	83.692	87.074
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(21.613)	19.970	(3.382)	17.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas				
Incorporação e venda de imóveis	149.972	133.855	2.522.341	2.618.309
Reversão (constituição) de perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos	(12.105)	(3.411)	(68.443)	(41.600)
	137.867	130.444	2.453.898	2.576.709
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos operacionais - incorporação e venda de imóveis	(148.091)	(168.459)	(2.056.432)	(2.040.690)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(182.287)	(148.341)	(390.540)	(222.624)
	(330.378)	(316.800)	(2.446.972)	(2.263.314)
Valor Adicionado Bruto	(192.511)	(186.356)	6.926	313.395
Retenções				
Depreciação e amortização	(49.374)	(41.193)	(56.058)	(44.552)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	(241.885)	(227.549)	(49.132)	268.843
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(91.303)	125.809	(7.381)	(6.801)
Receitas financeiras	30.351	22.485	57.015	39.347
	(60.952)	148.294	49.634	32.546
Valor adicionado total a distribuir	(302.836)	(79.255)	502	301.389
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	26.826	29.316	141.018	227.046
Remuneração direta	24.986	24.387	119.801	178.087
Benefícios	1.008	2.048	14.381	30.397
Encargos	832	2.881	6.836	18.562
Impostos, taxas e contribuições	(1.672)	(918)	103.124	136.768
Federais	(1.672)	(918)	103.085	136.642
Municipais	–	–	39	126
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e aluguéis	219.313	83.824	312.075	134.164
Remuneração de capital próprio	(547.304)	(191.477)	(555.715)	(196.589)
Dividendos	–	–	–	–
Lucros (Prejuízos) do exercício	(547.304)	(191.477)	(547.304)	(191.477)
Lucros (Prejuízos) absorvidos atribuíveis aos acionistas não controladores	–	–	(8.411)	(5.112)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional: As operações da Construtora Tenda S.A. ("Companhia" ou "Tenda") e de suas investidas ("Grupo") compreendem: a execução de obras de construção civil; a incorporação de imóveis; a compra e venda de imóveis; a prestação de serviços de administração de construção civil; a intermediação da comercialização de quotas de consórcio; e a participação em outras sociedades. As sociedades controladas compartilham, de forma significativa, das estruturas gerenciais, operacionais e dos custos corporativos da Companhia. As SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e estão vinculadas a empreendimentos específicos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Boa Vista, 280, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 (antiga BM&FBOVESPA) com o código de negociação "TEND3". **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis:** 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendados pela CVM -Comissão de Valores Mobiliários e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre aplicação CPC 47 (IFRS15) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios considerando o custo histórico como base de valor, passivos e ativos a valor presente ou valor realizável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades quando na elaboração das demonstrações financeiras anuais. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras anuais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Aprovação das demonstrações financeiras: Em 09 de março de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação. 2.4 Resumo das Principais práticas contábeis: 2.4.1 Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (Nota 9). 2.4.2 Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real brasileiro (BRL). 2.4.3 Principais Julgamentos contábeis e fontes de incertezas.

continua

→★ continuação

Construtora Tenda S.A. - CNPJ/MF: 71.476.527/0001-35

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Todas as estimativas e as premissas contábeis utilizadas pela Companhia estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas disponíveis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo no exercício ao final de 31 de dezembro de 2022 estão incluídas abaixo: a) Perdas estimadas com créditos de clientes e provisão para distratos: A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da perda de créditos esperadas e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. O julgamento feito com base na perda histórica e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada cliente. Na nota 2.4.6.3 está descrita a forma desses cálculos. b) Provisões para demandas judiciais: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis nota 15. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. c) Custo orçado dos empreendimentos: Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o reconhecimento da receita, conforme mencionado na nota 2.4.4(b.ii). Em razão de efeitos no cenário econômico verificados ao longo dos últimos ciclos, substancialmente, decorrentes de desestabilização da cadeia de suprimentos global e consequente aumento recorrente de preços de materiais e serviços que afetam de forma direta e indireta os negócios da Companhia (aço, alumínio, cimento, mão de obra, energia elétrica, dentre outros), a Companhia revisa constantemente os orçamentos de custos orçados a incorrer ao longo do exercício. Essas revisões nas estimativas contábeis decorrem de novas informações e maior experiência obtidas durante o exercício ou inovações e envolveram julgamentos baseados nas últimas informações disponíveis. 2.4.4 Reconhecimento de receitas, custos e despesas: a) Processo para reconhecimento da receita: No processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes foram adotados os preceitos introduzidos pelo CPC 47 contemplando as orientações do Ofício CVM/SNC/SEP 02/2018, aonde a transferência do controle do bem ou serviço contratado poderá ser evidenciada em um momento específico do tempo ("*at a point in time*") ou ao longo do tempo ("*over time*"). Para definição da forma de apropriação da receita, é preciso verificar o cumprimento das obrigações de performance. Tal verificação se dá em cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Nessa avaliação, o modelo de negócios da Companhia em sua totalidade refere-se às vendas integralmente repassadas para instituição financeira, nos empreendimentos em construção e também nos concluídos. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade é transferida para a instituição financeira, não cabendo mais à incorporadora qualquer risco de recebimento e/ou controle do ativo. Portanto, nesse momento se dá o cumprimento da obrigação de performance para o empreendimento. Abaixo fluxo financeiro do contrato: i) 10 a 20% pagos diretos para incorporadora; e ii) 80 a 90% para instituição financeira. Na tabela abaixo, resumo do contrato celebrado na modalidade "financiamento na planta e concluídos", partes envolvidas, garantias e riscos existentes:

Contrato	Partes	Garantia Real do Imóvel	Risco de Crédito	Risco de Mercado	Risco de Distrato
Financiamento Bancário	Incorporadora (Vendedora); Comprador e Instituição financeira (Credora fiduciária)	Instituição financeira (IF)	10 a 20% da Incorporadora e 80 a 90% da Instituição financeira	Comprador e Instituição financeira	Não aplicável*

Em caso de inadimplemento, pelo cliente, a IF poderá consolidar a propriedade em seu nome para posterior alienação do imóvel a terceiros, conforme procedimentos previstos no art. 27 da Lei 9.514/97. O valor arrecadado terá como objetivo principal a quitação do saldo devedor do cliente. (b) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis: i) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência do controle desses bens, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. ii) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: • As receitas de vendas são apropriadas ao resultado quando houver a transferência contínua do controle para instituição financeira ou cliente ("over timer"*), utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Nos casos que durante o período de aprovação do cliente junto à entidade financiadora se houver indícios que o cliente não cumprirá com sua parte contratual é realizada a provisão para distrato do seu valor integral. • Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou ativo não circulante, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes"; • A variação monetária, incidente sobre o saldo de contas a receber até a entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios *"pro rata temporis"*; • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.4.7); • Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita auferida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; • Provisão para garantia é constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos, o cálculo baseia-se em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento. • Os gastos com corretagem são registrados no resultado na rubrica "Despesas com vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constituem receita ou despesa da Companhia. 2.4.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias, e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, onde sua variação tanto positiva como negativa afeta a demonstração de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de curto prazo. Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos e cauções, os quais são classificados a valor justo por meio de resultado ou custo amortizado (Nota 10). 2.4.6 Contas a receber de incorporação e serviços prestados: 2.4.6.1 Contas a receber de imóveis, terrenos e serviços prestados: São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre ativo circulante e ativo não circulante é realizada com base no cronograma de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. 2.4.6.2 Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário ou NTN-B, título público oferecido pelo Tesouro Direto, representando aqui a taxa livre de risco, sendo das duas últimas a maior. A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber. 2.4.6.3 Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos: A Companhia constitui perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas e a vencer, conforme premissas definidas pela Companhia para as perdas incorridas e esperadas. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento da receita (Nota 2.4.4). Na constituição das perdas estimadas é utilizada uma matriz baseada na perda histórica e esperada, ou ajustada com bases em dados observáveis atuais para refletir as condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Essa perda é calculada em função do percentual de andamento de obra. A Companhia avalia o risco de toda sua carteira de clientes, a fim de determinar quais os níveis de risco contidos. A Companhia constitui provisão para distratos para os clientes que apresentem intenções de formalização de distratos, ou estão com risco significativo de não pagamento. 2.4.7 Imóveis a comercializar: (i) Terrenos para futuras incorporações: A Companhia e suas controladas adquirem terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são registrados ao valor realizável, valor justo, das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na Nota 2.4.4. A classificação de terrenos entre o ativo circulante e ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários que é revisada periodicamente. (ii) Imóveis em construção: Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, e reduzidos por provisão quando tal valor exceder seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), os custos de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. Os encargos financeiros relativos aos recursos utilizados na construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizados. Portanto, inclui-se a correção monetária desses itens quando houver. Os encargos de empréstimos captados pela controladora vinculados a projetos de suas controladas são capitalizados na rubrica de investimento (Nota 9) e sua realização (apropriação ao resultado) é incluída no custo dos imóveis vendido no consolidado. 2.4.8 Instrumentos financeiros: Abaixo quadro com as principais práticas contábeis aplicadas para:

Ativos e passivos financeiros não derivativos:	
Reconhecimento	Os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.
Desreconhecimento	**Ativo Financeiro:** Ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.
	Passivo Financeiro: Ocorre quando sua obrigação contratual é retirada (por pagamento ou contratualmente), cancelada ou expirada.
Compensação	Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros não derivativos	
Classificação e Mensuração	**Custo Amortizado**: Mantido para o recebimento dos Fluxos de caixas contratuais até o final da obra e tão somente do recebimento de principal e juros em datas especificas, para mensuração é utilizado o método da taxa efetiva de juros.
	Valor justo: Quando o objetivo é permitir a gestão imediata do seu "caixa", de forma a ter a liberdade para venda ou não de seu ativo. Esses ativos são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender.
Impairment	Avaliação feita para todos ativos financeiros classificado como custo amortizado. Mensurado como a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros e seu valor contábil, sendo sua diferença reconhecida no resultado do exercício.

Passivos Financeiros não derivativos	
Classificação e Mensuração	**Valor Justo:** São mensurados por meio do resultado quando do reconhecimento inicial e de forma irrevogável eliminarem ou reduzirem diferenças entre ganhos e perdas dos descasamentos que ocorreria na mensuração de ativos e passivos.
	Custo Amortizado: São classificados e mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação do derivativo, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.
Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo durante o exercício são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item objeto de hedge afetar o mesmo.

2.4.9 Investimentos em participações societárias: Os investimentos nas participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica "Provisão para perda com investimentos", uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida (Nota 9). 2.4.10 Imobilizado e intangível: Os imobilizados e intangíveis são registrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Um item de imobilizado ou intangível é baixado quando vendido ou se nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. As depreciações e amortizações são calculadas com base no método linear, tomando-se a vida útil estimada dos ativos (Nota 7 e 8). A Companhia avalia, ao fim de cada período, o valor recuperável de seus imobilizados e intangíveis e se houver indicação de perdas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.4.11 Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes por permuta: As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido *("pro rata temporis")*, líquido do ajuste a valor presente. As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são demonstradas ao valor justo das unidades a serem entregues. 2.4.12 Impostos Correntes: A Companhia e suas controladas apuram seus principais impostos, conforme detalhado a seguir:

Tributo	Lucro Real	Lucro Presumido	Regime Especial de Tributação
Imposto de Renda	Alíquotas de 15% mais 10% pelo excedente de 240 mil.	Razão de 8% sobre as receitas brutas, dessa base aplicando-se as alíquotas de 15% e adicional de 10%.	Alíquota 1,26% sobre os recebimentos das vendas
Contribuição Social	Alíquota de 9%.	Razão de 12% sobre as receitas brutas, e dessa base aplica-se a alíquota de 9%.	Alíquota 0,66% sobre os recebimentos das vendas
PIS Sobre a receita operacional bruta	Base Receita bruta menos créditos(*) 1,65%	0,65%	Alíquota 0,37% sobre os recebimentos das vendas
COFINS Sobre a receita operacional bruta.	Base Receita bruta menos créditos(*) 7,6%	3%	Alíquota 1,71% sobre os recebimentos das vendas

* Créditos apurados com base em alguns custos e despesas incorridas.

2.4.13 Impostos Diferidos: O imposto diferido é reconhecido com relação: a) Às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos registrados para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação; e b) Os prejuízos fiscais, cujo reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de um ativo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. 2.4.14 Plano de opção de compra de ações: A Companhia oferece aos empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, dois planos de remunerações com base em ações ("*stock options*" e "*stock grant*"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores. Em uma transação liquidada, para os títulos patrimoniais em que o plano é modificado, uma despesa mínima é reconhecida e corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total das opções outorgadas, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente. A Companhia revisa, anualmente, suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. 2.4.15 Provisões e Perdas: As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões constituídas referem-se principalmente a: (i) Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. (ii) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Anualmente e quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, pela comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia. 2.4.16 Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração e se estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. 2.4.17 Lucro por ação básico e diluído: O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado da mesma maneira que o básico, porém acrescido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. 2.4.18 Ações em Tesouraria: Ações em tesouraria são reconhecidas ao valor de compra mais custos atribuídos e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia, sendo o resultado da operação reconhecido na conta de reserva de lucros. 2.5 Demonstrações do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 -Demonstração do Valor Adicionado.

Aviso

As demonstrações financeiras apresentadas são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://www.estadao.com.br/; b) https://ri.tenda.com/; c) https://www.gov.br/cvm/pt-br; d) https://www.b3.com.br/pt_br/.

Diretoria

Rodrigo Osmo - CEO
Luiz Mauricio de Garcia de Paula - CFO e DRI
Renan Barbosa Sanches - COO
Fabricio Quesiti Arrivabene - Diretor Operacional
Sidney Ostrowski - Diretor Operacional
Daniela Ferrari Toscano de Britto - Diretor Operacional
Alexandre Millen Grzegorzewski - Diretor Operacional
Rodrigo Fernandes Hissa - Diretor Operacional
Cristina Caresia Marques - Diretora de RH
Luciano do Amaral - Diretor Operacional
Weliton Luiz Costa Junior - Diretor Operacional

Conselho Administrativo

Cláudio José Carvalho de Andrade - Presidente do Conselho de Administração
Flavio Uchôa Teles de Menezes - Vice Presidente do Conselho de Administração
Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves - Membro do Conselho de Administração
Mario Mello Freire Neto - Membro do Conselho de Administração
Mauricio Luis Luchetti - Membro do Conselho de Administração
Michele Corrochano Robert - Membro do Conselho de Administração
Rodolpho Amboss - Membro do Conselho de Administração

Contador

André de Souza Pereira
CRC 1SP 261642/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

A íntegra das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi auditado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., que emitiu opinião sem modificação, em 09 de março de 2023, e pode ser encontrado na página eletrônica da própria companhia.

Jornal Digital
"A opção de ler o impresso em formato digitalizado é maravilhosa para mim, que gosto da organização em páginas e cadernos, mas com a praticidade do mundo digital."
Adriana Fernandes, colunista e repórter do Estadão
#VEM PENSAR COM A GENTE
ESTADÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO - CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2023
Dispensa de Licitação n° 04/2023
Processo nº 397/2023.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural, destinada ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Data de recebimento e abertura dos envelopes "Documentos de Habilitação" e "Projeto de Venda": 03 de abril de 2023 às 09:00 horas.
Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ourinhos, sito à Travessa Vereador Abrahão Abujamra, nº 70, fundos, Centro.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Diretoria de Estratégia de Aquisições de Materiais, Bens e Serviços, sito à Rua Euclides da Cunha, nº 522, Centro, no horário comercial, no site da Prefeitura (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações ou mediante requerimento da empresa enviado via e-mail para licitação.pmo@gmail.com, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Diretoria ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramal 6123.
Ourinhos, 09 de março de 2023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURINHOS

Estado de São Paulo
Secretaria M. de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO
Processo nº 459/2.023.
Tomada de Preços nº 04/2.023.

Objeto: Contratação de empresa para construção de galeria de águas pluviais na rua Jardim Residencial Carmem Flora (Mercadão), com fornecimento de todos materiais, equipamentos e mão de obra.
Data de recebimento dos envelopes: 30/03/2.023.
Horário limite para recebimento dos envelopes: 09:00 horas.
Abertura: 30/03/2.023 – 09:30 horas.
O Edital completo poderá ser retirado gratuitamente na Gerência de Licitação e Compras, no horário comercial e disponível no endereço eletrônico (www.ourinhos.sp.gov.br) no link licitações, sendo que quaisquer esclarecimentos a respeito da presente licitação poderão ser obtidos na mencionada Gerência ou através do telefone (14) 3302-6000 – ramais 6032 e 6123.
Ourinhos, 09 de março de 2.023.
Lucas Pocay Alves da Silva – Prefeito Municipal.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

SESI SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

Os Departamentos Regionais de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunicam a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2023
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de subscrição de licenciamento de solução de gerenciamento de serviços de TI (ITSM - Jira Service Management), incluindo treinamento, serviços de implantação e suporte técnico.
Retirada do edital: a partir de 10 de março de 2023, através dos portais www.sesisp.org.br e www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 30 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SENAI

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-SP) comunica a abertura da licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2023
Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratação de empresa para prestação de serviços de impressão, acabamento e distribuição de livros didáticos.
Retirada do edital: a partir de 10 de março de 2023, através do portal www.sp.senai.br (opção LICITAÇÕES).
Sessão de disputa de preços (lances): 21 de março de 2023 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço www.licitacoes-e.com.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SESA

PARANÁ
SECRETARIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

O Estado do Paraná, por intermédio da Comissão Permanente de Licita-ção/CPL, da Secretaria de Estado da Saúde/SESA, comunica a todos interessados, a publicação do edital PE-223/2023-SESA/CHT, o qual poderá ser acessado nos sites: http://www.licitacoes-e.com.br identifica-dor nº 990419, e http://www.administracao.pr.gov.br/compras identifica-dor nº 223/2023, e os autos do processo na CPL, Av. Prefeito Lothário Meissner, nº 350, Curitiba - Paraná, telefone (41) 3360-6745. Protocolo nº 19.687.681-2. Objeto prestação de serviços contínuos de análise e processamento de exames diagnósticos laboratoriais, por empresa especi-alizada, para atender a demanda das unidades do Complexo Hospitalar do Trabalhador - CHT. Valor máximo total R$ 7.932.235,08. Abertura dia 28/03/2023, às 09h00. Ato de autorização Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde Dr. Cesar Augusto Neves Luiz (Cesar Neves), em 07/03/2023, conforme Despacho nº 0996/2023.
Leandro Pereira – Pregoeiro. Curitiba, 10 de março de 2023.

PREFEITURA DE SANTA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 05/2023 – PROCESSO Nº 1098/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO E IMPLATAÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM VIAS PÚBLICAS SENDO A RUA JOÃO LEITE DE MORAES (TRECHO) NO JARDIM DAS FLORES E RUA LAFAYETE BRÁS DA CUNHA NO JARDIM SÃO JOSÉ, SANTA BRANCA – SP. SESSÃO PÚBLICA: 03 DE ABRIL DE 2023 ÀS 9:00 HORAS – recebimento dos envelopes e 03 DE ABRIL DE 2023 ÀS 9:30 HORAS – abertura dos envelopes. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 93, Centro, em Santa Branca – SP. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis, das 08h00min às 17H00min, ou pelo telefone (12) 3972-6627 ou através do e-mail: licitacao@santabranca.sp.gov.br. A obtenção de cópia do edital na íntegra, projetos e planilhas poderão ser efetuada através do site www.santabranca.sp.gov.br – Aba Licitações. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE SANTA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 04/2023 – PROCESSO Nº 08/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE RECOMPOSIÇÃO E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTO ASFALTICO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM DA RUA ANDRÉ IANICELLI E TRECHO DA AVENIDA DEP BENEDITO MATARAZZO, JARDIM PRADO, SANTA BRANCA – SP. SESSÃO PÚBLICA: 31 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:00 HORAS – recebimento dos envelopes e 31 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:30 HORAS – abertura dos envelopes. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 93, Centro, em Santa Branca – SP. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis, das 08h00min às 17H00min, ou pelo telefone (12) 3972-6627 ou através do e-mail: licitacao@santabranca.sp.gov.br. A obtenção de cópia do edital na íntegra, projetos e planilhas poderão ser efetuada através do site www.santabranca.sp.gov.br – Aba Licitações. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

CIDADE DE SÃO PAULO

CULTURA

ERRATA

NO AVISO DE EDITAL **N°: 04/2023/SMC/CFOC/SPLU -** Processo SEI: **6025.2023/0001314-2.**
Objeto: **20ª EDIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS - VAI - MODALIDADE 1.**
Faltou: ***Este edital visa, por meio de subsídio, apoiar financeiramente projetos de grupos e coletivos compostos por pessoas físicas, prioritariamente formados por jovens de baixa renda com idade entre 18 e 29 anos e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais.***
No AVISO DE EDITAL **N°: 05/2023/SMC/CFOC/SPLU -** Processo SEI: **6025.2023/0001458-0.**
Objeto: **20ª EDIÇÃO DO PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS CULTURAIS - VAI - MODALIDADE 2.**
Onde se lê: ***"prioritariamente formados por jovens de baixa renda com idade entre 18 e 29 anos e de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais."***
Leia-se: "prioritariamente formados por jovens de baixa renda de regiões do Município desprovidas de recursos e equipamentos culturais."
Ficam ratificados todos os demais termos do Edital e seus anexos, que não conflitarem com o presente.

EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 058/2023 - CSL/EMSERH
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 231.731/2022 – EMSERH

OBJETO: Contratação de serviços contínuos de **lavanderia hospitalar,** nas dependências da Contratada, com locação de enxoval para atender às necessidades do **Hospital Regional de Chapadinha.**
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.
DATA DA SESSÃO: ADIADO ATÉ ULTERIOR DELIBERAÇÃO.
MOTIVO: Impugnação não respondido em tempo hábil.
Local de Realização: Sistema Licitações-e (www.licitacoes-e.com.br.)
Edital e demais informações estão disponíveis em www.emserh.ma.gov.br e **www.licitacoes-e.com.br.**
Informações adicionais serão prestadas na CSL/EMSERH localizada, na Av. Borborema, Qd-16, n° 25, Bairro do Calhau, São Luís/MA no horário de 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min de segunda a sexta, pelos e-mails **csl.emserh.ma@gmail.com e/ou fernando.cslemserh@gmail.com** ou pelo Telefone (98) 3235-7333.

São Luís (MA), 07 de março de 2023.

Fernando Wlysses Filgueira da Conceição
Agente de Licitação da CSL/EMSERH

Itaú Consultoria de Valores Mobiliários e Participações S.A.

CNPJ 58.851.775/0001-50 NIRE 35300119398

ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 31 DE JANEIRO DE 2023

DATA, HORA E LOCAL: Em 31.01.2023, às 11h15, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, Parque Jabaquara, São Paulo (SP). **MESA:** Renato da Silva Carvalho - Presidente; Tatiana Grecco - Secretária. **QUORUM:** Totalidade do capital social. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação conforme art. 124, § 4º, da Lei 6.404/76 ("LSA"). **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Aprovada a exclusão do limite de idade dos diretores da Companhia previsto no Estatuto Social. 2. Em decorrência do disposto acima, aprovada a exclusão do §2º do art. 7º do Estatuto Social, com consequente renumeração dos dispositivos posteriores, de forma que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 7º - A Diretoria compõe-se de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 15 (quinze) membros, acionistas ou não, compreendendo os cargos de Diretor Presidente ou de Diretor, conforme venha a ser estabelecido pela Assembleia Geral ao prover esses cargos, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. § 1º. Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. § 2º. Os diretores serão investidos nos cargos mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. § 3º Nas reuniões da Diretoria será permitida a participação por telefone, videoconferência, telepresença, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação. O Diretor, nessa hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais." 3. Consolidado o Estatuto Social que, consignando a alteração ora deliberada, passará a ser redigido na forma rubricada pelos presentes. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, lavrou-se esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada. São Paulo (SP), 31 de janeiro de 2023. (aa) Renato da Silva Carvalho - Presidente; Tatiana Grecco - Secretária. **Acionista:** Itaú Unibanco Holding S.A. (aa) Renato da Silva Carvalho e Tatiana Grecco - Diretores. JUCESP sob nº 97.408/23-2 em 06.03.2023. (a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A.

CNPJ: 33.164.021/0001-00 - NIRE: 35.300.020.014

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE JANEIRO DE 2023.

1. Data, hora e local: Aos 02 (dois) dias do mês de janeiro de 2023, às 11:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Rua Sampaio Viana nº 44, Paraíso, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04004-902. **2. Presenças:** Com a participação da totalidade dos seus membros, Srs. José Adalberto Ferrara, Makoto Yoda e Seigo Ishimaru, presencialmente ou por videoconferência, conforme faculdade prevista no artigo 14, alínea "d", do estatuto social da Sociedade, convocados nos termos do artigo 14, alínea "c". **3. Mesa:** Sr. José Adalberto Ferrara – Presidente e Sr. João Luiz Cunha dos Santos – Secretário. **4. Ordem do dia:** a) eleição do Senhor **Daniel Dibe da Silva** para o cargo de Diretor Executivo da Sociedade; b) ratificação da composição atual da Diretoria Executiva da Sociedade; e c) alteração e ratificação das funções específicas atribuídas aos Diretores Executivos, nos exatos termos da regulamentação vigente. **5. Deliberação:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem ressalvas, decidiram: **5.1.** Eleger para o cargo de Diretor Executivo da Sociedade, *ad referendum* da Superintendência de Seguros Privados, o Senhor **Daniel Dibe da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 27170773, SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 260.894.588-05, residente e domiciliado nesta Capital do estado de São Paulo, com escritório na Rua Sampaio Viana nº 44, 3º andar, Paraíso, CEP 04004-902, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, a ser realizada até o dia 31 de março de 2023, mantida a remuneração anual global conforme fixada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 31 de março de 2022. O membro da Diretoria Executiva ora eleito, não está incurso em crime algum previsto em lei que o impeça de exercer atividades mercantis, em especial aqueles mencionados no artigo 147, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, bem como atende às condições previstas na Resolução CNSP nº 422 de 2021. O eleito toma posse nesta data mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio, nos termos do disposto no artigo 43, parágrafo 5º, da Resolução CNSP nº 422, de 2021. **5.2.** Ratificar a composição atual da Diretoria Executiva da Sociedade, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária de 2023, a ser realizada até o dia 31 de março de 2023, a saber: Diretor-Presidente - Sr. José Adalberto Ferrara; Diretores Executivos sem designação específica - Srs. Marcelo Goldman, Luis Felipe Smith de Vasconcellos, Masaaki Itakura, Adilson Ignacio Lavrador, Nobuaki Moritani e Daniel Dibe da Silva. **5.3.** Alterar e ratificar as funções específicas atribuídas aos Diretores Executivos, nos exatos termos da regulamentação vigente, a saber: **a.** Funções de caráter executivo ou operacional: 1) Diretor responsável pelas relações com a Superintendência de Seguros Privados - **Marcelo Goldman**; 2) Diretor responsável técnico, conforme Circular SUSEP nº 234/2003 e Resolução CNSP nº 432/2021 - **Marcelo Goldman**; 3) Diretor responsável por estabelecer e supervisionar os convênios de que trata a Circular SUSEP nº 617/2020 - **Marcelo Goldman**; 4) Diretor responsável administrativo-financeiro - **Daniel Dibe da Silva**; 5) Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Daniel Dibe da Silva**; 6) Diretor responsável pelo cumprimento da Resolução CNSP nº 383/2020 - **Adilson Ignacio Lavrador**; 7) Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/2005 - **Adilson Ignacio Lavrador**; 8) Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, em conformidade com a Resolução CNSP nº 431/2021 - **Marcelo Goldman**; 9) Diretor responsável pela Política de Relacionamento com o Cliente (Conduta), conforme Resolução CNSP nº 382/2020 - **Masaaki Itakura**; 10) Diretor responsável pelo compartilhamento no Open Insurance, conforme Resolução CNSP nº 415/2021 - **Adilson Ignacio Lavrador. b.** Funções de caráter de fiscalização e controle: 1) Diretor responsável pelo cumprimento da Lei nº 9.613, de 1998, conforme Circulares SUSEP nº 234/2003 e nº 612/2021 - **Nobuaki Moritani**; 2) Diretor responsável pelos controles internos, em conformidade com a Resolução CNSP nº 416/2021 - **Nobuaki Moritani**. **6. Documentos arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela Mesa, procurações, certidões, declaração de desimpedimento e documentos submetidos à apreciação deste Conselho. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, e inexistindo qualquer outra manifestação, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Reunião, lavrando-se no livro próprio, a presente ata em forma de sumário que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem, de próprio punho ou por procurador. **8. Assinaturas:** Sr. José Adalberto Ferrara, Presidente da mesa; Sr. João Luiz Cunha dos Santos, Secretário da mesa; Conselheiros – Srs. José Adalberto Ferrara, Makoto Yoda e Seigo Ishimaru. **9. Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 02 de janeiro de 2023. João Luiz Cunha dos Santos - Secretário da mesa. **JUCESP** nº 86.857/23-0 em 27/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA DE SANTA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 01/2023 – PROCESSO Nº 1058/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO " PREFEITO JOSÉ CHAVES NETTO", SANTA BRANCA – SP. SESSÃO PÚBLICA: 28 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:00 HORAS – recebimento dos envelopes e 28 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:30 HORAS – abertura dos envelopes. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 93, Centro, em Santa Branca – SP. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis, das 08h00min às 17H00min, ou pelo telefone (12) 3972-6627 ou através do e-mail: licitacao@santabranca.sp.gov.br. A obtenção de cópia do edital na íntegra, projetos e planilhas poderão ser efetuada através do site www.santabranca.sp.gov.br – Aba Licitações. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE SANTA BRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 02/2023 – PROCESSO Nº 1101/2023.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE "REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO SÓCIO EDUCACIONAL - CSE- FASE 2", SANTA BRANCA – SP. SESSÃO PÚBLICA: 29 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:00 HORAS – recebimento dos envelopes e 29 DE MARÇO DE 2023 ÀS 9:30 HORAS – abertura dos envelopes. LOCAL: Rua Prudente de Moraes, 93, Centro, em Santa Branca – SP. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na sede da Prefeitura, nos dias úteis, das 08h00min às 17H00min, ou pelo telefone (12) 3972-6627 ou através do e-mail: licitacao@santabranca.sp.gov.br. A obtenção de cópia do edital na íntegra, projetos e planilhas poderão ser efetuada através do site www.santabranca.sp.gov.br – Aba Licitações. Adriano Marchesani Levorin – Prefeito Municipal.

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO SETORIAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 09/2023
Processo nº 18861/2023/SES

Objeto: "AQUISIÇÃO de complementos alimentares para abastecimento do Programa do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica assistidos pela Superintendência da Assistência Farmacêutica/SES, de acordo com a Portaria GM/MS n° 1.554 de 30 de julho de 2013 (Alterada pela Portaria GM/MS n° 1.996 de 11 de setembro de 2013) referente ao Grupo 2 e a Portaria Conjunta n° 12, de 10 de setembro de 2019, que define seus Protocolos Clínicos e suas Diretrizes Terapêuticas – PCDT (Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fenilcetonúria), conforme as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência". Abertura: 23/03/2023 às 09h00min (horário de Brasília); Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br/) e (csl.saude.ma.gov.br). **Informações:** Comissão Setorial Permanente de Licitação – CSL, localizado na Av. Professor Carlos Cunha, s/n, Jaracaty, São Luís/MA. CEP: 65.076-820; **E-mail:** csl.sesmaranhao@gmail.com e **Fones:** (98) 3198-5558 e 3198-5559, edital disponível no site: www.saude.ma.gov.br/csl.

São Luís - MA, 06 de março de 2023.

Chrisane Oliveira Barros
Pregoeira da CSL/SES.

Fortaleza
PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO
DE PUBLICAÇÃO DESERTA PARA O ITEM 08

PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO **Nº. 423/2022**.
ORIGEM: INSTITUTO DOUTOR JOSÉ FROTA – IJF – NÚCLEO DE FARMÁCIA – NUFAR.
OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS INJETÁVEIS (CIPROFLOXACINA, CLINDAMICINA E OUTROS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF, DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E INTEGRANTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
DO TIPO: MENOR PREÇO.
DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.
O(A) Pregoeiro(a) da **CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE FORTALEZA - CLFOR,** torna público para conhecimento dos licitantes e demais interessados que o AVISO LICITAÇÃO DESERTA PARA O ITEM 8 referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 423/2022 - IJF, publicado nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município (DOM), jornal de circulação nacional e jornal local na data de 27 de fevereiro de 2023, torna-se sem efeito. Maiores informações através do email licitacao@clfor.fortaleza.ce.gov.br ou pelo telefone (85) 3452-3477.
Fortaleza – CE, 09 de março de 2023.
JOSÉ JESUS LÉDIO DE ALENCAR
Pregoeiro(a) da CLFOR

Pedro Doria *E-mail:* *coluna@pedrodoria.com.br;* ***Twitter:*** *@pedrodoria*

Banir o TikTok?

Até o fim do ano, uma das maiores firmas de e-commerce chinesa deve abrir capital em Wall Street – a Shein, hoje, é avaliada em US$ 64 bilhões. Na venda de roupas femininas, já ultrapassou a Amazon no mercado americano. Afinal, em suas páginas sai por US$ 10 o mesmo vestido que nas lojas dos EUA chega a US$ 100.

A Casa Branca pressiona cada vez mais o Capitólio a ampliar seus poderes de pressão sobre a ByteDance, dona do TikTok. O CEO deve depor perante os deputados federais neste mês. Não falta político falando em bloquear o app em todo o mercado americano. Esse território da disputa de espaços entre China e EUA é novo e tem pouco a ver com roupas ou redes sociais. Tem a ver, porém, com inteligência artificial (IA).

Os parlamentares americanos, quando manifestam suas preocupações com o TikTok, lançam dois argumentos. Um é mais proeminente nas falas públicas. Na atual versão mais autocrática do governo chinês, dados pessoais de americanos que usam a plataforma podem estar fluindo para Pequim. O argumento manifestado com mais discrição é outro. Os americanos temem que, assim como as redes sociais chinesas fazem discretamente propaganda do governo lá, podem estar sendo usadas para fazer propaganda antiamericana no Ocidente.

> ***O TikTok é muito mais viciante do que qualquer uma das redes sociais dos EUA***

O TikTok é muito mais viciante do que qualquer uma das redes americanas. É difícil explicar por que, mesmo tentando, a Meta não foi capaz de reproduzir a mesma capacidade de grude no Instagram. Há muitas explicações possíveis, mas uma delas é a mais prosaica – simplesmente, não está à altura da ByteDance em IA.

A imprensa sugere que a China está um salto à frente dos EUA em IA. Uma das razões pode ser que os controles sobre privacidade e as exigências que democracias impõem a empresas não existem por lá. Sem tantas amarras, o algoritmo do TikTok foi treinado com muito mais facilidade.

Mas os chineses não inventaram o ChatGPT. Nos EUA, não só a OpenAI desenvolveu o ChatGPT como o Google criou um rival, o Bard. Se há uma guerra em busca de domínio tecnológico, os chineses não lideram em todas as frentes. A capacidade da Shein de vender vestidos baratos, afinal, depende diretamente daquilo que, no Brasil, seria classificado como trabalho equivalente à escravidão.

Mas essa briga é diferente. É difícil imaginar os EUA banindo o TikTok. Se o fizerem, cruzarão uma linha que no passado atravessaram apenas em tempos de guerra. A briga pelo controle do fluxo de informação pelo Estado. E, ainda assim, a briga está posta. ●

JORNALISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Adriana Fernandes ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** e Pedro Doria ● **SAB.** Adriana Fernandes ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)** e Affonso Celso Pastore **(quinzenalmente)**; Paulo Leme **(1º domingo do mês)**, Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

CLASSIFICADOS

JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar: (11) 3855-2001

IMÓVEIS SÃO PAULO

Alugam-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

AV PAULISTA
Cjto. coml. 351m² a 675m² á. priv. Imperdível. Menor taxa de cond. e melhor Al. da região. Dir. propr. (11)3241-3855 hc/94039-9863

CH STO ANTÔNIO
R.Verbo Divino esq.Nações Unidas Cjto. 540m²/ 1080m². á. priv. Menor aluguel e cond. da região. Imperdível. Dir. c/ propr. ☎(11)3241-3855/94039-9863

OPORTUNIDADES

LEILÕES

CASA EM OSASCO/SP
125 m²a.t., R. Paissandú, 272. Prop. mínima R$ 262.500,00 (Parcelável) danieloliveiraleiloes.com.br

LEILÃO DE ARTE
O Leiloeiro Oficial Aloisio Cravo, JUCESP 387, comunica que realizará Leilão de Arte, dia 14/03/23 às 20:30hs. Rua Groenlandia, 1897 São Paulo (11)3088-7142

ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

COMUNICADOS

COMUNICADO À PRAÇA
Eu Dra. Ana Gabriela De Caro responsável pela Empresa Ideal Credito CNPJ 00.827.371/0001-** comunico que estão havendo ofertas de crédito por golpistas em nome da empresa em questão. Sendo assim nos isentamos de qualquer responsabilidade por esses atos fraudulentos.

COMUNICADO DE EXTRAVIO
Eu Elias Ferreira de Souza, portador do RG 25809221-X, comunico extravio do diploma Bacharel em Teologia, emitido pela Faculdade Faetel em 07/2015. Razão pela qual solicito a segunda via.

EXTRAVIO DE DIPLOMA
Eu, Yassuo Yoshida, portador do RG: 97464168, comunico o extravio dos meus Diplomas: Diploma de Médico da Faculdade de Medicina da USP, concluído em 1985 e Diploma de Residência Médica em Ortopedia do IOT da FMUSP concluído em 1988.

PUBLICAÇÃO AO SEMASA
"ELUAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, torna público que requereu ao SEMASA a LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, DE INSTALAÇÃO E DE OPERAÇÃO - LPIO, para fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente, peças e acessórios, na Rua Marcia Mendes, 61, Parque Marajoara, conforme Processo Ambiental Nº 068014/2023. E declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao SEMASA."

EMPREGOS

MÉDICO EXAMINADOR
Contrato p/ medicina ocupacional em Vargem Grande Paulista. ☎ (11) 4158-4754/ 98423-5022

OPORTUNIDADES EM LEILÃO - 35 IMÓVEIS
Residênciais • Comerciais • Terrenos | Em todo o Brasil

PESTANA LEILÕES — bradesco

27/03/23
SEG - 9h
ELETRÔNICO

São Paulo/SP
Ap. c/ área priv. de 337,01m²
duplex c/ 5 vagas de garagem
Ed. Mansão de Bragança
Rua Serra de Bragança, 757
Vila Gomes Cardim
Lance Mín.: R$ 1.413.000,00

COND PGTO DO LEILÃO:
- À vista c/ **10% de desc.**;
- Parc. c/ sinal e o saldo em até 12, 24, 36 ou 48x. (exceto lotes 18, 26 e 28).

Comissão de 5% à Leiloeira.

Edital completo, descrições e fotos dos imóveis no site.

Saiba mais em:

Liliamar Pestana Gomes - Leiloeira Oficial | JUCISRS 168/00 | 51 3535.1000 | pestanaleiloes.com.br | banco.bradesco/leiloes

Leilão VIP — EDITAL DE LEILÃO ON-LINE — bradesco
DATA 1º LEILÃO 28/03/23 ÀS 10H00 - DATA 2º LEILÃO 30/03/23 ÀS 10H00

Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCEMA sob nº 12/96 e JUCESP sob nº 1086, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização do leilão: **somente on-line via www.leilaovip.com.br. Localização do imóvel: Santo André-SP. Jardim Bom Pastor.** Travessa Ângelo Pedrão, nº 78. Casa. Áreas totais: terr. 637,97m² e constr. 259,00m² (lançada no IPTU 323,00m²). Matr. 44.788 do 1º RI local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes, da divergência de área verificada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão:** 28/03/2023, às 10:00h. Lance mínimo: **R$ 6.654.148,26. 2º Leilão:** 30/03/2023, às 10:00h. Lance mínimo: **R$ 1.255.938,57** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.leilaovip.com.br. Para mais informações - tel.: 0800 717 8888 ou 11-3093-5252. Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Leiloeiro Oficial JUCEMA nº 12/96 e JUCESP nº 1086

negocios & oportunidades
Serviço ao leitor de empréstimos e investimentos
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Antes de solicitar um empréstimo, verificar a idoneidade de quem está oferecendo, solicitando documentos pessoais do fornecedor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓O contrato deve conter a taxa de juros e a forma de devolução do empréstimo
- ✓Forneça seus dados apenas pessoalmente
- ✓Faça a transação apenas pessoalmente
- ✓Evite documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Não adiante nenhum valor

ICQC 2022-24

imóveis
Serviço ao leitor
Dicas para fazer um bom negócio

- ✓Contatar a imobiliária responsável ou proprietário do imóvel para verificação da documentação de propriedade do bem antes de adiantar algum valor
- ✓Documentar a transação através de contrato com firma reconhecida
- ✓Fornecer seus dados apenas pessoalmente
- ✓Evitar documentos encaminhados via fax, eles podem ser frios
- ✓Faça o negócio pessoalmente

Redes sociais
"O jornalismo nas redes sociais pede uma linguagem específica e muita agilidade para conquistar o público e mantê-lo atualizado o dia todo. Assim, você se mantém 24 horas dentro da notícia."
Renata Cafardo, colunista e repórter especial do Estadão
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE
ACESSE NOSSAS REDES SOCIAIS
#VEM PENSAR COM A GENTE
AINDA NÃO É ASSINANTE? LIGUE: 0800 770 2166

C6 E C7 A fundo
Obra de Italo Calvino continua promovendo debates e paixões

Teatro Musical

'Bonnie & Clyde' une sedução e violência no retrato dos bandidos

Espetáculo que estreia hoje traz um Ford V8 original e une blues, gospel e rockabilly para dar ao público a sensação real de viver a cena

LUIZ OTÁVIO MOTA/LZMOTA STUDIO

WARNER BROS./REUTERS

HULTON ARCHIVE

1. Sargentelli e Eline Porto, com o Ford V8

2. Cena de 'Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas', de 1967

3. Bonnie e Clyde reais

UBIRATAN BRASIL

Quando ouviram a trilha sonora do musical americano *Bonnie and Clyde* em 2011, os atores e produtores Eline Porto e Beto Sargentelli descobriram o espetáculo que desejavam montar no Brasil. "Fiquei apaixonado pelas músicas", comenta Sargentelli. "E a peça ainda traz um fascinante casal de protagonistas que, na vida real, viveu uma história de amor, aventura e crime que capturou a atenção de um país inteiro." Outros projetos e a interrupção forçada pela pandemia adiaram o plano, que finalmente tomou corpo: *Bonnie & Clyde* estreia nesta sexta-feira, 10, no 033 Rooftop do Teatro Santander, em São Paulo.

Valeu a pena esperar. "Estávamos em busca de personagens mais desafiadores, que nos testassem como atores", explica Eline, que tem em Sargentelli um parceiro na arte e na vida. De fato, a trajetória real de Bonnie Parker (1910-1934), garçonete com ambição de ser poeta, e de Clyde Barrow (1909-1934), filho de fazendeiros pobres que ainda jovem se envolveu com a polícia, rendeu diversas lendas urbanas, motivadas pelo desejo mútuo por emoção e fama que os colocou no caminho do crime.

O momento – final dos anos 1920 – contribuiu. "A recessão econômica provocada pela quebra da bolsa de valores de 1929 convenceu esse casal, formado por duas pessoas inicialmente deslumbradas, a formar uma gangue para roubos a pequenas lojas, bancos ou postos de gasolina rurais, na região central dos Estados Unidos", comenta João Fonseca, diretor do espetáculo. "Eles eram especialmente contra os bancos porque, durante o período da depressão, eram os locais onde ficava guardado o dinheiro que faltava para a grande maioria das pessoas."

INIMIGOS. Suas façanhas logo atraíram a atenção do público durante a chamada Era dos Inimigos Públicos, iniciada em 1931. Fonseca observa que, de deslumbrados, Bonnie e Clyde logo tomam consciência da crítica situação do país.

O comportamento do casal de amantes torna-se cada vez mais ousado e imprudente e a emocionante aventura logo se transforma em uma espiral descendente, colocando os jovens e seus comparsas em apuros com a lei. Forçados a fugir, Bonnie e Clyde recorreram ao roubo e ao assassinato para sobreviver. À medida que a fama da dupla crescia, seu inevitável fim se aproximava.

"Essa movimentação pelas cidades inspirou a concepção do espetáculo", conta o diretor. Contribuiu o fato de a peça ser montada no 033 Rooftop, local totalmente livre de palco e cadeiras fixas, oferecendo total liberdade para a cenografia de Cesar Costa. Assim, caminhos sinuosos foram traçados no espaço, que conduzem os personagens de um lugar para o outro, desde a casa na qual o jovem Clyde se revolta contra a pobreza da família até a lanchonete em que trabalha a sonhadora Bonnie, local também do primeiro encontro deles. "Clyde é um autêntico delinquente, mas é justamente esse desvio de caráter que seduz Bonnie", comenta Sargentelli, que começou a viabilizar a produção em 2018, com a negociação dos direitos autorais.

"A peça traz um fascinante casal de protagonistas que, na vida real, viveu uma história de amor, aventura e crime"
Beto Sargentelli
Ator e produtor

"Estávamos em busca de personagens que nos testassem como atores"
Eline Porto
Atriz e produtora

Sedutores
A imagem sexy de Bonnie e Clyde foi consolidada pelo filme vivido por Warren Beatty e Faye Dunaway

FORD. Depois do vácuo criado pela pandemia, o projeto ganhou força com a chegada de Adriana Del Claro, tanto na produção como no elenco – ela vive Blanche, casada com Buck (Claudio Lins), irmão de Clyde. "Buscamos uma completa imersão do público na trama", conta Adriana. Para isso, os produtores apostaram em detalhes – como o uso de um carro original Ford V8, igual aos utilizados pelos personagens. A restauração de uma carcaça comprada em Curitiba a deixou idêntica ao modelo original.

"Clyde era apaixonado por carros", comenta o diretor musical Thiago Gimenes que, além de uma trilha não tradicional (combinando blues, gospel e rockabilly), orientou a propagação do som por todos os cantos. "E, como o musical não tem coreografia, criamos uma partitura de movimentos a fim de incentivar a ação", diz a coreógrafa Keila Bueno. ●

Bonnie & Clyde
033 Rooftop do Teatro Santander (cobertura)
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2.041. 6ª, 20h. Sáb. e dom., 15h30 e 20h. R$ 75 / R$ 250. **Até 14/5.**

Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM
PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM
SOFIA PATSCH | SOFIA.PATSCH@ESTADAO.COM

Djamila Ribeiro vai à ONU falar contra o racismo

Djamila Ribeiro recebeu um convite assinado pelo presidente da Assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Csaba Korosi, para falar na cerimônia pelo Dia Internacional em Memória das Vítimas da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Escravos, na sede da ONU, em Nova York, no dia 27.

"Esse convite para mim tem caráter muito especial por ser o evento mais importante de antirracismo na ONU", diz a filósofa paulista. "Fazer o discurso saudando a importância do evento de memória aos povos que foram escravizados traz um impacto na minha trajetória, além de poder voltar à sede da ONU, como convidada principal. É algo que me alegra bastante", completa a professora e ativista.

Djamila também engatou outro projeto importante. Seu best-seller "Pequeno Manual Antirracista" vai virar uma série, a ser realizada pela Gullane Filmes.

LUCIANA PREZIA/ESTADÃO

O livro 'Pequeno Manual Antirracista', da filósofa paulista, vai virar série da Gullane Filmes

Cinema

FERNANDO SAMPAIO/AE

Filmagem de longa sobre os Mamonas Assassinas recria show histórico em estádio no sábado

A filmagem do projeto de ficção baseado na banda Mamonas Assassinas vai ocupar, amanhã, o Centro Adamastor, em Guarulhos. Lá serão rodadas cenas de um show que marcou a história da banda, no ginásio Thomeuzão. A apresentação foi a maior dos Mamonas, com um público de 20 mil pessoas, em 1996. A passagem é importante na narrativa porque foi no Thomeuzão que os Mamonas passaram por uma rejeição antes da fama. O projeto – que inclui a produção de uma longa e uma série – conta com a direção de Edson Spinello e roteiro de Carlos Lombardi e Carlos Amorim, e vem sendo rodado em Guarulhos desde meados de janeiro.

Vinil e drinks

DANIEL ZANARDI

Irmãos abrem bar de vinil, música eletrônica e muitos petiscos no coração da Barra Funda

Veteranos da noite paulistana, os irmãos Vivi Flaksbaum e Pil Marques criaram um novo espaço para receber admiradores dos discos de vinil, da comida de boteco e de drinks clássicos: o 4E20 Vinyl Music Bar, no coração da Barra Funda. Pil é o responsável pela curadoria musical do local, que tem mesas na calçada, pista de dança e promete animadas happy hours de quinta a sábado, com diferentes estilos de música. Aos domingos, a dupla inova com uma day party das 10 às 22h, a *Foda Vinyl Junkies*, sempre trazendo DJs da cena eletrônica. A inauguração será no dia 18, a partir das 18h.

Shows do Coldplay e a sustentabilidade

O vocalista Chris Martin, do Coldplay, segue sua tendência de preocupação com sustentabilidade. A banda vai usar biodiesel – combustível renovável e biodegradável – em todos os geradores de energia dos próximos shows da turnê *brasileira de Music of the Spheres*, de 10 a 28 de março. A medida deve reduzir em até 80% a emissão de CO2 pelos equipamentos – cada show vai consumir cerca de 30 mil litros do biocombustível.

JF DIORIO / AE

Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, Instituto Baccarelli, Unilever, B3 e Instituto Cultural Vale apresentam
CONCERTOS TEATRO B32
TEMPORADA 2023
INSTITUTO BACCARELLI
Maestro
Edilson Ventureli
Heliópolis
& Simoninha
convidam
André Frateschi
& Kell Smith
12 MAR
DOM 17H
INGRESSOS R$40
Vendas através da bilheteria do Teatro B32 ou em teatrob32.byinti.com
Instituto Baccarelli
Transmissão ao vivo pelo canal do Instituto Baccarelli no Youtube
LOCAL TEATRO B32
ENDEREÇO Av. Brg. Faria Lima, 3732 - Itaim Bibi, São Paulo - SP
institutobaccarelli.org.br

Marcelo Rubens Paiva

Holocausto animal

Muitos sobreviventes do Holocausto passaram a traçar paralelos entre o que viveram no campo de concentração e como tratamos os animais que comemos. O escritor Isaac Bashevis Singer, Nobel de Literatura de 1978, escreveu: "Em relação aos animais, todas as pessoas são nazistas; para os animais, é uma eterna Treblinka".

A ONG People for the Ethical Treatment of Animals (Peta) passou a usar a analogia em 2006 nas suas campanhas, o que causou indignação entre líderes judeus, incluindo o Museu do Holocausto americano.

Resgataram textos de outros sobreviventes e escritores de renome para ampliar o movimento. Edgar Kupfer-Koberwitz, jornalista alemão também sobrevivente, escreveu em 1940 no seu *Dachau Diaries*: "Acredito que enquanto o homem tortura e mata animais, ele também torturará e matará humanos, e guerras serão travadas, pois matar deve ser praticado e aprendido aos poucos".

De outro sobrevivente do Holocausto, Alex Hershaft: "Os nazistas fizeram com minha família e meu povo o que fazemos com os animais que criamos para comer: a marcação ou tatuagem de números de série para identificar as vítimas, o uso de vagões de gado para transportar as vítimas para a morte, o alojamento lotado das vítimas em caixotes de madeira, a designação arbitrária de quem vive e quem morre – o cristão vive, o judeu morre; o cão vive, o porco morre".

Outro Nobel de Literatura, J. M. Coetzee, disse que o homem do século 20 adaptou o processo industrial de abater e armazenar carne para fazer o mesmo com seres humanos na Alemanha.

Marguerite Yourcenar também escreveu que todo ato de crueldade sofrido por animais é um crime contra a humanidade: "Se não aceitamos o transporte de seres humanos a campos de concentração, como aceitaríamos o 'desumano' transporte de animais a matadouros?".

Peter Singer, um filósofo australiano que se especializou em bioética, foi quem fundou o movimento de direito dos animais ao escrever *Animal Liberation: A New Ethics for Our Treatment of Animals* (1975), chamando a atenção para a rotina de tortura e abusos nas fazendas e na pesquisa científica.

Vira e mexe, meu check-up aponta falta de ferro e anemia. É grave. Uma solução é a eventual infusão de soro com ferro, que mais se parece uma frigideira vermelha líquida derretida que entra no sangue em gotas durante 60 minutos.

Me receitam alimentos de origem animal (coração de galinha, fígado, língua de boi, peixes e frutos do mar, ovos, carnes e aves). Preciso de seu ferro e o da panela. Quero ser vegano. Difícil viver atualmente sem se sentir um abusador de animais. ●

É ESCRITOR E DRAMATURGO, AUTOR DE 'FELIZ ANO VELHO'

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

Sesc

teatro

Das Paredes
Texto e direção de Letícia Coura.
Até 18/3. Quarta a sábado, 20h30.
Pinheiros

Ubu Rei últimos dias!
Com Os Geraldos e direção de Gabriel Villela.
Até 12/3. Sexta e sábado, 20h. Domingo, 18h.
Consolação

O Avesso da Pele
Dir.: Beatriz Barros. Com Coletivo Ocutá.
Até 2/4. Quinta a sábado, 20h. Domingos, 18h.
Avenida Paulista

Um Bonde Chamado Brazil
Com CaTI - Caxote Teatro Íntimo.
10/3. Sexta, 20h.
São Caetano

Banco dos Sonhos
Texto e Direção: Kiko Maques. Com Velha Companhia.
Até 2/4. Quinta a sábado, 21h. Domingos, 18h.
Pompeia

Enquanto Você Voava, Eu Criava Raízes
Com Cia. Dos à Deux.
Até 2/4. Sextas, 21h. Sábados, 20h. Domingos, 18h.
Santo Amaro

Mofo
Dir. Aline Filócomo e Thiago Amaral. Parte do "Teatro Mínimo".
Até 2/4. Sextas, 21h30. Sábados, 19h30. Domingos, 18h30.
Ipiranga

exposições

Qual é o Seu Legado? 30 Anos do Museu da Pessoa no Brasil
Recorte do acervo de mais de 18 mil histórias de vida que reconhecem o valor humano, histórico e social de cada pessoa.
Até 2/4. Terça a sexta, 9h às 20h. Sábados, 10h às 20h. Domingos, 10h às 18h.
Bom Retiro

Nise Da Silveira – A Revolução Pelo Afeto
Exposição sobre a vida e obra de Nise da Silveira e dos artistas do hospital psiquiátrico do Engenho de Dentro.
Até 7/5. Terça a sábado, 10h às 21h. Domingos e feriados, 10h às 18h.
Belenzinho

FESTIVAL ZUNÍDO

Marcos Valle & Azymuth
10/3. Sexta, 21h30

Kid Koala & Lealani
11 e 12/3. Sábado, 21h30. Domingo, 18h30

Pupillo apresenta Sonorado
16/3. Quinta, 21h30

Rodrigo Ogi & Dr. Drumah
17/3. Sexta, 21h30

The Last Poets
18 e 19/3. Sábado, 21h30. Domingo, 18h30

Pompeia

música

Hateen
No repertório, sucessos como "1997" e "Quem Já Perdeu Um Sonho Aqui".
11 e 12/3. Sábado, 19h30. Domingo, 17h30.
Avenida Paulista

Barão Vermelho
Banda celebra 4 décadas de carreira.
10 e 11/3. Sexta e sábado, 20h30.
Belenzinho

Russo Passapusso
Lançamento do álbum "Alto da Maravilha".
10 e 11/3. Sexta e sábado, 21h.
Pinheiros

Jennifer Souza
Show "Pacífica Pedra Branca".
10/3. Sexta, 21h.
Belenzinho

Banda Mantiqueira
Com participação de Virgínea Rosa.
10 e 11/3. Sexta e sábado, 21h.
Ipiranga

Jota.pê
Show autoral baseado em seu EP "Garoa".
11/3. Sábado, 20h.
Guarulhos

Sombrinha
Fundador do Grupo Fundo de Quintal comemora 45 anos de carreira.
11/3. Sábado, 20h.
Santo André

Uma noite com Maysa
Com Alice Caymmi, Ayrton Montarroyos e Filipe Catto.
11 e 12/3. Sábado, 21h. Domingo, 18h.
Vila Mariana

crianças

espetáculos
A Cor Que Ninguém Conhecia
Com Cia. Teatro Cartum.
De 11 a 26/3. Sábados e domingos, 12h.
Belenzinho

Medo, Medinho, Medão
Com Cia Conto em Cantos.
11/3. Sábado, 14h.
Santo Amaro

circo
Retumbantes
Direção de Lívia Mattos.
10 a 12/3. Sexta e sábado, 20h. Domingo, 18h.
Santana

Vento
Com Cia. Solas de Vento.
10/3. Sexta, 20h.
Vila Mariana

parques

Itaquera e Interlagos
Aproveite as áreas verdes e desfrute dos espaços ao ar livre!
Quarta a domingo, 9h às 17h.
(Na foto, o Sesc Itaquera)

esporte e atividade física

Oficina de Futebol Freestyle
Com as atletas Letícia Santos e Glayds Fagundes.
De 12 a 26/3. Domingos, 15h30.
Pompeia

Treino Aberto de Futsal Feminino
Com Cris Souza.
12/3. Domingo, 10h.
Belenzinho

Aula Aberta de Esgrima
Com educadores(as) de atividades físicas do Sesc.
Até 25/3. Sábados, 11h30.
Avenida Paulista

dança

espetáculo
Memória e Cordas do Coração
Com Ballet Stagium.
11 e 12/3. Sábado, 20h. Domingo, 18h.
Bom Retiro

Entre o que se imagina e o que se pode tocar
Com Núcleo de Improvisação.
9 e 10/3. Quinta e sexta, 20h.
24 de Maio

vivência
Balés do oeste africano
Com Rafael Rodrigues e Vitor Diaz.
Até 30/4. Domingos, 10h30.
Campo Limpo

Seminário de Saúde Mental
Arte e Sociedade
Rodas de conversa, oficinas e espetáculo teatral propõem conexões entre as expressões artísticas e a saúde mental. Abertura com Jaswant Guzder (Universidade McGill / Canadá) e Debbie-Ann Chambers (Universidade das Índias Ocidentais / Jamaica).
De 21 a 23 de março de 2023
Sesc Belenzinho
Inscrições no portal sescsp.org.br

Consulte a Classificação Indicativa das atividades em
SESCSP.ORG.BR

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

O futuro é dos realistas
Data estelar: Lua míngua em Libra

É contraproducente dividir o mundo entre mocinhos e bandidos, porque neste planeta belo e assustado em que existimos o bem não é tão puro assim, nem tampouco o mal é tão hediondo quanto o pintam, está tudo misturado e somente parece haver uma divisão clara e consistente entre os dois bandos porque nossa humanidade pratica a arte da hipocrisia e, também, porque inventou o inconsciente para fingir que não sabe o que sabe e, assim, viver uma vida de simulações tragicômicas.

A realidade não é dividida, é toda junta e misturada, e a melhor perspectiva para nossa civilização é aprendermos a navegar nela com destreza, abandonando o vício da hipocrisia e dando por encerradas as atividades inconscientes, porque ao futuro não ingressarão nem os otimistas nem os pessimistas, mas os realistas. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
O panorama é complexo, porque envolve uma trama de relacionamentos na qual se misturam adversários e pessoas favoráveis a você, e todas cumprem um papel importante, portanto, não se trata de vencedores ou derrotados.

TOURO 21-4 a 20-5
As pessoas incentivam você a seguir em frente porque não são elas as que terão de arcar com a responsabilidade de estarem no campo de batalha. Por isso, acate o incentivo, mas decida você o momento de agir ou de esperar.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Aprimore a busca por se envolver em algo que tome de assalto seu coração, algo que detenha sumariamente todos os questionamentos e dilemas, algo que eleve sua alma ao patamar pressentido sobre o que é a vida.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Enquanto a alma sonha com lugares distantes e se sente mais familiarizada com esses do que com o meio ambiente que habita, acontecem coisas que validam esses sonhos, porém, seu corpo continua estando aqui e agora.

LEÃO 22-7 a 22-8
O melhor que você pode fazer diante dos fatos que se apresentarem é evitar tirar conclusões precipitadas e, ao contrário disso, tomar um bom tempo para investigar as suspeitas até se deparar com a verdadeira realidade.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Alguma vantagem as pessoas sempre pretendem obter, de absolutamente tudo, até de situações que não comportariam. É importante ter ciência disso, porém, mais importante ainda é saber como sair desse jogo.

LIBRA 23-9 a 22-10
A necessidade é a verdadeira mãe do destino, enquanto os desejos são os progenitores de todas as encrencas, boas e más, em que sua alma se envolve. Sintonizar necessidades e desejos é a verdadeira alquimia da vida.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
No meio do variado cardápio de possibilidades criativas se misturam algumas encrencas que parecem ter tudo para serem boas, mas que a prática revelará que são decepcionantes, quando não tiros que saem pela culatra.

SAGITÁRIO 2-11 a 21-12
As pessoas ajudam, mas as pessoas atrapalham também. As pessoas podem proporcionar paraísos, mas também infernos que não acabam mais. O mundo dos relacionamentos não é uma dimensão segura, apesar de inevitável.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Ou você decide pensar seus próprios pensamentos, ou sua alma naufraga no oceano de pensamentos que se pensam sozinhos. Não há nada mais importante do que você comandar sua própria mente. Nada mais importante.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Todos gostaríamos de existir num universo de magia, no qual seria necessário apenas idealizar para que as coisas se realizem por si sós. Ainda bem que nada é assim, porque imagine você realizar tudo que você pensa.

PEIXES 20-2 a 20-3
Suspeitas sempre haverá, porque as pessoas são cheias de vieses e sua alma, ao mesmo tempo, é sensível o suficiente para ler nas entrelinhas. Só que nem sempre há algo interessante e digno de destaque nas entrelinhas.

Cinema ***Justiça***

Sharon Stone revela que perdeu a guarda do filho após 'Instinto Selvagem'

Atriz conta que, à época do filme, ela e o ex-marido Phil Bronstein travavam uma briga pela custódia de Roan

A atriz Sharon Stone afirmou que perdeu a guarda do filho adotivo por conta do filme *Instinto Selvagem*, do diretor Paul Verhoeven, de 1992. À época do longa, ela estava travando uma batalha na Justiça pela custódia de Roan, com o ex-marido, Phil Bronstein.

Em entrevista a Bruce Bozzi para o podcast *Table for Two* (via *Entertainment Weekly*), Sharon deu detalhes da situação. "Perdi a custódia do meu filho. O juiz perguntou ao meu filho, meu garotinho: 'Você sabia que sua mãe faz filmes de sexo?'", disse. A cena a que o juiz se refere é um momento em *Instinto Selvagem* em que a personagem de Stone está sendo interrogada sobre o assassinato de um homem com quem ela se relacionava. Stone cruza as pernas e sua parte íntima aparece por segundos. A cena foi durante anos um marco em sua carreira. Em seu livro de memórias, *The Beauty of Living Twice*, ela afirma que não tinha ideia de que sua genitália aparecia, até ver o filme pela primeira vez.

ABUSO. Sobre a atitude do juiz, a atriz foi enfática. "Esse é o tipo de abuso do sistema que considerou que tipo de mãe eu era porque fiz aquele filme. As pessoas estão andando sem roupas na TV agora", pontuou.

Stone foi casada com Bronstein de 1998 a 2004. Em 2000, eles adotaram Roan, que ficou com o pai após a separação. Ela perdeu a guarda e teve apenas o direito de visitar Roan. Os dois mantiveram contato ao longo dos anos e, em 2019, ele deu entrada com documentos para adicionar o sobrenome da atriz. Ela publicou uma foto no Instagram chamando-o de "Roan Stone".

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *"A inveja é tão vil que ninguém se atreve a confessá-la"* **Ramón Y Cajal**

1 livro por semana

Maria Fernanda Rodrigues

Amor em descompasso

Essa é a história de uma mulher que está partindo. Uma história sobre desencontros, incomunicabilidade, culpas e remorsos. Tudo o que cabe numa vida feita de silêncios.

São esses silêncios, passagens que foram caladas ao longo de décadas, que a narradora de *Vá Aonde Seu Coração Mandar*, de Susanna Tamaro, conta na tentativa de, na iminência da morte, dar algum sentido a sua existência. E de tentar consertar ao menos uma das poucas relações significativas que teve em seus cerca de 80 anos. Das outras, vai levar a frustração e a certeza de que não tem mais o que fazer e de que as coisas poderiam ter sido diferentes, poderiam ter terminado melhor, se. Tem sempre um se.

"Há um antes e um depois na nossa vida, e esse antes e depois ata o nosso destino, cai em cima de nós como uma rede sobre a presa", ela escreve na longa carta que, espera, sua neta, criada por ela, leia quando voltar para casa. Sabe que não estará mais lá. Está doente, sem esperança de cura ou de um tempo a mais que seja. Mas sabe também que às vezes a relação está tão comprometida que pode não haver espaço para a escuta e o diálogo. Já tentou isso com a filha, e deu errado: a bomba saiu explosiva demais.

Vá Aonde Seu Coração Mandar
....
Susanna Tamaro
....
Editora: Verus
....
224 págs., R$ 49,90
R$ 29,90 o e-book

Então ela escreve para a neta, lamentando não ter pensado nisso quando a filha estava ali, precisando de ajuda e de respostas.

Misturando memórias com filosofia, ciência, religião, esoterismo, crítica à psicanálise, Segunda Guerra Mundial, Maio de 68, feminismo, fascismo, a Guerra dos Bálcãs e por aí vai, tudo explorado superficialmente, a narradora tenta fazer um panorama da sua vida desde a infância (e esticando um pouco para falar também sobre os pais antes de ela nascer).

Ao descrever a frieza de sua mãe e a rigidez do pai, ela tenta mostrar que buscou ser uma mãe diferente para sua filha. Ao falar sobre a apatia do marido, a raiva da filha e o conflito com a neta, ela reafirma a solidão que sempre a acompanhou. Ao discorrer sobre o amor finalmente descoberto, fora do casamento, ela relembra os momentos felizes – que voltam com o peso das tragédias. Porque sempre achamos que vai dar tempo de ajeitar as coisas, de compreender e ser compreendido. Mas o destino prega peças.

"Desde que nasci, só disse uma mentira. E com ela destruí três vidas", resume. Esta carta, o livro que lemos, é, então, sua tentativa de não destruir uma quarta pessoa. "Será que minha voz conseguiu salvá-la?", questiona a narradora, cujo conselho final está no título desse best-seller italiano de 1994, que já vendeu cerca de 25 milhões de cópias e parece ser mais tocante do que é. ●

JORNALISTA ESPECIALIZADA EM LITERATURA

SEG Pedro Venceslau **(quinzenal)** e Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Leandro Karnal e Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Sérgio Augusto **(quinzenal)**, Alice Ferraz, Suzana Barelli, Renata Simões **(quinzenal)** e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto **(Aliás, quinzenal)**, Milton Hatoum **(mensal)** e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **http://bit.ly/3l0Uy3y**

Instituição que o pintor diletante não frequentou
(?) de fígado, tira-gosto
Montículos
Pequeno barco de de pesca
A 6ª nota musical
Prefixo de "Terra", em "geografia"
Polêmico conceito de redução da propagação da covid-19
Vereador
O "antepassado" do hotel
G E O
(?) Lobo, cantor
Recolhimento
Recurso do araponga
Moeda, em inglês
Espaço celeste (fig.)
Riqueza trazida para o Brasil em 1727 por F. Palheta
Gordura
Contratante da publicidade
Jet (?), ator chinês
Ar, em francês
Peça apoiada no cavalete do pintor
Que pode ser economizado com rigor
Fileiras
Moradora do convento
Surgir no horizonte
(?)-máter, uma das meninges (Anat.)
Comércio, em inglês
Reconhecimento (?), tecnologia usada em aeroportos
Johnny (?), cantor
Asno, em francês
Instância regional da Justiça eleitoral
Gravata, em inglês
O sétimo planeta
Recorte típico do litoral maranhense
Exaltação de ânimo
Célula fertilizada
Baralho de uso divinatório
Prenome de Descartes
A da bola 7, na sinuca, é a preta
Advérbio (abrev.)
Grupo sanguíneo
Seno (símbolo)
Mina do (?), bairro de Criciúma (SC)
Tradição católica em festas litúrgicas
Ação dificultada pela hipermetropia
Tipo de queijo servido assado

BANCO 3/air — âne — ria — tie. 4/coin. 5/trade.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS

Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, a atriz francesa que atuou em filmes como "Camille Claudel" e "O Julgamento".

Pista								
Chamado para depor.	1	2	3	1		4	5	6
Disfarçar; dissimular (fig.).	7	4	8	9		10	4	10
(?) Cabral, aviador português.	8	4	9	4		11	10	4
Aquele que substituiu; que pode ocupar um lugar que está vago.	8	11	12	13		2	3	14
Atriz e apresentadora brasileira.	4	2	15	14		1	9	4
Condição daquele que ganhou em rifa.	8	6	10	3		4	5	6
Dourar o alimento ao forno.	15	10	4	3		2	4	10
Os beneficiados com a prática do nepotismo.	12	4	10	14		3	14	8
Atacar; agredir.	4	9	6	7		3	14	10
Conjunto dos jornalistas de TV, Rádio, Jornal e Web.	1	7	12		14	2	8	4
O poder do Rei, no Antigo Regime (Hist.).	4	16	8		13	11	3	6
Fio usado em embrulhos.	16	4	10		4	2	3	14
Que já é habitual.	17	4	7		13	1	4	10
Incendiado.	4	9	14		5	1	5	6
Ocasionador.	9	4	11		4	5	6	10
Estudioso que busca a compreensão da realidade.	17	1	13		8	6	17	6
Clássico de Cartola, cantor e compositor brasileiro.	4	9	6		3	14	9	14

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **http://bit.ly/3YzQBjS**

Nível Médio

	7		2	4		5		
6					1			
		2				9		1
4							9	
8				6				3
	2							5
1		7				6		
			5					2
		5		7	9		4	

SOLUÇÕES

JÁ À VENDA!
DESAFIOS INTERGALÁCTICOS
DIVERSÃO DE OUTRA GALÁXIA!
/EDITORAPIXEL
@EDITORAPIXEL
Pixel

Multifacetado, o autor italiano escreveu sobre a sociedade como um ficcionista primoroso

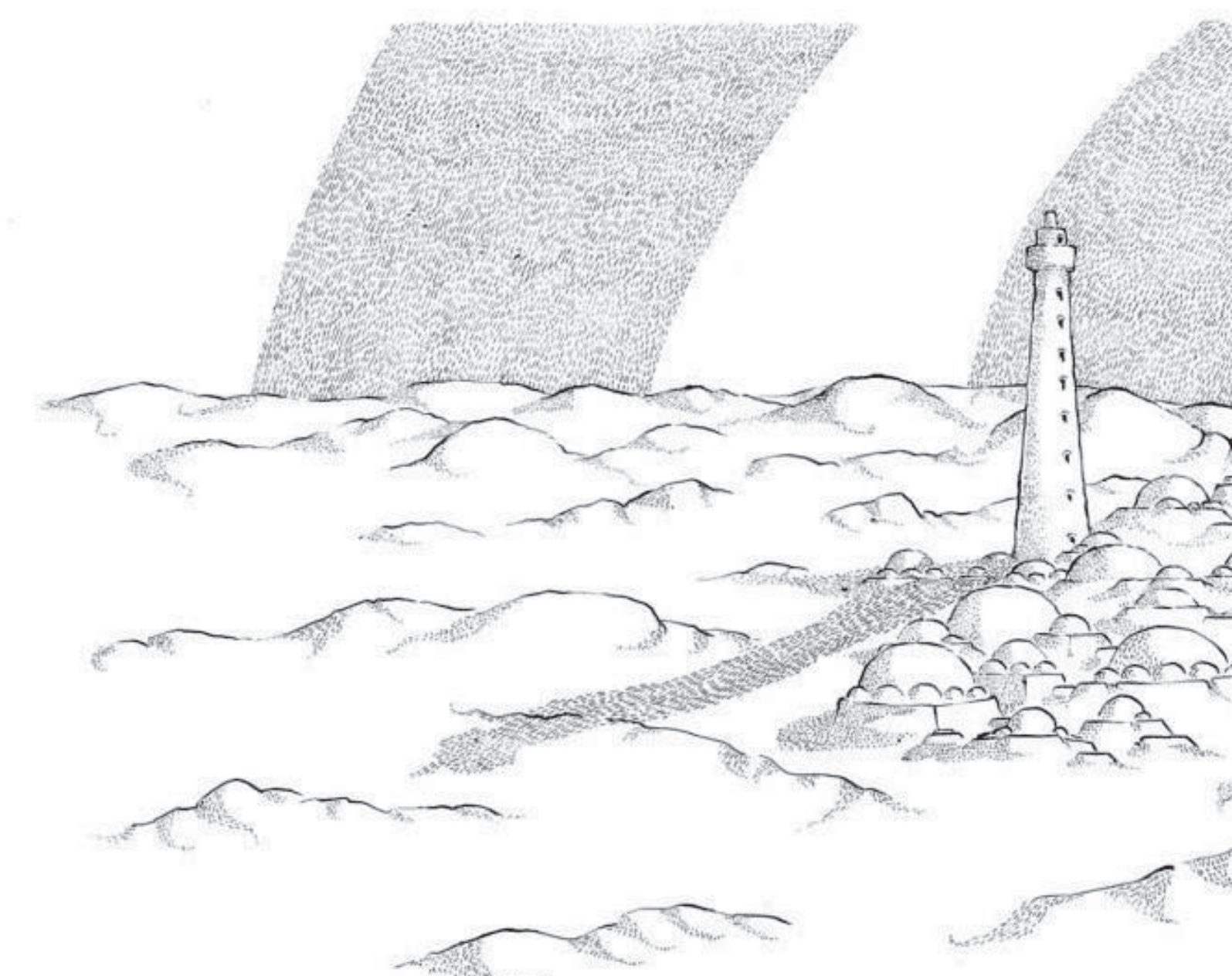
As viagens de Italo Calvino em seu centenário

AURORA BERNARDINI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

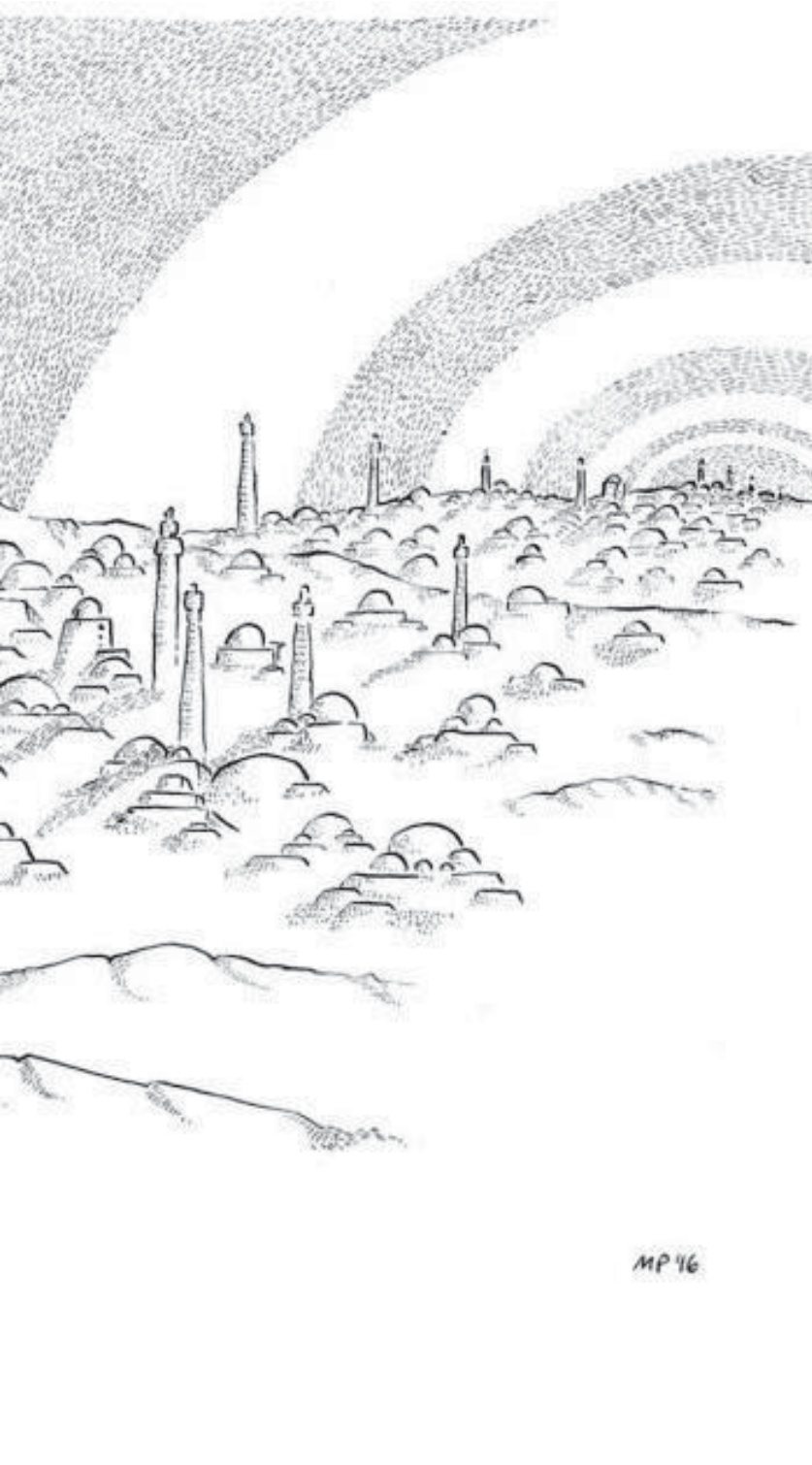
Quando o escritor Italo Calvino, cujo centenário de nascimento se comemora este ano, morreu repentinamente com 62 anos (hemorragia cerebral), em 1985, a consternação foi geral. Conhecido internacionalmente como exímio ensaísta e ficcionista – na época ele e Umberto Eco eram os mais importantes intelectuais da Itália –, ele estava, naquele momento, terminando de redigir as famosas *Seis Propostas para o Próximo Milênio*, a serem apresentadas à Universidade Harvard, dentro do ciclo de conferências (as Norton Lectures) que, desde 1926, haviam contado com figuras como Igor Stravinski, T.S. Eliot, Jorge Luis Borges, Northrop Frye, Octavio Paz, entre outros. Logo, "ao nortear não apenas a atividade dos escritores, mas cada um dos gestos de nossa existência" – conforme diz o tradutor brasileiro Ivo Barroso –, essas conferências se tornaram coqueluche nas universidades do mundo inteiro.

Na verdade, Calvino só chegou a terminar cinco das conferências às quais foi dado o nome de *Lições Americanas*. Do que elas tratam? Assim ele as organizou: Leveza, Rapidez, Exatidão, Visibilidade, Multiplicidade (Consistência). Cada uma dessas conferências, ao focalizar o essencial da respectiva denominação, vai tratar de uma série de outros textos, adquirindo as características desses títulos magistrais.

Para os textos literários e os não literários – e aqui vem o segredo do conferencista –, "a análise crítica não será aquela que aponta para 'fora', mas – explorando o 'dentro' do texto – conseguirá abrir golpes de vista inesperados sobre o fora". Essa, por sinal, é também a posição do nosso Antonio Candido, que de sociólogo se fez crítico literário, como Calvino, que de romancista (mais de 20 romances publicados) se tornou ensaísta. "Em Calvino, o ambíguo é uma constante de seu empenho de artista e desenvolve-se em três tempos, em suas obras básicas", diz Paolo Angeleri.

TEMPOS. O primeiro é o Realístico: inicia-se com o conto *A Entrada na Guerra* (1954) e continua com *A Trilha dos Ninhos de Aranha* (1947), *Por Último Vem o Corvo* (1949) e as três fábulas de *Os Nossos Antepassados*. Já o segundo tempo, o descritivo, traz *A Especulação Imobiliária* (1957), *A Nuvem de Smog* (1958) e *O Dia de Um Escrutinador* (1963). O terceiro, por sua vez, traz o fantástico com *As Cosmicômicas* (1965), *Ti Com Zero* (1967) *O Castelo dos Destinos Cruzados* →

MATTEO PERICOLI/COMPANHIA DAS LETRAS

MP 46

1.

1. Ilustração de 'Cidades Invisíveis', o livro preferido de Calvino, e também um dos mais populares do autor, adentrando na fantasia
2. Isaac Newton, Sterne e Sheherazade são influências do escritor

ACERVO ESTADÃO

2.

(1973), *As Cidades Invisíveis* (1972) – o livro favorito do escritor – e *Se um Viajante Numa Noite de Inverno* (1979), ligado ao movimento Oulipo (Ouvroir de Litterature Potencielle), de Raymond Queneau, que Angeleri prefaciou na versão portuguesa. Quanto às obras ensaísticas de Calvino, devem ser considerados, além das *Seis Lições*, o importantíssimo *Caso Encerrado*, *Coleção de Areia* e *Por Que Ler os Clássicos*.

LITERATURA. Então, voltando às características propostas para o nosso milênio, em primeiro lugar está a leveza. "É preciso ser leve como o pássaro, não como a pluma", diz Paul Valéry, um dos autores mais citados por Calvino. "O fato de que, nos meus 40 anos de ficção, eu tenha tentado tirar o peso das figuras humanas, dos corpos celestes, das cidades, das narrativas, não significa, porém, que não tenha respeito pelo peso", alerta Calvino. "Mas se, hoje em dia, qualquer ramo da ciência mostra que o mundo se segura em entidades sutis: os neurônios, o DNA, os quarks, o software, a informática, o que dizer da literatura?", questiona o escritor.

A leveza tem ao menos três acepções. Uma, que vem exemplificada, entre outros, por Emily Dickinson, outra por Boccaccio, Cavalcanti, Cervantes, Shakespeare. Já a terceira por um quase desconhecido escritor seiscentista: Cyrano de Bergerac. Muitos fios Calvino trança em seu discurso sobre a leveza: a *Ars Magna de Lull*, a *Cabala* dos rabinos espanhóis, a de *Pico della Mirandola*, Galileu, o alfabeto como modelo de cada combinatória de unidades mínimas, Leibniz.

HISTÓRIAS. "Qualquer objeto numa narração é um campo magnético, quase um objeto mágico, particularmente nas narrativas orais em que a economia expressiva é uma batalha contra o tempo e os detalhes que não devem ser deixados de lado", explica Calvino. Lá está Sheherazade com a continuidade e descontinuidade do tempo, lá está o cavalo como emblema da velocidade física, mas também mental, que não apenas marca a história da literatura, mas prenuncia a problemática própria a nosso horizonte tecnológico.

Thomas de Quincey (1785-1859), que definiu a rapidez como sendo a relação entre velocidade física e velocidade mental, exemplifica em uma das histórias mais repetidas em quase todos os filmes de suspense: ele, passageiro, a bordo de um carro postal (*The English Mail-Coach*) em que os cavalos se desgovernam, o cocheiro adormece e um outro carro que vem vindo no sentido oposto iria bater, não fora a rapidez do jovem condutor – rapidez essa física e mental.

"Discorrer é como correr", diz Galileu, e esta afirmação é como seu estilo e método de pensar: a rapidez, a agilidade de raciocínio, a economia dos argumentos, mas também a fantasia dos exemplos. Poder-se-ia ainda falar, com Calvino, de Laurence Sterne (*Tristram Shandy*), de Giacomo Leopardi (*Opúsculos Morais*), dos poetas Walt Whitman e William Carlos Williams, de Jorge Luis Borges ou voltar à mitologia grega com Hermes (sintonia) e Vulcão (focalidade). Mas vamos falar da exatidão e da visibilidade, que em Calvino estão muito próximas, e cuja ordem vamos inverter aqui.

MOISIO/REPRODUÇÃO

Pensata

"Hoje em dia, qualquer ramo da ciência mostra que o mundo se segura em entidades como DNA, quarks, software. O que será da literatura?"

MENTES. Isso, por um curioso aspecto da sua personalidade, é resultado do cuidado da mãe de Italo Calvino. Desde pequenino, ela havia presenteado o filhinho com uma coleção de uma separata do *Corriere della Sera*, chamada *Corriere dei Piccoli*, em que toda semana vinham reproduzidos os mais famosos quadrinhos americanos (*O Gato Felix*, *Os Sobrinhos do Capitão*, *Happy Hooligan*, *Jiggs & Maggie*, etc.). O que fazia o iletrado Italo? Ia enchendo o espaço das bolhas, dos dizeres e dos balões de fala com as histórias imaginárias que as figuras lhe sugeriam. O visível era o fundamental para ele, o estímulo para sua imaginação. Viriam, mais tarde, Dante, Tomás de Aquino, Inácio de Loyola, Jean Starobinski, Freud, Jung, Balzac e... a exatidão.

"Entre os livros científicos em que enfio meu nariz à procura de estímulos para a imaginação", escreve Calvino, "ocorreu-me ler (a respeito de um debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky) que os modelos de formação dos seres viventes são, de um lado, o cristal (imagem da invariância e da regularidade de certas estruturas) e, do outro, a chama (imagem da constância de uma forma global exterior, apesar da incessante agitação interna)".

Calvino, que sempre gostou de emblemas, desenvolve como escritor a imagem do cristal, da chama, da cidade e chega às seguintes constatações, quanto ao caminho da obtenção da exatidão: por um lado, há redução dos acontecimentos contingentes a esquemas abstratos que permitam realizar operações e demonstrar teoremas. Por outro, temos a busca por palavras que deem conta da maior precisão possível ao aspecto sensível das coisas. De novo entram, nas explicações de Calvino, cientistas e poetas discutindo o assunto, e com eles chegamos à multiplicidade.

CLÁSSICOS. Aqui Calvino recorre a duas obras-primas. A de Carlo Emilio Gadda que em português se chamou *Aquela Confusão Louca da Via Merulana*, em que o autor vê o mundo como um sistema de sistemas, onde cada sistema condiciona os outros e é por eles condicionado, ele mostra como cada mínimo objeto é centro de relações, numa frenética deformação.

Outra obra-prima, *O Homem Sem Qualidades*, do também engenheiro Robert Musil, exprime a tensão entre a exatidão matemática e a aproximação dos eventos humanos por meio de uma escritura oposta à de Gadda: controlada e fluente. Depois de inúmeras voltas, porém, ambos chegam à mesma conclusão: a incapacidade de concluir.

Fases

Na infância, a mãe de Italo Calvino presenteou o filho com quadrinhos e ele escrevia histórias no espaço dos balõezinhos

Outros exemplos aparecem com Proust, Goethe, Flaubert, Zola, Thomas Mann, T.S. Eliot, Joyce, Borges e... o Oulipo, em que o mestre Queneau, em sua polêmica com a escrita automática dos surrealistas, adverte bem oportunamente: "Outra ideia falsíssima que corre por aí é a da equivalência que se estabelece entre inspiração, exploração do subconsciente e liberação; entre acaso, automatismo e liberdade. Ora, essa inspiração, que consiste em obedecer cegamente a qualquer impulso, é, na realidade, uma escravidão. O escritor clássico que escreve sua tragédia observando um certo número de regras é mais livre do que o poeta que escreve o que lhe passa pela cabeça e que é escravo de outras regras que ele ignora". ●

Sextou! Visuais

'Dido e Enéas' abre temporada lírica do Teatro São Pedro que segue em abril; veja as demais óperas

Mostra Ocupação

Exposição homenageia Dona Onete

ANDRÉ SEITTI/ITAÚ CULTURAL

Com 120 peças, Ocupação Dona Onete revê vida e carreira da cantora e compositora paraense de 83 anos

Famosa dentro e fora do Brasil, a cantora e compositora se tornou uma embaixadora do carimbó chamegado, ritmo que criou

DANILO CASALETTI
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

"Treme, treme, treme." O refrão da canção *Jamburana* não só tornou Dona Onete famosa dentro e fora do Brasil, mas ajudou a divulgar a cultura do Pará, onde nasceu. O carimbó chamegado, ritmo dançante que ela mesma criou e que nunca mais saiu de cena.

OCUPAÇÃO. Nada mais justo que ela seja homenageada com a Ocupação Dona Onete, que começa na quarta, 15, no Itaú Cultural, com 120 peças que contam a vida e a carreira da cantora e compositora que em junho completa 84 anos.

Galiana Brasil, gerente dos Núcleos de Artes Cênicas, Música e Literatura do Itaú Cultural, afirma que Dona Onete simboliza a diversidade de valores e forças com as quais o brasileiro precisa se conectar. "Ela é sonoridade, território e visualidade de uma região que tanto nos impacta quanto nos ensina", diz. Para representar tudo isso, além de fotografias, estão cenários que remetem a lugares da vida de Dona Onete, como o Mercado Ver-o-Peso, de Belém, e elementos de sua religiosidade.

A ocupação mostra também a vida de Ionete da Silveira Gama, nome de batismo de Dona Onete, antes da fama – que começou tardia, depois dos 60 anos. Na exposição estão registros dela como professora, profissão que ela começou a exercer aos 16 anos.

A Ocupação Dona Onete traz experiências táteis e audiodescritivas pensadas para acessibilidade do público cego e/ou com baixa visão. ●

Abre 4ª (15). 3ª a sáb., 11h/20h; dom., 11h/19h. Itaú Cultural. Av. Paulista, 149, Metrô Brigadeiro. Gratuito. Até 18/6. bit.ly/donaonetemostra

Outros destaques

PEDRO SOARES

Antonio Carlos & Jocafi

Encontram Russo Passapusso

A veterana dupla e o líder da banda BaianaSystem apresentam pela primeira vez em São Paulo o show do álbum *Alto da Maravilha*, lançado em 2022. Em uma mistura de afro e pop, eles cantam músicas como *Mirê, Mirê, Pitanga, Vapor de Cachoeira* e *Catendê*.

Hoje (10) e sáb. (11), 21h. Sesc Pinheiros. R. Paes Leme, 195, Pinheiros. R$ 15/R$ 50. bit.ly/passapussoejocafi

Anastácia

Rainha do Forró

Uma das mais importantes compositoras do gênero, que foi mulher e parceira de Dominguinhos (1941-2013), Anastácia faz show em que relembra músicas como *Eu Só Quero um Xodó, Tenho Sede, De Amor Eu Morrerei* e *Saudade Matadeira*. As cantoras Liv Moraes e Janayna Pereira fazem participação especial.

Sáb. (11), 22h. Canto da Ema. Av. Brigadeiro Faria Lima, 364, Pinheiros. R$ 40. bit.ly/anastaciashow

Grupo Revelação

Samba na Paulista

Depois de mais de dois anos parado por conta da pandemia, o projeto Domingo na Paulista, promovido pelo Sesi-SP, volta a ocorrer na cidade. A primeira atração do ano é o grupo de samba e pagode Revelação. Nascida no Rio de Janeiro, nos anos 1990, a banda tem sucessos como *Tá Escrito* e *Deixa Acontecer*.

Dom. (12), 14h. Em frente ao Centro Cultural Fiesp. Av. Paulista, 1.313, Bela Vista. Gratuito.

S.O.S Sahy

Poio Estavski

Na exposição S.O.S Sahy, o jornalista e fotógrafo Poio Estavski, nascido em São Sebastião, expõe 10 painéis com paisagens que registrou para mostrar a beleza da região atingida por enchentes. As fotografias estarão à venda e toda a renda vai reverter para projetos de revitalização do local e de apoio às vítimas.

3ª a dom., 18h30/23h30. Bar Balcão. R. Dr. Mello Alves, 150, Cerqueira César. Entrada gratuita. Até 21/3.

Ivan Lins
02.abr | Dom
No Show:
A gente merece ser feliz
Jane Monheit
12.abr | Qua
Uma das vozes mais importantes do jazz contemporâneo
De volta ao Brasil
Kevin Gullage & The Blues Groovers
13.abr | Qui
A grande revelação do piano de New Orleans
Bourbon Street music club
Rua dos Chanés, 127 - Moema - São Paulo | Informações: 11 5095-6100 | Vendas online: sympla.com.br bourbonstreet.com.br | @bourbon_street